

Relatório e Contas Consolidadas Financeiras e Orçamentais em SNC-AP

Ano de 2024

Relatório de Gestão das Contas Consolidado

Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Relatório e Contas Consolidadas Financeiras e Orçamentais em SNC-AP

Ano de 2024

Índice

1. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas	3
2 Demonstrações Orçamentais Consolidadas	24
2.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	24
2.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza.....	25
3. Demonstrações Financeiras	26
3.1 Balanço Consolidado.....	26
3.2 Demonstração de Resultados Consolidado.....	27
3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados.....	28
3.4 Demonstração das Alterações o Património Líquido	29
3.5 Contabilidade de Gestão	30
3.6 Outras informações	301
3.7 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	34
ANEXOS.	88

1. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas

Introdução

A consolidação de contas nas autarquias locais, encontra-se prevista no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. Determina no n.º 1 do seu artigo 75º a apresentação, pelos municípios, de contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas de forma direta ou indireta.

A consolidação de contas permite obter informação agregada das várias entidades controladas pela Câmara Municipal de Almada e consiste em elaborar a nível de grupo (entidades juridicamente autónomas, dependentes de um centro de decisão, entidade-mãe), demonstrações financeiras idênticas às elaboradas pela entidade-mãe ou entidade consolidante.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira da situação financeira, que ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito dos resultados do grupo municipal, possibilitando uma melhor análise e avaliação das políticas públicas locais.

O grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta e indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades, considerando o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou a Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), como perímetro de consolidação, o conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

A preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município de Almada é efetuada ao abrigo das Normas de Contabilidade Pública (NCP) NCO 26 – Contabilidade e Relato Orçamental NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Os documentos encontram-se elaborados nos termos da Instrução n.º 1/2019, do Plenário Geral do Tribunal de Contas, referente a prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC), publicada em Diário da República n.º 46/2019, Série II de 2019/03/06 e da Resolução n.º 3/2023 da 2ª secção do Tribunal de Contas, referente a prestação de contas relativas ao ano de 2013 e gerências partidas de 2024, publicada em Diário da República n.º 9/2024, Série II de 2024-01-12.

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, pela Câmara Municipal, em conformidade com o preconizado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, e de acordo com o estabelecido n.º 2 do artigo 76.º da mesma lei, submetidas à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

Período de relato: 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

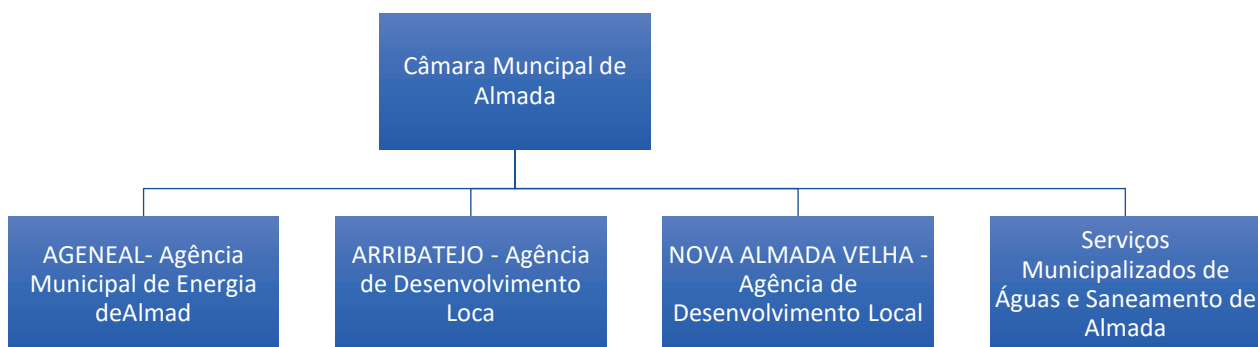
Perímetro de Consolidação do Grupo Municipal

A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental determina a apresentação e a divulgação das demonstrações orçamentais consolidadas, a NCP 1 – Estrutura e Conteúdos das demonstrações financeiras determina a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, sendo que a sua preparação e elaboração é feita nos termos da NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, para as entidades abrangidas pelo SNC-AP.

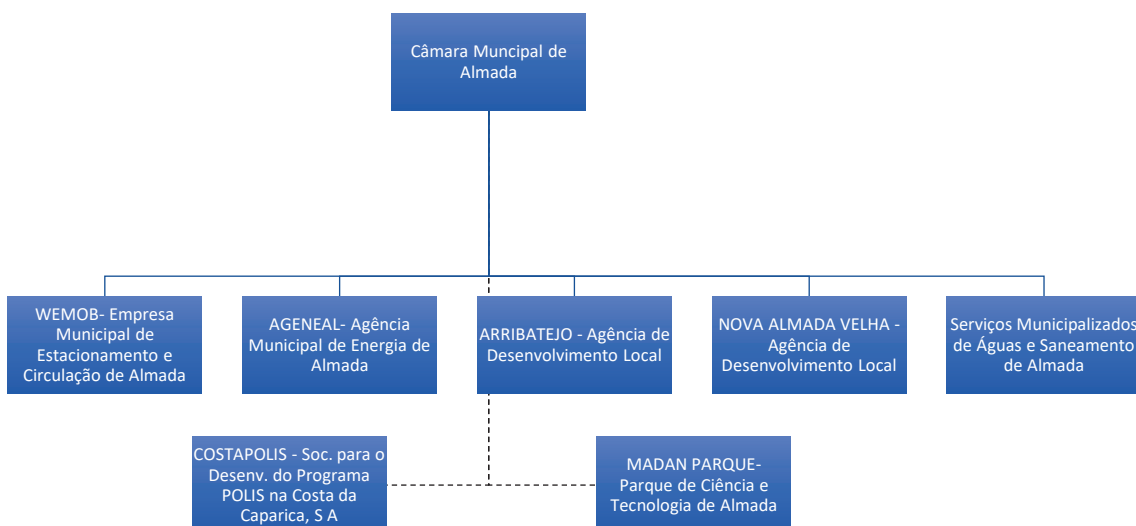
Atendendo à FAQ 18 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), existem dois níveis diferentes de preparação da prestação de contas, nomeadamente o orçamental e o financeiro, dado que as duas normas têm conceitos de perímetro de consolidação diferentes.

Resumidamente, temos que para efeitos de demonstrações orçamentais, apenas relevam para o perímetro as entidades controladas e que simultaneamente tenham sido reclassificadas para efeitos de contas nacionais. Já o perímetro para as demonstrações financeiras inclui todas as entidades controladas, independentemente da sua reclassificação para efeitos de contas nacionais.

Assim, para efeitos de perímetro orçamental temos a seguinte estrutura de grupo municipal:



Relativamente à estrutura de grupo municipal para efeitos de perímetro financeiro, temos o seguinte:



Nota:

A tracejado encontram-se as entidades que não consolidam, mas que nos termos do normativo em vigor são contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP)

A identificação das entidades e o sumário da respetiva atividade é a seguinte:

MUNICÍPIO DE ALMADA - NIPC 500051054 – entidade consolidante

É uma autarquia local com atividades que visam a prossecução de interesses próprios da população residente, com atribuições legalmente definidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ALMADA - NIPC 680017763

Captação e abastecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais domésticas e industriais no concelho de Almada.

WEMOB - E.M. S.A. - NIPC 507001206 (não consolida nas demonstrações orçamentais)

Tem como objetivo social a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal, produção e distribuição de energia elétrica e sistemas de apoio à mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade e transporte público urbano de passageiros.

Tem também como objetivo social a prestação de serviços de interesse geral de gestão e fiscalização de resíduos, higiene, imagem e limpeza urbana.

Foram delegadas à WEMOB as competências da Câmara Municipal, correspondentes, adequadas e necessárias ao exercício do previsto nos termos da alínea a) do n.º 3, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres, nos limites das atribuições estatutárias da empresa municipal.

NOVALMADAVELHA - Agência de Desenvolvimento Local – NIPC 504974688

Associação de direito privado, sem fins lucrativos. Tem por objetivo potenciar o desenvolvimento integrado da cidade de Almada, enquanto centralidade metropolitana de primeira importância, contribuindo para consolidar a realidade da grande cidade das duas margens, para revitalizar o relacionamento urbano com o Estuário do Tejo e para o estabelecimento de complementaridades funcionais no contexto de uma Área Metropolitana multipolar, através de ações e projetos que envolvam os diversos agentes, nomeadamente nos domínios do património cultural e natural, do lazer e do turismo, da animação urbana, da formação profissional e do emprego, da divulgação e do marketing.

Agência Municipal de Energia de Almada - AGENEAL – NIPC 504329073

A AGENEAL é uma agência de energia de âmbito local. É uma associação de direito privado sem fins lucrativos. O objetivo da AGENEAL é o de contribuir para aumentar a eficiência energética através da utilização racional e da conservação de energia, para melhorar o aproveitamento de recursos energéticos endógenos.

ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local – NIPC 504974696.

É uma associação sem fins lucrativos que permite associar diversos agentes, entidades públicas e privadas, empresariais de carácter social que, em conjunto com a Câmara Municipal, se organizem e contribuam com a sua especificidade e o seu empenhamento na mobilização de meios para prossecução de objetivos comuns: potenciar o desenvolvimento integrado da Costa de Caparica através de ações e projetos que envolva, os diversos agentes, nomeadamente nos domínios do património cultural e natural, do lazer e do turismo.

As entidades participadas pelo grupo municipal e a sua forma de contabilização demonstram-se no seguinte quadro:

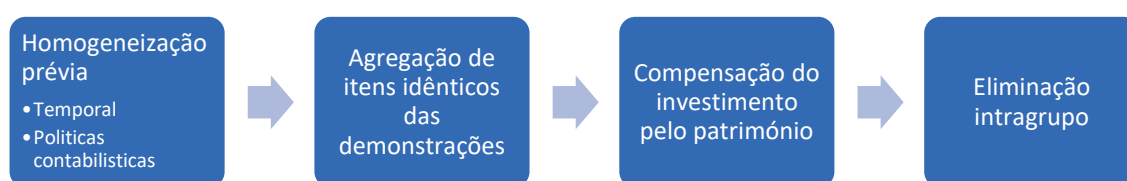
Tipo	Entidade	Percentagem de participação		Método de contabilização
		% detenção direta da CMA	% detenção no grupo	
Empresa privada participação minoritária	AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	12,33%	12,33%	custo
Empresa municipal	WEMOB - E.M. S.A	100,00%	100,00%	Consolidação
Empresa do setor empresarial do estado - regime privado - influência significativa	COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	40,00%	40,00%	MEP
Associação onde o grupo tem o controlo	NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	84,75%	84,75%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	61,73%	61,73%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	43,90%	65,53%	Consolidação
Associação onde o grupo tem influência significativa	MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	40,65%	MEP
Associação onde o grupo não tem influência significativa	Associação Almasciencie	16,67%	16,67	Custo
Fundo onde o grupo não tem influência significativa	Fundo de Apoio Municipal	0,67%	0,67%	Custo
Serviços onde o grupo tem o controlo	SMAS- Serviços Municipalizados de água e Saneamento de Almada	100,00%	100,00%	Consolidação

Método da Consolidação

O método utilizado é o da consolidação integral, tanto ao nível da consolidação financeira como por analogia também com a consolidação orçamental, que consiste na integração no Balanço e Demonstração dos Resultados e outras peças financeiras e orçamentais da entidade consolidante, dos elementos respetivos dessas demonstrações das entidades consolidadas.

As rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados e de outras demonstrações são agregadas por soma das contas individuais e corrigidas pela supressão dos saldos pendentes e das transações ocorridas no exercício entre as entidades alvo de consolidação.

No esquema seguinte, temos os passos executados no âmbito da consolidação de contas.



Tendo em conta a reduzida relevância em termos de impacto da integração das contas das entidades participadas nas contas consolidadas do grupo municipal, este documento, deverá ser complementado com a leitura do relatório das contas individuais do Município de 2024.

Em anexo ao presente documento é apresentada por entidade um resumo dos seus dados, tomando como base a prestação de contas para o Tribunal de Contas.

Análise Patrimonial

Análise ao Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal, sobre os quais incidirá a respetiva análise. Relata a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do grupo municipal à data de encerramento do exercício de 2024, dando a conhecer a estrutura:

- *económica*: Ativo do grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a *aplicação de fundos*;
- *financeira*: Capital Próprio e Passivo do grupo sendo estes a *origem de fundos*.

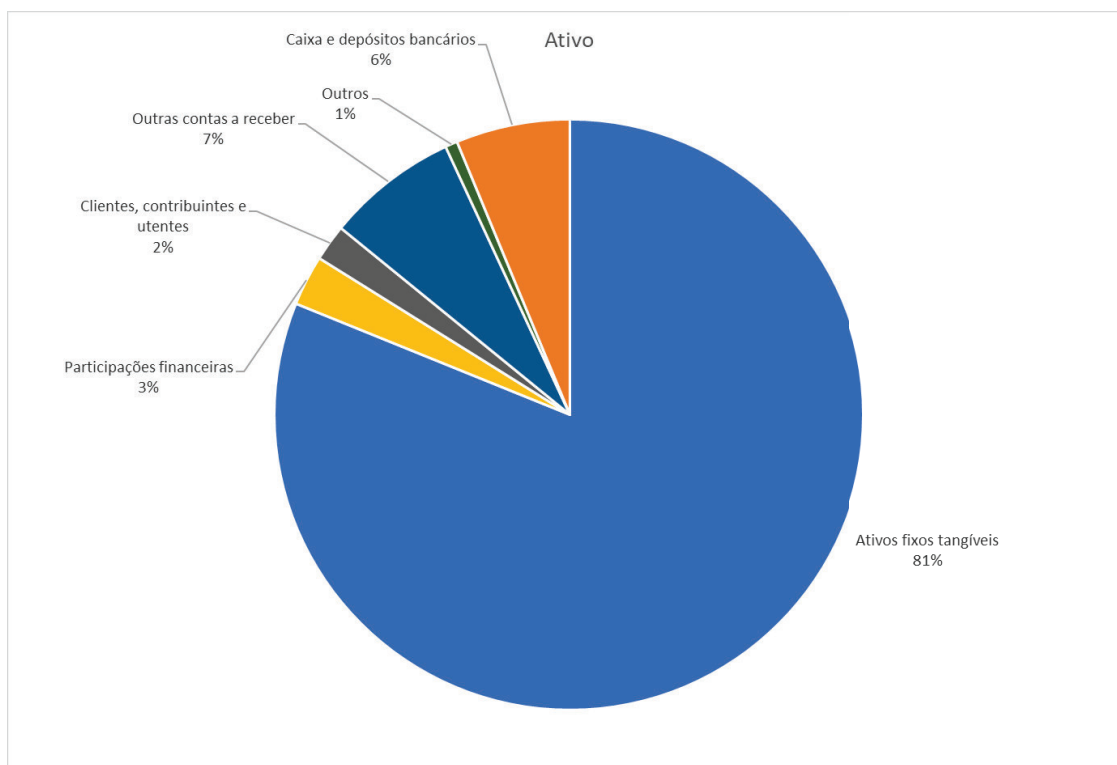
A consolidação de contas incidiu sobre a prestação de contas de 2024, com expressão nos balanços individuais seguintes:

- Município de Almada: 713.944.600,88€;
- Serviços Municipalizados: 104.897.698,94€;
- WEMOB: 1.991.508,58€;
- Ageneal: 60.889,10€;
- Arribatejo: 564.890,43€;
- Novalmadavelha: 300.053,44€.

O Balanço Consolidado, quando confrontado com o Balanço Individual do Município, permite apurar o forte peso da entidade consolidante, que exhibe aproximadamente 100% do total apurado para o grupo autárquico, sendo importante também mencionar que o facto da autarquia contabilizar nas suas contas individuais as entidades do grupo pelo Método da Equivalência Proporcional, seria esse o efeito esperado, dado que parte substancial do património das entidades sujeitas a consolidação já está integrada na rubrica de participações financeiras.

No exercício de 2024, o total do ativo consolidado do grupo autárquico ascendeu a 720.224.206,89 euros, refletindo um aumento face aos 645.544.461,24 euros registados em 2023. A estrutura do ativo mantém-se maioritariamente composta por ativo não corrente, que representa 84,11% do total, destacando-se os ativos fixos tangíveis, com um peso de 81,13%.

Ativo	2024	2023	Peso
Ativos não corrente	605 761 370,64	538 240 361,63	84,11%
Ativos fixos tangíveis	584 349 619,49	516 386 019,79	81,13%
Propriedades de Investimento	895 842,55	987 051,24	0,12%
Ativos intangíveis	685 731,72	671 378,44	0,10%
Participações financeiras	19 817 954,30	20 171 290,58	2,75%
Outros Ativos financeiros	12 222,58	24 621,58	0,00%
Ativo corrente	114 462 836,25	107 304 099,61	15,89%
Inventários	1 806 431,32	1 543 294,30	0,25%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		61 032,11	0,00%
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	32 430,15	18 926,36	0,00%
Devedores por empréstimos bonificados			0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	14 423 169,21	9 163 183,57	2,00%
Estado e outros entes públicos	898 761,13	1 003 704,17	0,12%
Outras contas a receber	51 879 490,56	45 960 963,18	7,20%
Diferimentos	489 400,58	590 540,31	0,07%
Caixa e depósitos bancários	44 933 153,30	48 962 455,61	6,24%
Total do Ativo	720 224 206,89	645 544 461,24	100,00%

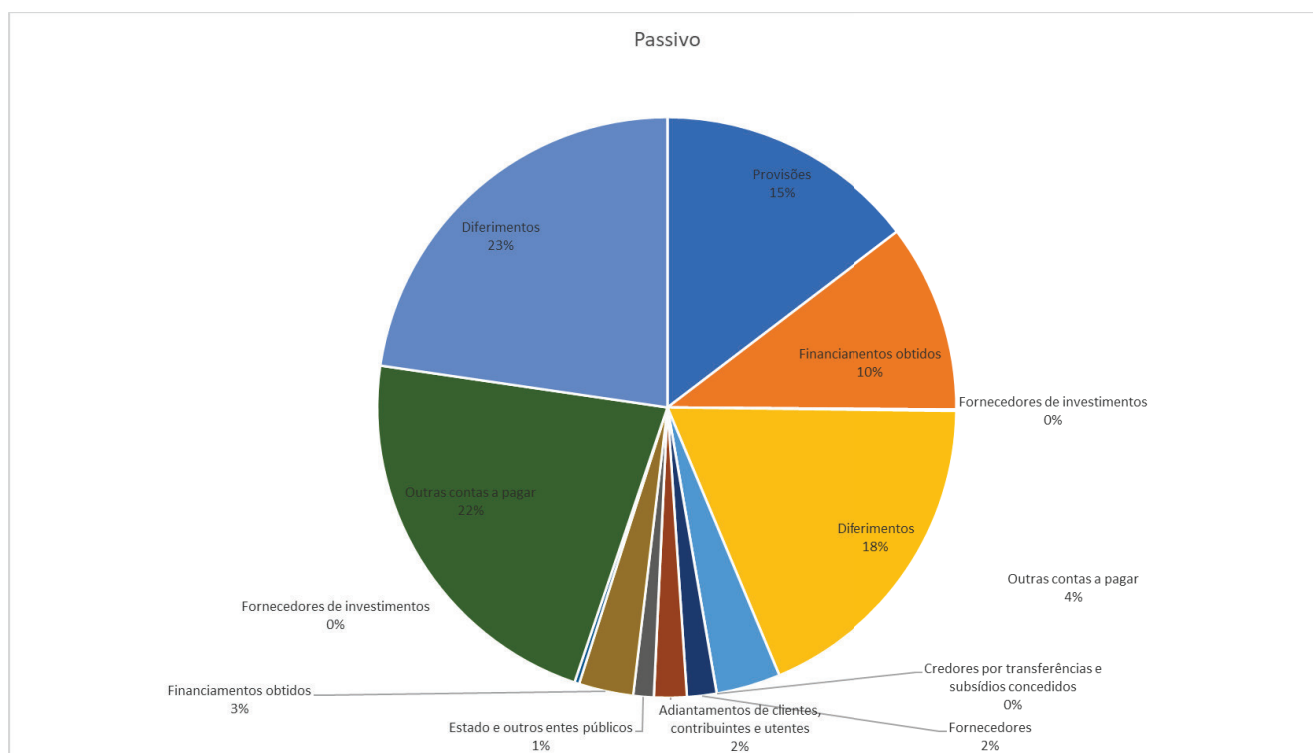


Os ativos fixos tangíveis do grupo autárquico totalizam 584.349.619,49 euros, reforçando a sua predominância na composição do ativo. Conforme já mencionado na apresentação da consolidação de contas do ano transato, foi realizada, em 2020, uma avaliação e regularização das infraestruturas viárias e uma atualização com base no Valor Patrimonial Tributário dos bens do domínio privado adquiridos antes dessa data. Em 2024, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) completaram um trabalho semelhante de regularização do valor das infraestruturas afetas aos respetivos serviços, o que contribuiu para o reforço desta rubrica.

O ativo corrente ascendeu a 114.462.836,25 euros, registando um aumento face aos 107.304.099,61 euros de 2023. A rubrica de “Clientes, contribuintes e utentes” aumentou de 9.163.183,57 euros para 14.423.169,21 euros, variação que se deve essencialmente a ativos da Câmara Municipal de Almada. Refira-se que este valor já se encontra deduzido das respetivas imparidades, representando o montante efetivamente expectável de recuperação destes saldos. O mesmo se verifica na rubrica de “Outras contas a receber”, que passou de 45.960.963,18 euros para 51.879.490,56 euros, também motivada sobretudo por valores registados na contabilidade da própria Câmara. A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” apresentou uma redução, situando-se em 44.933.153,30 euros, face aos 48.962.455,61 euros verificados no ano anterior.

Em relação ao Passivo, observa-se que, sem considerar as provisões e diferimentos por não corresponderem a obrigações orçamentais presentes, este é completamente coberto pelas disponibilidades financeiras do grupo autárquico.

Passivo	2024	2023	Peso
Passivo não corrente	33 688 156,12	30 519 799,00	4,68%
Provisões	10 429 871,83	10 889 625,71	1,45%
Financiamentos obtidos	7 462 258,75	9 625 316,88	1,04%
Fornecedores de investimentos	59 600,00	64 400,00	0,01%
Diferimentos	13 181 476,43	7 737 908,91	1,83%
Outras contas a pagar	2 554 949,11	2 202 547,50	0,35%
Passivo corrente	37 561 183,69	31 748 767,47	5,22%
Credores por transferências e subsídios concedidos	230,59	0,00	0,00%
Fornecedores	1 174 067,04	1 837 653,51	0,16%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 296 527,83	460 826,49	0,18%
Estado e outros entes públicos	813 095,23	702 541,49	0,11%
Financiamentos obtidos	2 163 049,66	2 414 639,85	0,30%
Fornecedores de investimentos	188 864,81	587 216,17	0,03%
Outras contas a pagar	15 755 992,64	14 318 578,53	2,19%
Diferimentos	16 169 355,89	11 427 311,43	2,25%
Total do Passivo	71 249 339,81	62 268 566,47	9,89%
Total do Património Líquido e Passivo	720 224 206,89	645 544 461,24	100,00%



Em outras contas a pagar, encontra-se também refletida a periodização económica dos gastos, como por exemplo o subsídio de férias e encargos sociais dessas remunerações a pagar aos trabalhadores em 2024, mas relativos a direitos obtidos em 2023.

Os financiamentos obtidos compreendem a parte essencial do passivo não corrente e correspondem essencialmente a empréstimos de longo prazo e residualmente a locações financeiras.

O património líquido aumentou em 65,7M€, face ao ano anterior, principalmente por via de resultados transitados (+43,1M€) e outras variações (+18,6M€). O Resultado Líquido do Grupo consolidado, em 2024, é positivo (+518m€), por impacto da prestação de contas individuais do Município.

Apresenta-se no quadro seguinte a variação das várias componentes do balanço de 2024 face a 2023.

RUBRICAS	31/12/2024	Peso no total do balanço	31/12/2023	Peso no total do balanço	Variação 2024 - 2023	
					Valor	%
Ativo						
Ativos não corrente	605 761 370,64	84,11%	538 240 361,63	83,38%	67 521 009,01	12,54%
Ativos fixos tangíveis	584 349 619,49	81,13%	516 386 019,79	79,99%	67 963 599,70	13,16%
Propriedades de Investimento	895 842,55	0,12%	987 051,24	0,15%	-91 208,69	-9,24%
Ativos intangíveis	685 731,72	0,10%	671 378,44	0,10%	14 353,28	2,14%
Participações financeiras	19 817 954,30	2,75%	20 171 290,58	3,12%	-353 336,28	-1,75%
Outros Ativos financeiros	12 222,58	0,00%	24 621,58	0,00%	-12 399,00	-50,36%
Ativo corrente	114 462 836,25	15,89%	107 304 099,61	16,62%	7 158 736,64	6,67%
Inventários	1 806 431,32	0,25%	1 543 294,30	0,24%	263 137,02	17,05%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00	0,00%	61 032,11	0,01%	-61 032,11	-100,00%
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	32 430,15	0,00%	18 926,36	0,00%	13 503,79	71,35%
Devedores por empréstimos bonificados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	N/A
Clientes, contribuintes e utentes	14 423 169,21	2,00%	9 163 183,57	1,42%	5 259 985,64	57,40%
Estado e outros entes públicos	898 761,13	0,12%	1 003 704,17	0,16%	-104 943,04	-10,46%
Outras contas a receber	51 879 490,56	7,20%	45 960 963,18	7,12%	5 918 527,38	12,88%
Diferimentos	489 400,58	0,07%	590 540,31	0,09%	-101 139,73	-17,13%
Caixa e depósitos bancários	44 933 153,30	6,24%	48 962 455,61	7,58%	-4 029 302,31	-8,23%
Total do Ativo	720 224 206,89	100,00%	645 544 461,24	100,00%	74 679 745,65	11,57%
Património Líquido	648 974 867,08	90,11%	583 275 894,77	90,35%	65 698 972,31	11,26%
Património/Capital	179 343 599,07	24,90%	179 343 599,07	27,78%	0,00	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	86 652,55	0,01%	0,00	0,00%	86 652,55	N/A
Reservas	39 540 718,85	5,49%	39 540 718,85	6,13%	0,00	0,00%
Resultados transitados	356 199 806,47	49,46%	313 070 311,40	48,50%	43 129 495,07	13,78%
Ajustamentos em ativos financeiros	5 159 824,59	0,72%	5 305 699,05	0,82%	-145 874,46	-2,75%
Outras variações no património líquido	67 876 468,31	9,42%	49 321 918,54	7,64%	18 554 549,77	37,62%
Resultado líquido do período	518 134,53	0,07%	-3 573 350,71	-0,55%	4 091 485,24	-114,50%
Interesses que não controlam	249 662,71	0,03%	266 998,56	0,04%	-17 335,86	-6,49%
Passivo						
Passivo não corrente	33 688 156,12	4,68%	30 519 799,00	4,73%	3 168 357,12	10,38%
Provisões	10 429 871,83	1,45%	10 889 625,71	1,69%	-459 753,88	-4,22%
Financiamentos obtidos	7 462 258,75	1,04%	9 625 316,88	1,49%	-2 163 058,13	-22,47%
Fornecedores de investimentos	59 600,00	0,01%	64 400,00	0,01%	-4 800,00	-7,45%
Diferimentos	13 181 476,43	1,83%	7 737 908,91	1,20%	5 443 567,52	70,35%
Outras contas a pagar	2 554 949,11	0,35%	2 202 547,50	0,34%	352 401,61	16,00%
Passivo corrente	37 561 183,69	5,22%	31 748 767,47	4,92%	5 812 416,22	18,31%
Credores por transferências e subsídios concedidos	230,59	0,00%	0,00	0,00%	230,59	N/A
Fornecedores	1 174 067,04	0,16%	1 837 653,51	0,28%	-663 586,47	-36,11%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 296 527,83	0,18%	460 826,49	0,07%	835 701,34	181,35%
Estado e outros entes públicos	813 095,23	0,11%	702 541,49	0,11%	110 553,74	15,74%
Financiamentos obtidos	2 163 049,66	0,30%	2 414 639,85	0,37%	-251 590,19	-10,42%
Fornecedores de investimentos	188 864,81	0,03%	587 216,17	0,09%	-398 351,36	-67,84%
Outras contas a pagar	15 755 992,64	2,19%	14 318 578,53	2,22%	1 437 414,11	10,04%
Diferimentos	16 169 355,89	2,25%	11 427 311,43	1,77%	4 742 044,46	41,50%
Total do Passivo	71 249 339,81	9,89%	62 268 566,47	9,65%	8 980 773,34	14,42%
Total do Património Líquido e Passivo	720 224 206,89	100,00%	645 544 461,24	100,00%	74 679 745,65	11,57%

No quadro seguinte apresentam-se alguns dos rácios mais relevantes na análise da posição financeira do grupo autárquico, onde é fácil concluir que existe capacidade financeira para fazer face aos passivos assumidos.

	31/12/2024	31/12/2023	Observações	
Solvabilidade I	648 974 867 71 249 340	583 275 895 62 268 566	937%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, i.e., evidência se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de CP e MLP). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade face aos seus credores
Solvabilidade II	720 224 207 71 249 340	645 544 461 62 268 566	1037%	Este indicador dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior, a unidade evidencia uma situação líquida negativa
Autonomia Financeira	648 974 867 720 224 207	583 275 895 645 544 461	90%	Este indicador evidencia a parte do ativo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 33%
Liquidez Geral	114 462 836 37 561 184	107 304 100 31 748 767	338%	Este indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo ativo circulante. Deve ser superior a 100% (situação de equilíbrio financeiro mínimo). Se for inferior a 100%, mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo. Quando maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a CP podem ser pagos nos prazos adequados.
Liquidez Imediata	44 933 153 37 561 184	48 962 456 31 748 767	154%	Este indicador é idêntico ao anterior, considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser superior a 90%
Indicador das Imobilizações I	648 974 867 605 749 148	583 275 895 538 215 740	108%	Avalia cobertura do imobilizado pelo fundo patrimonial. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o fundo patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos. Deve ser > 100%.
Indicador das Imobilizações II	33 688 156 605 749 148	30 519 799 538 215 740	6%	Avalia cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de MLP. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de MLP. Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do ativo imobilizado.
% Imobilizado Líquido Total	605 749 148 720 224 207	538 215 740 645 544 461	83%	Permite aferir a importância relativa do imobilizado no conjunto do ativo líquido da autarquia. Quanto maior a %, maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do ativo.
Endividamento I	71 249 340 720 224 207	62 268 566 645 544 461	10%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao passivo.
Endividamento II	31 468 636 720 224 207	32 213 720 645 544 461	5%	Mede o peso de capitais alheios no financiamento das atividades da entidade, indicando a dependência em relação a recursos de terceiros (bancos, fornecedores, recursos da atividade laboral e tributária. Uma participação próxima de 100% denota insolvência e extrema dependência de terceiros. Deve ser ≤ 60%.
Endividamento de CP	21 391 828 720 224 207	20 321 456 645 544 461	3%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio de CP utilizado pela entidade.
Estrutura de Endividamento I	10 076 808 21 391 828	11 892 264 20 321 456	59%	Exprime a estrutura do endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quando maior for o rácio de MLP, menor será o peso das dívidas de CP na dívida total, com menores pressões na tesouraria
Estrutura de Endividamento II	21 391 828 31 468 636	20 321 456 32 213 720	63%	Exprime a estrutura do endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante excluindo por isso os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior

Análise à Demonstração de Resultados Consolidada

A generalidade das componentes dos Rendimentos e Gastos consolidados é determinada pelas contas individuais do Município e SMAS.

A Demonstração de Resultados permite avaliar o grau de eficiência conseguido em termos de atividade, de forma a efetuar uma previsão relativamente à capacidade que o grupo municipal detém para gerar fluxos de caixa.

Da análise à estrutura de rendimentos, verifica-se que o grupo tem uma independência financeira de apoio externo, dado que o somatório das rubricas de impostos e taxas, vendas e prestações de serviços, totaliza cerca 72% do total de rendimentos.

RUBRICAS	31/12/2024	Peso no total nos rendimentos
Rendimentos	191 860 184,61	100,00%
Impostos e taxas	89 940 289,39	46,88%
Vendas	12 726 428,38	6,63%
Prestações de serviços	35 066 767,14	18,28%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	44 617 961,98	23,26%
Provisões	412 172,56	0,21%
Outros rendimentos e ganhos	8 847 418,96	4,61%
Juros e rendimentos similares obtidos	249 146,20	0,13%

Contribui significativamente para a capacidade financeira do município a rubrica de impostos e taxas, que totaliza em 2024 cerca de 90 milhões de euros.

RUBRICAS	31/12/2024	Peso no total nos rendimentos	31/12/2023	Peso no total nos rendimentos	Variação 2024-2023	
					Valor	%
Rendimentos	191 860 184,61	100,00%	173 124 802,12	100,00%	18 735 382,49	10,82%
Impostos e taxas	89 940 289,39	46,88%	78 826 809,18	45,53%	11 113 480,21	14,10%
Vendas	12 726 428,38	6,63%	12 443 397,98	7,19%	283 030,40	2,27%
Prestações de serviços	35 066 767,14	18,28%	33 849 994,33	19,55%	1 216 772,81	3,59%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	44 617 961,98	23,26%	42 318 459,92	24,44%	2 299 502,06	5,43%
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00%	152,84	0,00%	-152,84	-100,00%
Imparidade de inventários	0,00	0,00%	13 951,51	0,01%	-13 951,51	-100,00%
Provisões	412 172,56	0,21%	0,00	0,00%	412 172,56	N/A
Outros rendimentos e ganhos	8 847 418,96	4,61%	5 631 765,30	3,25%	3 215 653,66	57,10%
Juros e rendimentos similares obtidos	249 146,20	0,13%	40 271,06	0,02%	208 875,14	518,67%

Pelo quadro anterior verifica-se um aumento global dos rendimentos em 10,82% face ao ano de 2023.

Comparativamente com 2023 é notório o incremento das rubricas de impostos e taxas, outros rendimentos e ganhos, transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, prestação de serviços, provisões, juros e rendimentos similares e obtidos e vendas em contrapartida da diminuição da rubrica imparidade de inventários e de rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos.

Analisando a estrutura de gastos constata-se que são os gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, os quais contribuem para o total dos gastos operacionais com 70%.

RUBRICAS	31/12/2024	Peso no total nos gastos
Gastos	191 359 385,94	100,00%
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	223 645,53	0,12%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 628 659,08	1,37%
Fornecimentos e serviços externos	58 450 782,73	30,55%
Gastos com o pessoal	75 822 479,49	39,62%
Transferências e subsídios concedidos	21 394 664,91	11,18%
Prestações sociais	2 678 716,46	1,40%
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	574 212,43	0,30%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	6 313 805,92	3,30%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	22 696 641,18	11,86%
Juros e gastos similares suportados	569 887,93	0,30%
Imposto sobre o rendimentos	5 890,28	0,00%

Assume também um papel relevante na estrutura de gastos o montante despendido em transferências e subsídios concedidos e ainda os gastos com depreciações e amortizações, sendo que estes últimos não envolvem um dispêndio financeiro, apenas se destinam a evidenciar contabilisticamente o desgaste dos bens de investimento.

Comparativamente a 2023, existiu um incremento dos gastos totais em 14,6 milhões de euros, representando cerca de 8,29%.

RUBRICAS	31/12/2024	Peso no total nos gastos	Variação 2024-2023			
			31/12/2023	Peso no total nos gastos	Valor	%
Gastos	191 359 385,94	100,00%	176 717 039,62	100,00%	14 642 346,32	8,29%
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	223 645,53	0,12%	0,00	0,00%	223 645,53	N/A
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 628 659,08	1,37%	3 049 169,89	1,73%	-420 510,81	-13,79%
Fornecimentos e serviços externos	58 450 782,73	30,55%	54 847 890,44	31,04%	3 602 892,29	6,57%
Gastos com o pessoal	75 822 479,49	39,62%	73 478 029,57	41,58%	2 344 449,92	3,19%
Transferências e subsídios concedidos	21 394 664,91	11,18%	22 156 757,69	12,54%	-762 092,78	-3,44%
Prestações sociais	2 678 716,46	1,40%	453 465,55	0,26%	2 225 250,91	490,72%
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	574 212,43	0,30%	203 958,95	0,12%	370 253,48	181,53%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00%	74 849,75	0,04%	-74 849,75	-100,00%
Outros gastos e perdas	6 313 805,92	3,30%	2 265 567,30	1,28%	4 048 238,62	178,69%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	22 696 641,18	11,86%	19 687 783,53	11,14%	3 008 857,65	15,28%
Juros e gastos similares suportados	569 887,93	0,30%	494 380,90	0,28%	75 507,03	15,27%
Imposto sobre o rendimentos	5 890,28	0,00%	5 186,05	0,00%	704,23	13,58%

Em valores absolutos, contribuíram para o maior incremento dos gastos o pessoal, as transferências e subsídios concedidos e o fornecimento e serviços externos.

Face aos gastos e rendimentos apurados no período, o grupo municipal registou um resultado líquido consolidado de 500.798,67 euros. Deste montante, 518.134,53 euros são atribuíveis à entidade-mãe, enquanto o valor negativo de 17.335,86 euros corresponde à variação imputável aos interesses que não controlam, refletindo a parcela do resultado atribuída aos detentores de participações não detidas pelo grupo municipal. Esta variação negativa resulta do facto de todas as agências municipais integradas no perímetro de consolidação terem apresentado, no exercício de 2024, resultados líquidos negativos.

Análise Orçamental

Com a aplicação do SNC-AP em 2020, o perímetro orçamental do grupo autárquico foi alterado, deixando de incluir a Wemob e foi preparada a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental.

Em 2024 foi apurado um total de receita de 230,5 milhões de euros, onde se inclui uma receita efetiva de 184,9 milhões de euros e o saldo de gerência orçamental transitado de 45,5 milhões de euros.

RECEBIMENTOS	Consolidado	
	2024	2023
Saldo de gerência anterior	48 636 681,79	65 656 814,23
Operações orçamentais [1]	45 530 277,82	61 879 124,33
Operações de tesouraria [A]	3 106 403,97	3 777 689,90
Receita corrente	172 544 374,65	157 977 184,28
Receita fiscal	70 416 726,94	66 173 911,88
Impostos diretos	70 416 726,94	66 173 911,88
Impostos indiretos		
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
Taxas, multas e outras penalidades	9 800 998,18	9 020 439,81
Rendimentos de propriedade	6 443 022,75	3 541 446,62
Transferências Correntes	44 272 300,71	39 905 223,27
Venda de bens e serviços	40 858 212,25	38 638 047,99
Outras receitas correntes	753 113,82	698 114,71
Receita de capital	11 693 732,31	4 338 846,78
Venda de bens de investimento	87 725,87	25 749,81
Transferências de Capital	11 153 152,31	4 156 338,84
Outras receitas de capital	452 854,13	156 758,14
Reposição não abatidas aos pagamentos	708 235,25	781 673,37
Receita efetiva [2]	184 946 342,21	163 097 704,43
Receita não efetiva [3]	2 875,00	0,00
Receita com ativos financeiros	2 875,00	0,00
Receita com passivos financeiros		0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	230 479 495,03	224 976 828,76
Operações de tesouraria [B]	3 927 256,86	424 039,80

O total de pagamentos cifrou-se em 201,6 milhões de euros, mas destes 187,5 milhões de euros correspondem a despesa efetiva, dado que como despesa não efetiva temos o pagamento da despesa com ativos financeiros no montante de 14,1 milhões de euros.

Rubrica	PAGAMENTOS	Consolidado	
		2024	2023
	Despesa corrente	154 134 182,72	144 574 428,72
D1	Despesas com o pessoal	74 522 778,50	70 944 192,67
D2	Aquisição de bens e serviços	55 871 062,04	51 193 548,39
D3	Juros e outros encargos	542 418,14	404 729,28
D4	Transferências correntes	18 093 172,82	19 671 253,51
D5	Subsídios	3 131 516,48	747 802,58
D6	Outras despesas correntes	1 973 234,74	1 612 902,29
	Despesa de capital	33 331 944,62	32 579 094,00
D7	Investimento	29 927 540,41	29 950 662,57
D8	Transferências de capital	3 404 404,21	2 610 317,62
D9	Outras despesas de capital	0,00	18 113,81
	Despesa efetiva [5]	187 466 127,34	177 153 522,72
	Despesa não efetiva [6]	14 098 578,51	2 293 028,22
D10	Despesa com ativos financeiros	12 000 000,00	
D11	Despesa com passivos financeiros	2 098 578,51	2 293 028,22
	Soma [7]=[5]+[6]	201 564 705,85	179 446 550,94
	Operações de tesouraria [C]	3 120 766,00	1 095 325,73

O total de despesa realizada e de receita arrecadada permitiu a obtenção de um saldo de gerência orçamental consolidado de 28,9 milhões de euros.

APURAMENTO	2024	2023
Saldo para a gerência seguinte	32 827 684,01	48 636 681,79
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	28 914 789,18	45 530 277,82
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	3 912 894,83	3 106 403,97
Saldo global [2] - [5]	-2 519 785,13	-14 055 818,29
Despesa primária	186 923 709,20	176 748 793,44
Saldo corrente	18 410 191,93	13 402 755,56
Saldo de capital	-21 638 212,31	-28 240 247,22
Saldo primário	-1 977 366,99	-13 651 089,01
Receita total [1] + [2] + [3]	230 479 495,03	224 976 828,76
Despesa total [5] + [6]	201 564 705,85	179 446 550,94

O saldo corrente apurado nos termos da NCP 26 é positivo em 18,4 milhões de euros, sendo o saldo de capital negativo em 21,6 milhões de euros.

É apresentada também a demonstração consolidada dos direitos e obrigações, sendo que não foram identificados saldos orçamentais comuns entre as entidades, considera-se também que esta demonstração é referente aos direitos por receber e obrigações por pagar no final do período.

2. Demonstrações Orçamentais Consolidadas

2.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS	Consolidado	
		2024	2023
RA01	Saldo de gerência anterior	48 636 681,79	65 656 814,23
RI01	Operações orçamentais [1]	45 530 277,82	61 879 124,33
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais	6 248,00	0,00
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00
RI03	Operações de tesouraria [A]	3 106 403,97	3 777 689,90
		0,00	0,00
RA02	Receita corrente	172 544 374,65	157 977 184,28
R1	Receita fiscal	70 416 726,94	66 173 911,88
R1.1	Impostos diretos	70 416 726,94	66 173 911,88
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	9 800 998,18	9 020 439,81
R4	Rendimentos de propriedade	6 443 022,75	3 541 446,62
R5	Transferências e subsídios correntes	44 272 300,71	39 905 223,27
R5.1	Transferências correntes	44 272 300,71	39 905 223,27
R5.1.1	Administrações Públicas	44 289 421,21	39 655 607,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	44 092 160,52	39 641 607,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	197 260,69	14 000,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	22 879,50	248 740,50
R5.1.3	Outras	-40 000,00	875,77
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	40 858 212,25	38 638 047,99
R7	Outras receitas correntes	753 113,82	698 114,71
		0,00	0,00
RA03	Receita de capital	11 693 732,31	4 338 846,78
R8	Venda de bens de investimento	87 725,87	25 749,81
R9	Transferências e subsídios de capital	11 153 152,31	4 156 338,84
R9.1	Transferências de capital	11 153 152,31	4 156 338,84
R9.1.1	Administrações Públicas	10 826 681,03	3 522 791,78
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	10 261 941,61	3 412 275,97
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	564 739,42	110 515,81
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	420 629,15
R9.1.3	Outras	326 471,28	212 917,91
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	452 854,13	156 758,13
RA04	Receita efetiva [2]	184 946 342,21	163 097 704,43
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	708 235,25	781 673,37
		0,00	0,00
RA05	Receita não efetiva [3]	2 875,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	2 875,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	230 479 495,03	224 976 828,76
ROT1	Operações de tesouraria [B]	3 927 256,86	424 039,80

Conciliação com saldo da Demonstração de Fluxos de Caixa			
1	Saldo Gerência 2022	48 636 681,79	
2	Ajustamento por homogenização de demonstrações orçamentais Caixa e seus equivalentes a 31.12.2022 da empresa WEMOB que não faz parte do perímetro orçamental	0,00	
3	Saldo final de caixa e seus equivalentes do consolidado financeiro	325 773,82	
(1)+(2)+(3)		48 962 455,61	
1	Saldo Gerência 2023	32 827 684,01	
2	Ajustamento por homogenização de demonstrações orçamentais Caixa e seus equivalentes a 31.12.2023 da empresa WEMOB que não faz parte do perímetro orçamental	-2,15	
3	Saldo final de caixa e seus equivalentes do consolidado financeiro	105 471,44	
(1)+(2)+(3)		32 933 153,30	

RUBRICA	PAGAMENTOS	Consolidado	
		2024	2023
DA01	Despesa corrente	154 134 182,72	144 574 428,72
D1	Despesas com o pessoal	74 522 778,50	70 944 192,67
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	56 259 896,21	53 147 698,89
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	3 297 627,09	3 182 840,79
D1.3	Segurança social	14 965 255,20	14 613 652,99
D2	Aquisição de bens e serviços	55 871 062,04	51 193 548,39
D3	Juros e outros encargos	542 418,14	404 729,28
D4	Transferências e subsídios correntes	21 224 689,30	20 419 056,09
D4.1	Transferências correntes	18 093 172,82	19 671 253,51
D4.1.1	Administrações Públicas	4 115 562,51	4 881 848,97
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	4 115 562,51	4 881 848,97
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	13 536 524,90	14 258 907,03
D4.1.3	Famílias	31 085,41	255 410,41
D4.1.4	Outras	410 000,00	275 087,10
D4.2	Subsídios Correntes	3 131 516,48	747 802,58
D5	Outras despesas correntes	1 973 234,74	1 612 902,29
		0,00	0,00
DA02	Despesa de capital	33 331 944,62	32 579 094,00
D6	Aquisição de bens de capital	29 927 540,41	29 950 662,57
D7	Transferências e subsídios de capital	3 404 404,21	2 610 317,62
D7.1	Transferências de capital	3 404 404,21	2 610 317,62
D7.1.1	Administrações Públicas	2 029 900,95	1 206 885,10
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	2 029 900,95	1 206 885,10
D7.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 374 503,26	1 403 432,52
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	18 113,81
		0,00	0,00
DA03	Despesa efetiva [5]	187 466 127,34	177 153 522,72
DA04	Despesa não efetiva [6]	14 098 578,51	2 293 028,22
D9	Despesa com ativos financeiros	12 000 000,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	2 098 578,51	2 293 028,22
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	201 564 705,85	179 446 550,94
DOT1	Operações de tesouraria [C]	3 120 766,00	1 095 325,73
DA06	Saldo para a gerência seguinte	32 827 684,01	48 636 681,79
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	28 914 789,18	45 530 277,82
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	3 912 894,83	3 106 403,97
DA09	Saldo global [2] - [5]	-2 519 785,13	-14 055 818,29
DA10	Despesa primária	186 923 709,20	176 748 793,44
DA11	Saldo corrente	18 410 191,93	13 402 755,56
DA12	Saldo de capital	-21 638 212,31	-28 240 247,22
DA13	Saldo primário	-1 977 366,99	-13 651 089,01
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	230 479 495,03	224 976 828,76
DA15	Despesa total [5] + [6]	201 564 705,85	179 446 550,94

2.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Consolidado							
Rubrica	DIREITOS	2024	2023	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2024	2023
	Receita corrente	17 504 086,22	12 966 902,16		Despesa corrente	1 609 616,51	4 239 790,87
R1	Receita fiscal	63 037,29	9 480,30	D1	Despesas com o pessoal	407 290,82	681 931,46
R1.1	Impostos diretos	63 037,29	9 480,30	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	151 121,64	486 046,40
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	13 892,61	25 352,22
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança social	242 276,57	170 532,84
R3	Taxas, multas e outras penalidades	6 940 013,99	1 625 957,40	D2	Aquisição de bens e serviços	1 194 911,97	1 544 868,04
R4	Rendimentos de propriedade	47 399,81	805 015,67	D3	Juros e outros encargos	3,00	6 583,19
R5	Transferências e subsídios correntes	604 276,71	219 837,45	D4	Transferências e subsídios correntes	1 193,41	2 002 153,08
R5.1	Transferências correntes	604 276,71	219 837,45	D4.1	Transferências correntes	962,82	6 710,00
R5.1.1	Administrações Públicas	464 397,73	79 958,47	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	27 790,00	79 958,47	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	436 607,73	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	962,82	6 500,00
R5.1.3	Outras	139 878,98	139 878,98	D4.1.3	Famílias	0,00	210,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	9 689 991,67	10 206 012,80	D4.2	Subsídios Correntes	230,59	1 995 443,08
R7	Outras receitas correntes	159 366,75	100 598,55	D5	Outras despesas correntes	6 217,31	4 255,10
	Receita de capital	88 268,73	751 240,33		Despesa de capital	218 608,11	1 014 959,63
R8	Venda de bens de investimento	164,95	210 282,42	D6	Aquisição de bens de capital	218 608,11	1 014 959,63
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
R9.1	Transferências de capital	0,00	0,00	D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	88 103,78	540 957,91	D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	63 037,29	233 657,37	D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	17 655 392,24	13 951 799,86		Despesa efetiva [5]	1 828 224,62	5 254 750,50
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [6]	9 496 337,89	11 579 287,26
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	9 496 337,89	11 579 287,26
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	17 655 392,24	13 951 799,86		Soma [7]=[5]+[6]	11 324 562,51	16 834 037,76

3. Demonstrações Financeiras

3.1 Balanço Consolidado

RUBRICAS	Notas	TOTAL CONSOLIDADO	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativos não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	3	584 349 619,49	516 386 019,79
Propriedades de Investimento	8	895 842,55	987 051,24
Ativos intangíveis	5	685 731,72	671 378,44
Participações financeiras	22	19 817 954,30	20 171 290,58
Outros Ativos financeiros		12 222,58	24 621,58
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios			
Diferimentos			
		605 761 370,64	538 240 361,63
Activo corrente:			
Inventários	10	1 806 431,32	1 543 294,30
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	9.18		61 032,11
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis		32 430,15	18 926,36
Devedores por empréstimos bonificados	9.18		
Clientes, contribuintes e utentes	9.18	14 423 169,21	9 163 183,57
Estado e outros entes públicos	23	898 761,13	1 003 704,17
Outras contas a receber	9.18	51 879 490,56	45 960 963,18
Diferimentos		489 400,58	590 540,31
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	23	44 933 153,30	48 962 455,61
		114 462 836,25	107 304 099,61
Total do Ativo		720 224 206,89	645 544 461,24
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	23	179 343 599,07	179 343 599,07
Outros instrumentos de capital próprio		86 652,55	
Prémios de emissão			
Reservas	23	39 540 718,85	39 540 718,85
Resultados transitados	23	356 199 806,47	313 070 311,40
Ajustamentos em ativos financeiros	23	5 159 824,59	5 305 699,05
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	23	67 876 468,31	49 321 918,54
Resultado líquido do período		518 134,53	-3 573 350,71
Interesses que não controlam		249 662,71	266 998,56
Total do Património Líquido		648 974 867,08	583 275 894,77
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	10 429 871,83	10 889 625,71
Financiamentos obtidos	7	7 462 258,75	9 625 316,88
Fornecedores de investimentos	18	59 600,00	64 400,00
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		-	
Diferimentos	23	13 181 476,43	7 737 908,91
Outras contas a pagar	18	2 554 949,11	2 202 547,50
		33 688 156,12	30 519 799,00
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos		230,59	-
Fornecedores	18	1 174 067,04	1 837 653,51
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	1 296 527,83	460 826,49
Estado e outros entes públicos	23	813 095,23	702 541,49
Financiamentos obtidos	7	2 163 049,66	2 414 639,85
Fornecedores de investimentos	18	188 864,81	587 216,17
Outras contas a pagar	18	15 755 992,64	14 318 578,53
Diferimentos	23	16 169 355,89	11 427 311,43
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		37 561 183,69	31 748 767,47
Total do passivo		71 249 339,81	62 268 566,47
Total do património líquido e passivo		720 224 206,89	645 544 461,24

3.2 Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Total consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Impostos e taxas	14	89 940 289,39	78 826 809,18
Vendas	13	12 726 428,38	12 443 397,98
Prestações de serviços	13	35 066 767,14	33 849 994,33
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	44 617 961,98	42 318 459,92
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-223 645,53	152,84
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-2 628 659,08	-3 049 169,89
Fornecimentos e serviços externos	23	-58 450 782,73	-54 847 890,44
Gastos com o pessoal	19	-75 822 479,49	-73 478 029,57
Transferências e subsídios concedidos	23	-21 394 664,91	-22 156 757,69
Prestações sociais		-2 678 716,46	-453 465,55
Imparidade de inventários(perdas/reversões)		0,00	13 951,51
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	9	-574 212,43	-203 958,95
Provisões (aumentos/reduções)	15	412 172,56	-74 849,75
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13/14/23	8 847 418,96	5 631 765,30
Outros gastos e perdas	23	-6 313 805,92	-2 265 567,30
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamentos		23 524 071,86	16 554 841,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.5	-22 696 641,18	-19 687 783,53
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			0,00
Resultado operacional(antes de gastos de financiamentos)		827 430,68	-3 132 941,61
Juros e rendimentos similares obtidos		249 146,20	40 271,06
Juros e gastos similares suportados		-569 887,93	-494 380,90
Resultado antes de impostos		506 688,95	-3 587 051,45
Imposto sobre o rendimentos		-5 890,28	-5 186,05
Resultado líquido do período		500 798,67	-3 592 237,50
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		518 134,53	-3 573 350,71
Interesses que não controlam		-17 335,86	-18 886,79

3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Rubricas	Períodos	
	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	55 274 342,51	41 708 294,43
Recebimentos de contribuintes	70 417 502,96	66 174 642,09
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	44 226 580,09	39 786 744,76
Recebimentos de utentes	9 215 283,28	8 511 180,24
Pagamento a fornecedores	-62 496 803,38	-56 937 701,35
Pagamentos ao pessoal	-75 330 487,25	-71 585 499,48
Pagamentos de transferências e subsídios correntes	-26 123 016,58	-22 306 571,13
Pagamento de prestações sociais	-2 651 516,48	-248 802,58
Caixa gerada pelas operações	12 531 885,15	5 102 286,98
Outros recebimentos/pagamentos	4 871 034,14	85 826,89
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	17 402 919,29	5 188 113,87
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-22 151 855,05	-21 555 642,03
Ativos intangíveis	-483 309,92	-722 875,61
Propriedades de Investimento	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	244 107,67
Outros ativos	-3 324 416,74	-3 673 035,89
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	34 721,52	0,00
Ativos intangíveis	42 000,00	0,00
Propriedades de Investimento	3 837 447,43	451 961,64
Investimentos financeiros	252 917,03	1 295,93
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	12 060 308,46	5 535 903,71
Transferências de capital	1 066 204,62	298 717,00
Juros e rendimentos similares	186 281,15	1 143,75
Dividendos		27 012,16
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (b)	-8 479 701,50	-19 391 411,67
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	629 482,41	173 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	89 527,55	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-3 350 939,15	-3 044 192,78
Juros e gastos similares	-546 454,85	-407 245,81
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-3 178 384,04	-3 278 438,59
Variações de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	5 744 833,75	-17 481 736,39
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	48 962 455,61	66 444 192,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	54 707 289,36	48 962 455,61
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GÊRENCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período	48 962 455,61	66 444 192,00
(-)Equivalentes a Caixa no início do período	0,00	0,00
(-) Variações cambiais de caixa no início do período		
(=)Saldo da gerência anterior	48 962 455,61	66 444 192,00
De execução orçamental	44 665 493,63	62 147 230,02
De operações de tesouraria	4 296 961,98	4 296 961,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período	54 707 289,36	48 962 455,61
(-)Equivalentes a Caixa no fim do período	-12 000 000,00	0,00
(-) Variações cambiais de caixa no fim do período		
(=)Saldo da gerência seguinte	42 707 289,36	48 962 455,61
De execução orçamental	38 794 396,68	45 856 051,63
De operações de tesouraria	3 912 892,68	3 106 403,98

3.4 Demonstração das Alterações do Património Líquido

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe										Interesses que não controlam	Total do Património líquido
		Capital/ Património Realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO [1]		179 343 599,07	0,00	0,00	0,00	39 540 718,85	313 070 311,40	5 305 699,05	0,00	49 321 918,54	-3 573 350,71	583 008 896,20	583 275 894,77
ALTERAÇÃO NO PERÍODO [2]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43 129 495,07	-145 874,46	0,00	18 554 549,77	3 573 350,71	65 111 521,09	65 111 521,09
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00										0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00										0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00										0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00										0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00										0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00										0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00								7 180,73		7 180,73	7 180,73
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00					43 129 495,07	-145 874,46		18 213 051,50	3 573 350,71	64 770 022,82	64 770 022,82
Correção de erros materiais		0,00								334 317,54		334 317,54	334 317,54
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO [3]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43 129 495,07	-145 874,46	0,00	18 554 549,77	518 134,53	518 134,53	500 798,67
RESULTADO INTEGRAL [4]=[2]+[3]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 091 485,24	65 629 655,62	65 612 319,76
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO [5]		0,00	0,00	86 652,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86 652,55	86 652,55
Subscrições de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	86 652,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86 652,55	86 652,55
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO [6]=[1]+[2]+[3]+[5]		179 343 599,07	0,00	86 652,55	0,00	39 540 718,85	356 199 806,47	5 159 824,59	0,00	67 876 468,31	518 134,53	648 725 204,37	648 974 867,08

3.5 Contabilidade de Gestão

Constituindo um instrumento de gestão interna, a contabilidade de gestão assume extrema importância, ao permitir às entidades que constituem o Grupo Municipal maior rigor na gestão de recursos e uma administração mais eficaz, eficiente e económica.

Com contabilidade de gestão é possível avaliar os resultados das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas, bem como o cumprimento dos objetivos de serviço aos cidadãos.

Complementando a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, esta contabilidade permite uma melhor gestão do Município e de cada uma das suas unidades funcionais.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas através da NCP 27, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

No quadro seguinte apresenta-se o resumo de rendimentos e gastos apurados analiticamente.

Atividades Desenvolvidas por Entidade		Gastos	Rendimentos	Resultado
CMA	Funções gerais e não imputadas	129 219 869,83	159 571 884,80	30 352 014,97
	Funções económicas	498 073,18	321,05	-497 752,13
	Funções sociais	31 595 357,47	2 368 751,52	-29 226 605,95
	Total	161 313 300,48	161 940 957,37	627 656,89
SMAS		32 282 519,21	32 385 549,08	103 029,87
Wemob		4 145 520,43	4 148 253,18	2 732,75
AGENEAL		130 440,72	231 261,48	100 820,76
ARRIBATEJO		279 904,83	100 505,32	-179 399,51
NOVA ALMADA VELHA		130 356,44	65 050,47	-65 305,97
Ajustamentos de consolidação		-6 922 656,17	-7 011 392,29	-88 736,12
Total		191 359 385,94	191 860 184,61	500 798,67

3.6 Outras informações

No quadro seguinte, apresenta-se as Entidades relevantes para efeitos da dívida total.

ENTIDADES	Dívida (Balanço)	Exceto Op. Tesouraria ⁷	Participação / quota parte ²	Dívida Total
Serviços municipalizados ³				1 624 291,20
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	4 253 911,81	2 629 620,61	1,0000000	1 624 291,20
Serviços Intermunicipalizados ³				0,00
	0,00	0,00	0,0000000	0,00
Entidades intermunicipais ³ :				
Área Metropolitana				1 774,30
AML - Área Metropolitana de Lisboa ⁵	53 536,72	18 924,00	0,0512616	1 774,30
Comunidade Intermunicipal				0,00
	0,00	0,00	0,0000000	0,00
Entidades associativas municipais ³ :				
Associações de Freguesias				0,00
	0,00	0,00	0,0000000	0,00
Associações de Municípios				420,37
AMRPM - Associação de Municípios Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis ⁶	0,00	0,00	0,0000000	0,00
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico ⁵	1 398,07	0,00	0,0200014	27,96
AIA - Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal ⁵	2 088,18	0,00	0,1590370	332,10
ASSOCIAÇÃO ADAPT.LOCAL-Rede Municípios Adapt.Local Alterações Climáticas ⁵	1 417,25	0,00	0,0425530	60,31
Empresas locais ⁴				0,00
WEMOB - E.M., S.A.	369 026,55	0,00	1,0000000	0,00
Empresas participadas ⁴				0,00
Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A	59 591 456,43	10 944 160,18	0,1233000	0,00
Cooperativas				0,00
	0,00	0,00	0,0000000	0,00
Fundações				0,00
	0,00	0,00	0,0000000	0,00
Entidades de outra natureza				875 757,58
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	5 186,77	0,00	0,6173000	5 186,77
NOVALMADAVELHA - Agência de Desenvolvimento Local	9 382,41	0,00	0,8475000	9 382,41
AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada ⁵	33 512,66	0,00	0,4652000	33 512,66
ARTEMREDE - Projeto de Cooperação Cultural ⁵	238 709,20	0,00	0,0673580	16 078,97
Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes se sustentáveis ⁶	0,00	0,00	0,0000000	0,00
Associação Turismo de Lisboa ⁶	0,00	0,00	0,0000000	0,00
Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada / Setúbal - MADAN PARQUE ⁵	1 996 548,00	0,00	0,4065000	811 596,76
TRANSPORLIS - Associação para a Exploração e Gestão dos Serviços de Informação de Viagens Multimodais da Área Metropolitana de Lisboa ⁵	0,00	0,00	0,0200000	0,00
TOTAL				2 502 243,45

¹ A preencher de acordo com o estabelecido no art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sucessivamente alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto

² Ou o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 54º

³ Para efeitos do apuramento da dívida total de cada município não é considerada a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, bem como as das entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores (art.º 54.º, n.º 4 da Lei n.º 73/2013).

⁴ Em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no art.º 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

⁵ À data de prestação de contas: dados provisórios das entidades relevantes para o apuramento da dívida total

⁶ À data não foi rececionada qualquer informação

⁷ Inclui Operações não Orçamentais dos SMAS

⁸ Em Liquidação

Dívida total – Apuramento da dívida total

ENTIDADES	Passivo não corrente (total)	Passivo não corrente - Provisões	Passivo não corrente - Diferimentos ²	Passivo corrente (total)	Passivo corrente - Diferimentos ²	Passivo relativo ao art.º 90-A do RFALFI	Saldo final de operações de tesouraria ³	Fundo de Apoio Municipal	Empréstimos bancários excluídos do cálculo	Dívida Total (10) = 1-2-3+4-5-6-7-8-9
Município	32 132 800,35	9 746 339,61	12 741 463,37	32 777 045,54	27 216 628,56	0,00	2 361 383,71	0,00	0,00	12 843 830,64
Serviços Municipalizados¹										
Serviços Intermunicipalizados¹	1 465 054,23	683 532,22	440 013,06	8 024 950,57	4 112 547,71	0,00	2 629 620,61	0,00	0,00	1 624 291,20
Entidades Intermunicipais¹:										0,00
Área Metropolitana										0,00
Comunidade Intermunicipal	79 244,01	60 320,01	0,00	79 402 523,87	79 367 911,15	0,00	18 924,00	0,00	0,00	34 612,72
Entidades associativas municipais¹:										0,00
Associações de Freguesias										0,00
AMRPMS - Associação de Municípios Rêde Portuguesa de Cidades Saudáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	0,00	0,00	0,00	1 398,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 398,07
AIA - Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal	0,00	0,00	0,00	2 088,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 088,18
ASSOCIAÇÃO ADAPT LOCAL - Rede Municipais Adaptações Climáticas	0,00	0,00	0,00	1 417,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 417,25
Empresas locais										0,00
WEMOB - E.M. S.A.	90 501,54	0,00	0,00	677 872,81	399 347,80	0,00	0,00	0,00	0,00	369 026,55
Empresas participadas										0,00
Amarul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.	8 375 105,29	64 654,50	0,00	71 291 284,06	20 010 278,42	0,00	10 944 160,18	0,00	0,00	48 647 296,25
Cooperativas										0,00
Fundações										0,00
Entidades de outra natureza										0,00
ARRIBA TEJO - Agência de Desenvolvimento Local	0,00	0,00	0,00	41 118,89	0,00	35 878,87	53,25	0,00	0,00	5 186,77
NOVALMADAVEIJA - Agência de Desenvolvimento Local				26 571,60	17 189,19	0,00	0,00	0,00	0,00	9 382,41
AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada	0,00	0,00	0,00	33 512,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33 512,66
ARTEMREDE - Projeto de Cooperação Cultural				412 566,79	173 857,59	0,00	0,00			238 709,20
Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Caluise para Aplicações Inteligentes e sustentáveis						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Associação Turismo de Lisboa	1 345 640,12	143 635,67		28 645 923,20	20 816 359,52	0,00	0,00	0,00	0,00	9 031 568,13
Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada / Setúbal - MADAN PARQUE	1 548 952,70			567 602,63	120 007,33					1 996 548,00
TRANSPORLIS - Associação para a Exploração e Gestão dos Serviços de Informação de Viagens Multimodais da Área Metropolitana de Lisboa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	45 037 098,24	10 698 482,01	13 181 476,43	221 903 876,12	152 234 127,27	35 878,87	15 954 141,75	0,00	0,00	74 838 888,03

¹ Para efeitos do apuramento da dívida total não é considerada a dívida que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores.

² Saldo da conta 2722- credores por acréscimo de gastos não considerado bem como o saldo da 2742 -Passivo por impostos diferidos, de acordo com o cálculo da Dívida Total

³ Inclui Operações não Orçamentais dos SMAS

Dívida total – Limite da dívida total

ENTIDADES	Receita Corrente Líquida Cobrada				Média	Limite ano N	Dívida Total Ano N	Margem/Excesso	
	Ano N-3 (2021)	Ano N-2 (2022)	Ano N-1(2023)	Valor absoluto				%	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = [(2)+(3)+(4)]/3	(6) = 1,5 * (5)	(7)	(8) = (7) - (6)	(9) = (8) / (6)	
Município	106 645 203,15	124 892 501,10	131 161 200,47	120 899 634,91	181 349 452,36	12 843 830,64			
Serviços Municipalizados	24 164 602,82	25 023 004,16	26 063 657,53	25 083 754,84	37 625 632,26	1 624 291,20			
Serviços Intermunicipalizados						0,00			
Entidades intermunicipais:									
Área Metropolitana						1 774,30			
Comunidade Intermunicipal						0,00			
Entidades associativas municipais:									
Associações de Freguesias						0,00			
Associações de Municípios						420,37			
Empresas locais									
WEIMOB - E.M. S.A.						0,00			
Empresas participadas									
Amarsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A						0,00			
Cooperativas						0,00			
Fundações						0,00			
Entidades de outra natureza						875 757,58			
TOTAL	130 809 805,97	149 915 505,26	157 224 858,00	145 983 389,74	218 975 084,62	15 346 074,09	-203 629 010,53	-93%	

Dívida Total a 01/01/2024
Margem Utilizável a 01/01/2024*
Margem Utilizável a 31/12/2024

24 402 176,93
78 726 469,13
87 782 571,97

*Artigo 3º da Lei n.º 29/2023, de 04 de Julho -Margem de endividamento para 2024

3.7 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Com a entrada em vigor em 2020 para as autarquias, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2019, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, passam a vigorar Normas de Contabilidade Pública (NCP), estabelecendo-se os normativos de consolidação de contas orçamental e financeiro, respetivamente na NCP 26 e NCP 22.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas regulamentada no SNC-AP pela NCP 22, sendo que ao nível das IPSAS a norma com maior relevância é a IPSAS 35 – Consolidated Financial Statements.

Atendendo à FAQ 18 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), os perímetros de consolidação orçamental e financeiro, não têm de ser coincidentes.

A identificação do perímetro de consolidação, tem subjacente a noção de controlo, pois considera-se que são incluídas no perímetro de consolidação as entidades controladas pela autarquia, definindo-se no artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro que : “O grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”

Ainda, com referência ao artigo mencionado no parágrafo anterior, define-se que o controlo se afere pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

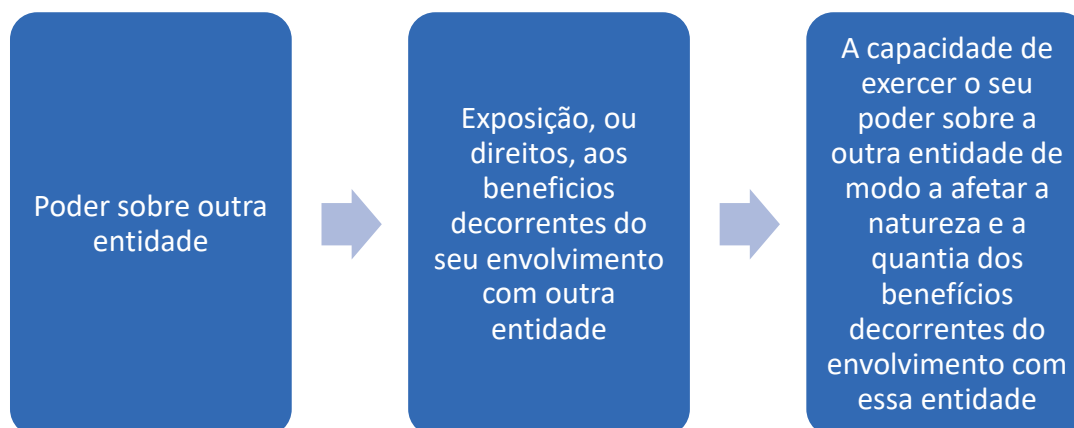
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:
 - De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

Considera-se adicionalmente que existe controlo, quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

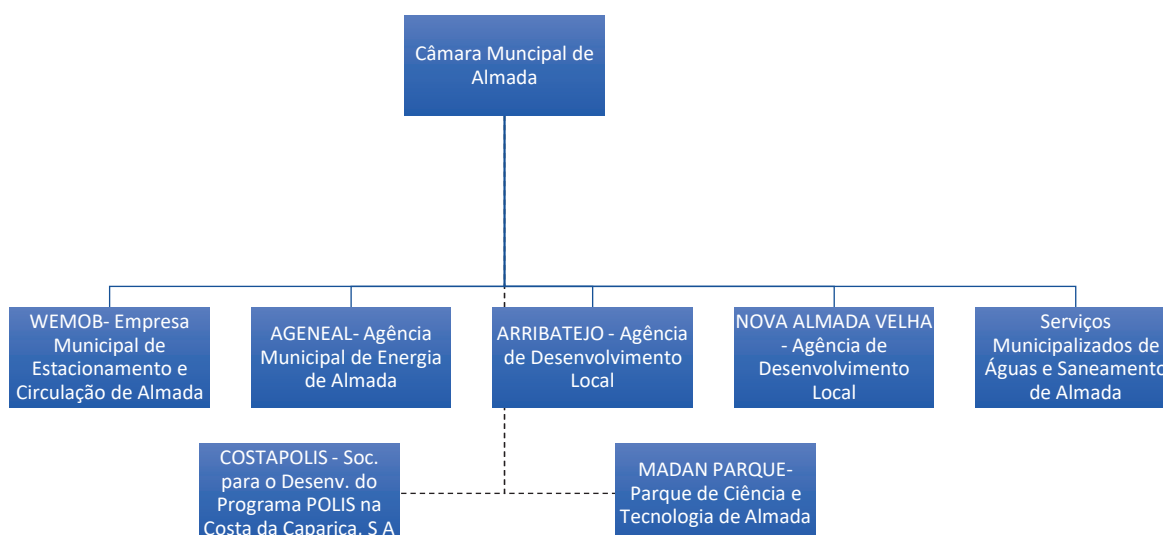
- A faculdade de vetar os orçamentos;
- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Refere-se no mesmo artigo que “Devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços municipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.”.

A definição de controlo estabelecida na NCP 22 é mais restritiva e define que existe controlo quando se tem cumulativamente:



Considerando a definição do perímetro de controlo para efeitos consolidação financeira preconizado na NCP 22 e Lei 73/2013, de 3 de setembro, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Almada (**Grupo Municipal**) é à data o seguinte:



Nota:

A tracejado encontram-se as entidades que não consolidam, mas que nos termos do normativo em vigor são contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP)

No quadro seguinte apresentam-se as entidades nas quais a Câmara Municipal detém uma participação financeira, evidenciando-se a percentagem de participação e aquelas onde existe uma relação de domínio.

Tipo	Entidade	Percentagem de participação		Método de contabilização
		% detenção direta da CMA	% detenção no grupo	
Empresa privada participação minoritária	AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	12,33%	12,33%	Custo
Empresa municipal	WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	100,00%	100,00%	Consolidação
Empresa do setor empresarial do estado - regime privado - influência significativa	COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	40,00%	40,00%	MEP
Associação onde o grupo tem o controlo	NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	84,75%	84,75%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	61,73%	61,73%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	46,52%	72,57%	Consolidação
Serviços onde o grupo tem o controlo	SMAS- Serviços Municipalizados de água e Saneamento de Almada	100,00%	100,00%	Consolidação
Associação onde o grupo tem influência significativa	MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	40,65%	MEP
Associação onde o grupo não tem influência significativa	Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	16,67%	16,67%	Custo
Fundo onde o grupo não tem influência significativa	Fundo de Apoio Municipal	0,67%	0,67%	Custo

O grupo autárquico para efeitos de consolidação é o apresentado no quadro seguinte.

Entidade	Entidade incluída na consolidação financeira
AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	X
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	X
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	X
WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	X
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	X

A consolidação orçamental exclui a empresa Wemob dado que esta não se encontra reclassificada para efeitos de contabilidade nacional.

São os seguintes os responsáveis pelas demonstrações consolidadas

Entidade	Entidade incluída na consolidação financeira	Demonstrações orçamentais	Demonstrações financeiras
Elaboração	António Adriano - Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças	X	X
Apresentação e divulgação	Inês de Medeiros - Presidente da Câmara Municipal	X	X
Aprovação	Câmara Municipal	X	X
Apreciação	Assembleia Municipal	X	X

Em anexo apresenta-se a identificação de cada uma das entidades e responsáveis nominais pela preparação das respetivas demonstrações financeiras e orçamentais.

Durante o ano de 2024 os serviços (SMAS) procederam a uma reanálise das infraestruturas existentes, a fim de ultrapassar a não conformidade, recorrente, apontada pela entidade reguladora (ERSAR), da qualidade do reporte da informação relativa aos ativos no âmbito do reporte de contas e garantir a correta estrutura de informação para os ativos existentes, que permita elaborar e facultar dados sobre o património necessários ao correto cumprimento das obrigações, tanto legais como de gestão interna, assegurando a atualização da informação interna e a organização dos processos administrativos. Procedeu-se à aquisição dos serviços de «Inventariação, Cadastro, Conciliação e Avaliação Patrimonial (Imóveis, Conduitas de Rede Água e Saneamento, Infraestruturas, Equipamento Básico e Bens Móveis)», por forma a avaliar e identificar todos os bens/rede que não tivessem registo contabilístico, ou que tendo não era possível alocar o custo histórico ao bem físico, sendo que para bens já registados e devidamente identificados manteve-se o custo histórico

Em 2024, e a fim de espelhar o princípio do acréscimo relativo à especialização dos proveitos, foram reconhecidos ganhos decorrentes da especialização dos proveitos faturados em janeiro de 2023, no valor de 2.332.003,11€, na conta 562 - Resultados transitados regularizações, sendo que os rendimentos decorrentes da faturação de janeiro de 2024, no montante de 1.757.129,39€, constam da conta de proveitos.

Tendo presente a NCP 1, os efeitos dos registos suprarreferidos nas demonstrações financeiras de 2024 e nos números comparativos reexpressos do período anterior são os seguintes:

Balanço Reexpresso

RUBRICAS	TOTAL CONSOLIDADO			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023 reexpresso	Variação da reexpressao em 2023
ATIVO				
Ativos não corrente:				
Ativos fixos tangíveis	584 349 619,49	516 386 019,79	561 379 693,20	44 993 673,37
Propriedades de Investimento	895 842,55	987 051,24	987 051,24	0,00
Ativos intangíveis	685 731,72	671 378,44	671 378,44	0,00
Participações financeiras	19 817 954,30	20 171 290,58	20 171 290,58	0,00
Outros Ativos financeiros	12 222,58	24 621,58	24 621,58	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios	-	-	-	-
Diferimentos	-	-	-	-
	605 761 370,64	538 240 361,63	583 234 035,04	44 993 673,41
Activo corrente:				
Inventários	1 806 431,32	1 543 294,30	1 543 294,30	0,00
Ativos biológicos	-	-	-	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	-	61 032,11	61 032,11	0,00
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	32 430,15	18 926,36	18 926,36	0,00
Devedores por empréstimos bonificados	-	-	-	0,00
Cientes, contribuintes e utentes	14 423 169,21	9 163 183,57	9 163 183,57	0,00
Estado e outros entes públicos	898 761,13	1 003 704,17	1 003 704,17	0,00
Outras contas a receber	51 879 490,56	45 960 963,18	48 292 966,28	2 332 003,09
Diferimentos	489 400,58	590 540,31	590 540,31	0,00
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	0,00
Outros ativos financeiros	-	-	-	0,00
Caixa e depósitos bancários	44 933 153,30	48 962 455,61	48 962 455,61	0,00
	114 462 836,25	107 304 099,61	109 636 102,71	2 332 003,10
	-	-	-	-
Total do Ativo	720 224 206,89	645 544 461,24	692 870 137,75	47 325 676,51
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	179 343 599,07	179 343 599,07	179 343 599,07	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	86 652,55	-	-	0,00
Prémios de emissão	-	-	-	0,00
Reservas	39 540 718,85	39 540 718,85	39 540 718,85	0,00
Resultados transitados	356 199 806,47	313 070 311,40	362 314 177,76	49 243 866,36
Ajustamentos em ativos financeiros	5 159 824,59	5 305 699,05	5 305 699,05	0,00
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações no património líquido	67 876 468,31	49 321 918,54	49 321 918,54	0,00
Resultado líquido do período	518 134,53	-3 573 350,71	-5 491 540,55	-1 918 189,84
Interesses que não controlam	249 662,71	266 998,56	266 998,56	0,00
Total do Património Líquido	648 974 867,08	583 275 894,77	630 601 571,28	47 325 676,51
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	10 429 871,83	10 889 625,71	10 889 625,71	0,00
Financiamentos obtidos	7 462 258,75	9 625 316,88	9 625 316,88	0,00
Fornecedores de investimentos	59 600,00	64 400,00	64 400,00	0,00
Responsabilidade por benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Diferimentos	13 181 476,43	7 737 908,91	7 737 908,91	0,00
Outras contas a pagar	2 554 949,11	2 202 547,50	2 202 547,50	0,00
	33 688 156,12	30 519 799,00	30 519 799,00	0,00
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios concedidos	230,59	-	-	-
Fornecedores	1 174 067,04	1 837 653,51	1 837 653,51	0,00
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 296 527,83	460 826,49	460 826,49	0,00
Estado e outros entes públicos	813 095,23	702 541,49	702 541,49	0,00
Financiamentos obtidos	2 163 049,66	2 414 639,85	2 414 639,85	0,00
Fornecedores de investimentos	188 864,81	587 216,17	587 216,17	0,00
Outras contas a pagar	15 755 992,64	14 318 578,53	14 318 578,53	0,00
Diferimentos	16 169 355,89	11 427 311,43	11 427 311,43	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
	37 561 183,69	31 748 767,47	31 748 767,47	0,00
Total do passivo	71 249 339,81	62 268 566,47	62 268 566,47	0,00
Total do património líquido e passivo	720 224 206,89	645 544 461,24	692 870 137,75	47 325 676,51

Demonstração de Resultados Reexpresso

RENDIMENTOS E GASTOS	Total consolidado			Variação da reexpressão em 2023
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023 reexpresso	
Impostos e taxas	89 940 289,39	78 826 809,18	78 837 489,69	10 680,51
Vendas	12 726 428,38	12 443 397,98	12 718 021,07	274 623,09
Prestações de serviços	35 066 767,14	33 849 994,33	34 139 564,45	289 570,12
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	44 617 961,98	42 318 459,92	42 318 459,92	
Variações nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-223 645,53	152,84	152,84	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 628 659,08	-3 049 169,89	-3 049 169,89	
Fornecimentos e serviços externos	-58 450 782,73	-54 847 890,44	-54 847 890,44	
Gastos com o pessoal	-75 822 479,49	-73 478 029,57	-73 478 029,57	
Transferências e subsídios concedidos	-21 394 664,91	-22 156 757,69	-22 156 757,69	
Prestações sociais	-2 678 716,46	-453 465,55	-453 465,55	
Imparidade de inventários(perdas/reversões)	0,00	13 951,51	13 951,51	
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	-574 212,43	-203 958,95	-203 958,95	
Provisões (aumentos/reduções)	412 172,56	-74 849,75	-74 849,75	
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	8 847 418,96	5 631 765,30	5 631 765,30	
Outros gastos e perdas	-6 313 805,92	-2 265 567,30	-2 265 567,30	
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamentos	23 524 071,86	16 554 841,92	17 129 715,64	574 873,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-22 696 641,18	-19 687 783,53	-22 180 847,09	-2 493 063,56
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	
Resultado operacional(antes de gastos de financiamentos)	827 430,68	-3 132 941,61	-5 051 131,45	-1 918 189,84
Juros e rendimentos similares obtidos	249 146,20	40 271,06	40 271,06	
Juros e gastos similares suportados	-569 887,93	-494 380,90	-494 380,90	
Resultado antes de impostos	506 688,95	-3 587 051,45	-5 505 241,29	-1 918 189,84
Imposto sobre o rendimentos	-5 890,28	-5 186,05	-5 186,05	
Resultado líquido do período	500 798,67	-3 592 237,50	-5 510 427,34	-1 918 189,84
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da empresa-mãe	518 134,53	-3 573 350,71	-5 491 540,55	-1 918 189,84
Interesses que não controlam	-17 335,86	-18 886,79	-18 886,79	0,00

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

As Demonstrações financeiras consolidadas apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações financeiras consolidadas preparadas em conformidade com o SNC-AP.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requiere que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

À data a Câmara Municipal de Almada tem implementadas todas as Normas de Contabilidade Públicas que lhe são aplicáveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos.

Conta	Consolidado	
Caixa	-	29 875,95
Depósitos à ordem	-	32 903 277,35
Depósitos à ordem no Tesouro	16 624 806,24	-
Depósitos à ordem	16 278 471,11	-
Outros depósitos	-	-
Depósitos a prazo	-	12 000 000,00
Depósitos consignados	-	-
Depósitos de garantias e cauções	-	-
Total		44 933 153,30

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação. Por aplicação da opção prevista do manual de implementação do SNC-AP, aprovado pela Comissão de Normalização Contabilística.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Sempre que possível e quando relevante, é apresentada informação comparativa com respeito ao período anterior.

A consistência das demonstrações financeiras consolidadas, procura ser efetuada tanto ao nível dos movimentos contabilísticos e políticas contabilísticas, como também pela apresentação e divulgação.

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras consolidadas, os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, exceto quando imateriais.

Tanto os ativos e passivos, como os rendimentos e gastos, não são sujeitos a compensação, exceto quando exigível por aplicação de uma NCP.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a CMA, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à CMA ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções.

Os ativos titulados pela Wemob, que não está sujeita ao SNC-AP na preparação das suas demonstrações financeiras individuais, não utiliza o Classificador Complementar 2, contudo dado o escasso valor desses ativos e do facto das vidas uteis serem essencialmente idênticas, não se considerou relevante alterar a vida útil dos ativos.

Os terrenos atendendo à sua natureza não são depreciables.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos.

O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciável, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu Valor Patrimonial Tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, são considerados por esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pelo Grupo Municipal, mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a autarquia mantém o controlo quanto ao seu uso.

Os bens concessionados a terceiros, como os referentes à rede de iluminação, são considerados ativos fixos tangíveis, por aplicação dos critérios de reconhecimento da NCP 4.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e ou valorização do capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento, quando gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pelo grupo autárquico.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

Investimentos financeiros

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

Diferimentos

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

Clientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relacionado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Grupo Municipal não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços do grupo autárquico e bens destinados a venda no ciclo normal da atividade.

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Os contratos de locação financeira são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.
- A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância e não da forma do contrato.
- Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no Balanço o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.
- Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas, e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo, são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.

- Os juros de empréstimos destinados ao financiamento de empreitadas são considerados como custo do ativo fixo tangível enquanto decorre a obra, enquanto a mesma decorre dentro do período normal calendarizado.

Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando o Grupo Municipal se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados inicialmente pelo justo valor e subsequentemente pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Provisões

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Grupo Municipal racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras consolidadas 'desse período.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo Municipal.

Foram também apuradas provisões para fazer face a pagamentos futuros de acidentes de trabalho, sendo a estimativa efetuada de acordo com as tábuas de mortalidade.

Outras variações de capitais próprios

Inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2020), referentes a investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados na medida em que se deprecia o bem para o qual se destinou o apoio.

Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na sub-rubrica de Remunerações a Liquidar.

Juros e gastos similares

Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados consolidada do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso.

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebido e de que o grupo autárquico cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica outras variações no património líquido. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

Nota 3 –Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas informáticos diferenciados do computador.

A depreciação dos ativos intangíveis é realizada pelo método da linha reta.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e quando não definida em análise particular, são aplicadas as seguintes de forma genérica:

	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação
Taxas de depreciação	33,33%	33,33%
Métodos de depreciação	Linha reta	Linha reta

No quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas em ativos intangíveis:

		CONSOLIDADO									
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições
	Ativos Intangíveis										
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI2	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI3	Projetos de desenvolvimento	22 094,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 196,47	0,00	-1 926,82	7 971,00
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	629 282,57	380 687,81	82 038,61	0,00	0,00	0,00	-427 812,35	0,00	-22 304,25	641 892,39
AI5	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI6	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI7	Ativos intangíveis em curso	20 001,49	101 919,36	-82 038,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35 868,24
TOTAL		671 378,44	482 607,17	0,00	0,00	0,00	0,00	-440 008,82	0,00	-24 231,07	685 731,72

Detalham-se no quadro seguinte as adições e diminuições ocorridas em ativos intangíveis:

Aumentos

Rubrica	Designação	CONSOLIDADO									
		Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis	0,00	482 607,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	482 607,17
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI2	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI3	Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	0,00	380 687,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	380 687,81
AI5	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI6	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI7	Ativos intangíveis em curso	0,00	101 919,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101 919,36
TOTAL		0,00	482 607,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	482 607,17

Diminuições

Rubrica	Designação	CONSOLIDADO				
		Diminuições				
		Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	-24 231,07	-24 231,07
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI2	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI3	Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	-1 926,82	-1 926,82
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	-22 304,25	-22 304,25
AI5	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI6	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI7	Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	-24 231,07	-24 231,07

Nota 4 –Acordos de concessão de serviços: Concedente

Atualmente o Grupo Municipal tem em vigor as seguintes concessões:

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	NIPC	Objeto concessão	Período de concessão	Pagamento ao concessionário
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP, S.A	504394029	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão	20 anos	---

O contrato referido no quadro anterior, teve o seu término em junho de 2022, sendo que confere o direito a recebimentos à CMA e não têm qualquer pagamento associado,

exceto em caso de resgate da concessão ou não têm qualquer pagamento associado, exceto em caso de resgate da concessão ou de não atribuição de nova concessão.

A Orientação Técnica n.º 1 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), aprovada pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão Executiva (CE) da CNC em 18 de fevereiro de 2025, aborda o tratamento contabilístico dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. Esses contratos, estabelecidos conforme o Decreto-Lei n.º 344-B/82 e suas alterações, sendo que para assegurar a continuidade dos serviços até a implementação de novas concessões previstas para 2026, muitos municípios prorrogaram esses contratos.

A orientação destaca que, conforme a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 4, os municípios, na qualidade de concedentes, devem reconhecer os ativos relacionados com a concessão se controlarem ou regularem os serviços prestados e tiverem direito a benefícios económicos futuros desses ativos, mas apenas se tiverem informação para o efeito, sendo que geralmente essa informação nem sempre é enviada de forma completa e atempada. Além disso, a renda paga pela E-Redes aos municípios pela exploração da concessão deve ser reconhecida como rendimento ao longo do período da concessão.

No caso específico da Câmara Municipal de Almada (CMA), em 2021, foram reconhecidos pela primeira vez os ativos em concessão à E-Redes, com atualizações subsequentes baseadas em dados de 2022. Esse reconhecimento deve-se ao facto da CMA entender possuir informações suficientes para identificar e mensurar esses ativos, alinhando-se às diretrizes da NCP 4 e da Orientação Técnica n.º 1 da CNC.

Bem	Real 2023			Provisório 2024 (dados remetidos pela ERedes em 2025)		
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Líquido	Valor bruto	Depreciação acumulada	Líquido
Postos Transformação e Seccionamento	25 941 540,51	22 582 788,71	3 358 751,80	26 025 904,78	22 824 236,79	3 201 667,99
Redes aéreas	18 989 220,68	17 355 497,77	1 633 722,91	17 942 165,08	16 324 829,74	1 617 335,34
Redes subterrâneas	21 775 932,34	19 274 857,47	2 501 074,87	20 581 299,47	18 152 232,05	2 429 067,42
Chegadas aéreas	5 332 626,13	5 239 387,37	93 238,76	4 194 209,80	4 109 561,54	84 648,26
Chegadas subterrâneas	11 773 655,54	9 707 640,39	2 066 015,15	12 294 197,07	9 789 431,86	2 504 765,21
Contadores	10 301 413,82	10 237 271,82	64 142,00	7 573 108,57	7 524 364,85	48 743,72
Outro equipamento	3 258 502,61	2 980 162,47	278 340,14	2 536 730,76	2 263 924,76	272 806,00
Iluminação pública	20 174 446,88	17 762 520,23	2 411 926,65	20 072 773,16	17 499 832,07	2 572 941,09
Eq. Telegestão Energia EDP Box	5 093 870,09	2 491 143,45	2 602 726,64	5 497 571,23	2 927 621,05	2 569 950,18
Total de ativo concessionado	122 641 208,60	107 631 269,68	15 009 938,92	116 717 959,92	101 416 034,71	15 301 925,21
Comparticipações líquidas de terceiros			-4 454 791,39			-4 874 510,35
Custos com ativos concessionados suportados pela ERedes descontados de participações de terceiros			10 555 147,53			10 427 414,86

Rubrica	Valor
Diferimento inicial de 2024	10 308 982,57
AFT liq. provisório de 2024	15 009 938,92
Comparticipações de terceiros liq. provisórias	- 4 874 510,35
Diferimento do período relativo à concessão	10 135 428,57

O rendimento diferido corresponde ao montante dos ativos fixos tangíveis líquido de depreciações e que tenham sido encargo da E-Redes e que em caso de resgate da concessão ou não renovação, existe uma indemnização a pagar de montante sensivelmente semelhante. O grupo autárquico não considera este montante como passivo financeiro, dado que pretende realizar um novo contrato de concessão nos termos da legislação que está ainda por aprovar.

Nota 5 –Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do grupo municipal são variados, incluem, entre outros, edifícios municipais do domínio privado e equipamento mobiliário, mas a sua principal componente é relativa às infraestruturas (rede de estradas, rede de saneamento e águas, equipamentos urbanos) e outros bens de domínio público.

Os terrenos onde se encontram implantados os equipamentos estão autonomizados nas respetivas rubricas.

Mensuração de Ativos pelo VPT

No âmbito dos trabalhos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma *NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis*, foi efetuada a avaliação de bens imóveis adquiridos em transações sem contraprestação de acordo com o seu ponto 19, o qual prevê a sua mensuração pelo valor patrimonial tributário.

Inventariação de Bens do Domínio Público

Para efeitos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma *NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis*, cujo ponto 13 prevê que as infraestruturas satisfazem a definição de ativos fixos tangíveis devem ser contabilizadas de acordo com esta norma, foi efetuada a inventariação e avaliação de infraestruturas rodoviárias municipais.

Ativos fixos tangíveis em curso

Consideram-se ativos fixos tangíveis em curso, aqueles que ainda não se encontram disponíveis para uso, pelo que ainda não estão sujeitos a depreciação.

Vidas úteis ou taxas de depreciação

As taxas de depreciação utilizadas, para os bens referentes a infraestruturas afetas à CMA foram determinadas em relatório de empresa externa contratada para o efeito, a quando da sua avaliação pelo justo valor desses bens para efeitos de custo considerado.

O método de depreciação utilizado é o da linha reta, sendo as vidas uteis essencialmente as seguintes:

Tipo de AFT	Taxa média de depreciação
Terrenos e recursos naturais	0%
Edifícios e outras construções	5%
Equipamento básico	entre 5% a 20%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento administrativo	13%
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2% a 25%

As variações ocorridas em ativos fixos tangíveis, resumem-se no seguinte quadro:

	CONSOLIDADO						
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período					Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico,	85 515 578,78	43 537 872,00	9 905 111,99	0,00	-5 959 886,74	-82 241,30	132 916 434,73
Terrenos e recursos naturais	6 035 255,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 035 255,17
Edifícios e outras construções	4 252 594,26	17 957,79	1 178 823,55	0,00	-243 951,12	0,00	5 205 424,48
Infraestruturas	72 896 402,59	43 392 469,86	9 677 163,88	0,00	-5 714 924,98	-82 241,30	120 168 870,05
Património histórico, artístico e cultural	1 205 754,49	4 323,71	8 543,57	0,00	-1 010,64	0,00	1 217 611,13
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	1 125 572,27	123 120,64	-959 419,01	0,00	0,00	0,00	289 273,90
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	13 080 412,45	-8 482 588,60	0,00	0,00	10 515 174,35	0,00	15 112 998,20
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	13 080 412,45	-8 482 588,60	0,00	0,00	10 515 174,35	0,00	15 112 998,20
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	417 790 188,45	60 544 814,88	-10 026 777,10	0,00	-16 093 939,80	-15 894 099,87	436 320 186,56
Terrenos e recursos naturais	180 656 995,18	559 800,00	0,00	0,00	0,00	-494 893,70	180 721 901,48
Edifícios e outras construções	196 820 319,87	30 557 940,45	7 678 559,62	0,00	-8 671 109,48	-13 759 628,61	212 626 081,85
Equipamento básico	9 768 525,22	9 863 018,62	120 000,00	0,00	-4 153 555,22	-65 793,94	14 940 048,68
Equipamento de transporte	4 342 417,41	1 385 173,96	4 920,00	0,00	-1 466 816,58	-772,80	4 264 921,99
Equipamento administrativo	1 739 717,28	1 396 467,36	0,00	0,00	-880 170,73	-444,46	2 255 569,45
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 866 897,33	2 396 235,10	0,00	0,00	-922 287,79	-116 492,87	3 224 351,77
Ativos fixos tangíveis em curso	22 595 316,16	14 386 179,39	-17 830 256,72	0,00	0,00	-863 927,49	18 287 311,34
TOTAL	516 386 179,68	95 600 098,28	-121 665,11	0,00	-11 538 652,19	-15 976 341,17	584 349 619,49

A desagregação das adições e diminuições resumem-se nos quadros seguintes:

Aumentos

Ativos Fixos Tangíveis	CONSOLIDADO										
	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico,	0,00	178 086,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43 339 785,32	43 537 872,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	17 957,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 957,79
Infraestruturas	0,00	32 684,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43 339 785,32	43 392 469,86
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	4 323,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 323,71
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	123 120,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123 120,64
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	2 251 899,65	0,00	0,00	0,00	-10 734 488,25	0,00	0,00	0,00	0,00	-8 482 588,60
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	2 251 899,65	0,00	0,00	0,00	-10 734 488,25	0,00	0,00	0,00	0,00	-8 482 588,60
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	24 537 412,54	16 227 887,34	0,00	0,00	534 800,00	0,00	0,00	0,00	19 244 715,00	60 544 814,88
Terrenos e recursos naturais	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00	534 800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	559 800,00
Edifícios e outras construções	0,00	3 645 961,11	16 227 887,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 684 092,00	30 557 940,45
Equipamento básico	0,00	3 233 055,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 629 965,00	9 863 018,62
Equipamento de transporte	0,00	1 385 173,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 385 173,96
Equipamento administrativo	0,00	1 221 458,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175 009,00	1 396 467,36
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	640 586,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 735 649,00	2 396 235,10
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	14 386 179,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 386 179,39
TOTAL	0,00	26 967 398,87	16 227 887,34	0,00	0,00	-10 199 688,25	0,00	0,00	0,00	62 604 500,32	95 600 098,28

Diminuições

	CONSOLIDADO					
Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico,	0,00	0,00	0,00	0,00	82 241,30	82 241,30
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	82 241,30	82 241,30
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	15 894 099,87	15 894 099,87
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	494 893,70	494 893,70
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 759 628,61
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	657 939,94	657 939,94
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	772,80
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	444,46	444,46
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	116 492,87	116 492,87
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00		863 927,49
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	15 976 341,17	15 976 341,17

Devido a restrições técnicas no lançamento, os valores das diminuições estão totalmente refletidos na coluna "Outras", independentemente da sua origem. Essas diminuições resultam principalmente da operação de análise das infraestruturas dos SMAS, conforme detalhado na nota 1 de reexpressão.

Nota 6 –Locações

Apresenta-se no quadro seguinte a informação agregada relativa aos contratos de locação identificados como relevantes pelas entidades que integram o Grupo Municipal, sendo que os mesmos correspondem, a contratos celebrados pela Câmara Municipal de Almada. A respetiva desagregação por contrato encontra-se detalhada no mapa que se segue.:

• 6.1 Locações Operacionais – Locatário

Descrição	Início	Fim	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor 2024	Observações
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Capitão Leitão nº 6 - 1º esq., Almada Comodatado à delegação de Almada da Ordem dos Advogados	01/11/1972	31/12/2023	181767040	613	580,00 €	355 540,00 €	7 577,00 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Praceta Drª Adelaide Coutinho, nº 8A cave Dtª - Almada Armazém Arquivo Histórico	01/10/2008	31/12/2023	227996917	182	600,00 €	109 200,00 €	7 800,00 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Marcos Assunção, nº 3B, Pragal Atendimento da Divisão de Habitação	01/06/2017	31/12/2023	147061431	78	695,11 €	54 218,58 €	8 810,88 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-D, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/11/1975	31/12/2023	154489360	577	121,85 €	70 307,45 €	1 584,05 €	Serviços
134201820: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Catarina Eufémia, Nº 9 - 3º Frt. Almada Habitação Social	01/12/2015	01/03/2020	221315624	51	267,97 €	13 666,47 €	0,00 €	Habitação Social
134201828: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Mouzinho de Albuquerque, Nº 4 - 4º Dtª Almada Habitação Social	01/08/2016	31/07/2024	255786166	95	444,93 €	42 268,35 €	1 779,72 €	Habitação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-E, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	28/01/1975	31/12/2023	743625161	587	725,07 €	425 616,09 €	9 331,81 €	Serviços
134201833: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Carvalho Freire, Nº 62 - 2º Esq. Almada Habitação Social	01/08/2016	31/07/2021	143801635 208937692	59	359,80 €	21 228,20 €	0,00 €	Habitação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Pedro Nunes, 40-H, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/06/2008	31/12/2023	181862905	186	1 871,45 €	348 089,70 €	23 843,05 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-G, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	05/01/1975	31/12/2023	114995664	587	913,27 €	536 089,49 €	11 681,68 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional 15 escritórios (frações autónomas) sitas no piso 3 do Almada Business Center, Rua Marcos Assunção n.º 4 Departamento Comunicação / DISH	01/07/2016	30/06/2026	514634685	119	6 671,94 €	793 960,86 €	0,00 €	Serviços
13420191: Contrato de arrendamento não habitacional 10 escritórios (frações autónomas) sitas no piso 2 do Almada Business Center, Rua Marcos Assunção n.º 4 Departamento Comunicação / DISH	20/12/2019	19/07/2022	514634685	30	13 028,77 €	390 863,10 €	0,00 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 40-C, 40-D e 40-E, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	07/11/1979	31/12/2023	114024359	529	1 748,65 €	925 035,85 €	17 486,53 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-C, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/02/1975	31/12/2023	145180204	586	653,57 €	382 992,02 €	8 496,41 €	Serviços
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RUA D. SANCHO I, N.º 5 4º ESQ. ALMADA - FRAÇÃO I	01/06/2023	30/06/2028	500715505A	60	880,00 €	52 800,00 €	12 320,00 €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RUA DA ALEGRIA, Nº9 - 3º DTª, LARANJEIRO AP30	01/01/2022	31/07/2022	505949598	6	293,25 €	1 759,50 €	0,00 €	Habitação Social
	01/08/2022	31/07/2023		11	294,51 €	3 239,61 €	1 767,06 €	
134201835: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Carolina Michaelis, Nº 6 - 1º B Laranjeiro Habitação Social	01/12/2016	30/11/2021	508904773	59	482,77 €	28 483,43 €	0,00 €	Habitação Social
134201840: Contrato de Arrendamento Habitacional Praceta do Cristo Rei, Nº 10 - 1º Dtª Almada Habitação Social	01/12/2016	30/11/2021	508904773	59	406,54 €	23 985,86 €	0,00 €	Habitação Social
1342018: Contrato de Arrendamento Habitacional Travessa Ernesto Veiga de Oliveira, Nº 3 - 3º Dtª. Caparica Habitação Social	01/08/2015	01/08/2020	508904773	60	445,00 €	26 700,00 €	0,00 €	Habitação Social
134201817: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua União Piedense, Nº 98 - 3º Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	01/08/2020	514650605	60	485,38 €	29 122,80 €	0,00 €	Habitação Social
134201832: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Duarte Melo, Nº 14 C/V Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/08/2016	15/10/2020	514650605	50,5	303,36 €	15 319,68 €	0,00 €	Habitação Social
134201836: Contrato de Arrendamento Habitacional Alameda Guerra Junqueiro, Nº 32 - 10º Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/12/2016	28/09/2022	514650605	69	303,36 €	20 931,84 €	0,00 €	Habitação Social
134201838: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Fernão Lourenço, Nº 3 - 1º Dtª Almada Habitação Social	01/12/2016	15/10/2020	514650605	46,5	262,91 €	12 225,32 €	0,00 €	Habitação Social
134201839: Contrato de Arrendamento Habitacional Praceta Bento Moura, Nº 2 - 8º D Laranjeiro Habitação Social	01/12/2016	15/10/2020	514650605	46,5	338,75 €	15 751,88 €	0,00 €	Habitação Social

Descrição	Início	Fim	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor 2024	Observações
Contrato de arrendamento habitacional Rua da Bela Vista, n.º 92, 5º C, Caparica Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	514650605	62,5	293,25 €	18 328,13 €	0,00 €	Habitação Social
134201810: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua das Flores, Nº 7 - 3º Dtº Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	514650605	62,5	404,48 €	25 280,00 €	0,00 €	Habitação Social
134201819: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Bartolomeu Dias, Bloco G-I - R/C G Caparica Habitação Social	01/12/2015	01/12/2020	514650605	60	247,74 €	14 864,40 €	0,00 €	Habitação Social
134201823: Contrato de Arrendamento Habitacional Av. D. Nuno Álvares Pereira, Nº 32 - 3º Almada Habitação Social	01/12/2015	01/10/2020	514650605	58	399,42 €	23 166,36 €	0,00 €	Habitação Social
134201824: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Ilha do Príncipe, nº 3 - C/V Esq. Almada Habitação Social	01/12/2015	15/10/2020	514650605	58,5	379,20 €	22 183,20 €	0,00 €	Habitação Social
134201825: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua dos 3 Vales, Nº 32 - 7º B Caparica Habitação Social	01/03/2016	15/10/2020	514650605	55,5	369,09 €	20 484,50 €	0,00 €	Habitação Social
13420183: Contrato de arrendamento habitacional Rua Gil Eanes, Bloco G-IV, Nº 25 - 2º G Caparica Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	514650605	62,5	353,92 €	22 120,00 €	0,00 €	Habitação Social
13420185: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Vila do Seixal, Nº 32 - 3º Dtº Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	514650605	62,5	449,98 €	28 123,75 €	0,00 €	Habitação Social
13420189: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua da Boa Nova, Nº 3 - 3º Dtº Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	514650605	62,5	328,64 €	20 540,00 €	0,00 €	Habitação Social
Contrato de arrendamento não habitacional R. D. José de Mascarenhas nº 35, 1.º andar Dt.º e Esq.º, Almada Contact Center e Gabinete de Vereação da Oposição	01/07/2006	31/12/2023	164064095	209	777,62 €	162 523,45 €	9 331,49 €	Serviços
134201828: Contrato de Arrendamento Habitacional Praceta Barbosa Bucage, Nº 1 - 5º Dtº Laranjeiro Habitação Social	01/08/2016	31/07/2021	514650605	59	283,14 €	16 705,26 €	0,00 €	Habitação Social
134201834: Contrato de Arrendamento Habitacional com FIIAH - Cidades de Portugal Rua da Liberdade, Nº 12 - 1º Dtº Trafaria	01/08/2016	30/11/2020	514650605	51	288,19 €	14 697,69 €	0,00 €	Habitação Social
134201841: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua S. Lourenço Nascente, nº 20 - 7º A Caparica Habitação Social	01/12/2016	30/11/2021	514650605	59	283,14 €	16 705,26 €	0,00 €	Habitação Social
134201811: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua da Alegria, Nº 9 - 3º Dtº Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	01/08/2021	514650605	72	293,25 €	21 114,00 €	0,00 €	Habitação Social
134201815: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Tristão da Cunha, Nº 19 - C/V Dtº Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	23/04/2021	514650605	68	278,08 €	18 909,44 €	0,00 €	Habitação Social
134201827: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Adriano Correia de Oliveira, Nº 37 - R/C Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/08/2016	15/12/2020	514650605	52,5	480,32 €	25 216,80 €	0,00 €	Habitação Social
Rua Sebastião Lopes, Nº 1 - 2º C Laranjeiro	01/08/2015	01/12/2019	514650605	52	252,80 €	13 145,60 €	0,00 €	Habitação Social
Rua Amadeu de Sousa Cardoso, Nº 5 - R/C H Laranjeiro	01/12/2015	01/12/2019	514650605	48	308,42 €	14 804,16 €	0,00 €	Habitação Social
13420186: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Vila do Seixal, Nº 15 - 2º Dtº Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	01/02/2020	514650605	54	348,86 €	18 838,44 €	0,00 €	Habitação Social
134201821: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Alameda Guerra Junqueiro, Nº 32 - 7º Dtº Tras. Laranjeiro Habitação Social	01/12/2015	01/10/2020	514114576	58	267,97 €	15 542,26 €	0,00 €	Habitação Social
ZTRE-02645 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELAS LETRAS FF DESTINADA A HABITAÇÃO SEGUNDO ANDAR LETRA A - HABITAÇÃO - COM ENTRADA PELO Nº 24, SITA NA RUA DA BANDEIRA, NºS 22-A E 24, FREGUESIA DO BARREIRO	01/09/2022	28/02/2025	515793140	30	695,11 €	20 853,30 €	8 341,32 €	Habitação Social
ZTRE-03306 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELAS LETRAS "AQ" DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO NONO ANDAR C, SITA NA QUINTADA VAREJEIRA, MIRATEJO, RUA EÇA DE QUEIRÓS, Nº4, FREGUESIA DE CORROIOS	01/09/2022	28/02/2025	515793140	30	684,42 €	20 532,60 €	8 213,04 €	Habitação Social
ZTRE-02846 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELAS LETRAS AB DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO QUINTO ANDAR A, SITA NA RUA ANTÓNIO BANDEIRA, Nº 8, FREGUESIA DO ARRENTELA	01/09/2022	28/02/2025	515793140	30	673,72 €	20 211,60 €	8 084,64 €	Habitação Social

Descrição	Início	Fim	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor 2024	Observações
ZTRE-04087 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA "D" DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO SEGUNDO ANDAR ESQUERDO, SITA NO VALE FETAL - LOTE 11, RUA MATEUS FERNANDES, NºS 8 E 8-A, FREGUESIA DE CHARNECA DA CAPARICA, CONCELHO DE ALMADA	01/09/2022	29/02/2024	515793140	18	659,54 €	11 871,72 €	- €	Habitação Social
ZTRE-02966 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO TERCEIRO ANDAR ESQUERDO, SITA NA QUINTA DAS INGLESINHAS, CRUZ DE PAU, RUA DE BISSAU, NºS 21, 21-A E 21-B, FREGUESIA DE AMORA	01/09/2022	28/02/2025	515793140	30	748,58 €	22 457,40 €	8 982,96 €	Habitação Social
ZTRE-01296 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO QUARTO ANDAR DIREITO, SITA NA QUINTA DOS EUCALIPTOS, LOTE 27, RUA BENTO DE JESUS CARAÇA, Nº 36, FREGUESIA DE LARANJEIRO, CONCELHO DE ALMADA	01/09/2022	29/02/2024	515793140	18	859,83 €	15 476,94 €	- €	Habitação Social
ZTRE-02288 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO SEGUNDO ANDAR LETRA A, SITA NA RUA ARMINDO DE ALMEIDA, NºS 14, 14-A, 14-B, 16 E 16-A, FREGUESIA DE VERDERENA, CONCELHO DO BARREIRO	01/09/2022	28/02/2025	515793140	30	823,44 €	24 703,20 €	9 881,28 €	Habitação Social
ZTRE-01383 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO TERCEIRO ANDAR DIREITO-HABITAÇÃO, SITO NA RUA FERRER TRINDADE, Nº 5, FREGUESIA DE ALTO DO SEIXALINHO, CONCELHO DO BARREIRO	01/10/2022	31/03/2025	515793140	30	908,99 €	27 269,70 €	11 583,88 €	Habitação Social
ZTRE-01392 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO TERCEIRO ANDAR DIREITO, BLOCO 2 EDIFÍCIO 4-COM ENTRADA PELA RUA JOÃO DOMINGOS BOMTEMPO, Nº6 - DESTINADO A HABITAÇÃO E ARRECADACÃO NA CAVE COM O Nº A-8 E UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO NA CAVE COM O Nº E-72, SITO NA RUA JOLY BRAGA SANTOS NºS 27, 29, 31, 33, 35, 37, E 39; RUA JORGE PEIXINHO NºS 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37 E 39; RUA JOÃO DOMINGOS BOMTEMPO NºS 6, 8 E 10; RUA JOSÉ VIANA DA MOTA NºS 20, 22 E 24, FREGUESIA DE ALHOS VEDROS, CONCELHO DA MOITA	01/10/2022	31/03/2025	515793140	30	737,89 €	22 136,70 €	8 854,68 €	Habitação Social
ZTRE-02626 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA J DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO QUARTO ANDAR ESQUERDO-HABITAÇÃO, SITO NA AV. D. AFONSO HENRIQUES Nº54 E 54 A, FREGUESIA DE VERDERENA, CONCELHO DO BARREIRO	01/10/2022	31/03/2025	515793140	30	641,64 €	19 249,20 €	7 699,68 €	Habitação Social
ZTRE-02635 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA L DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO TERCEIRO ANDAR ESQUERDO, SITO NA RUA QUINTA DA MEDIDEIRA, NºS 12 E 12-A, FREGUESIA DE AMORA, CONCELHO DO SEIXAL	01/10/2022	31/03/2025	515793140	30	673,72 €	20 211,60 €	8 387,22 €	Habitação Social
ZTRE-02701 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO QUINTO ANDAR D, SITO NA QUINTA DA MEDIDEIRA, LOTE 32, RUA IVONE SILVA, Nº3, FREGUESIA DE AMORA, CONCELHO DO SEIXAL	01/10/2022	31/03/2025	515793140	30	695,11 €	20 853,30 €	8 341,32 €	Habitação Social
ZTRE-04079 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO SEXTO ANDAR LETRA A, SITO NA PRACETA GREGÓRIO CRISPIM OLIVEIRA, Nº7, FREGUESIA DE ARRENTELA, CONCELHO DO SEIXAL	01/10/2022	31/03/2025	515793140	30	748,58 €	22 457,40 €	8 982,96 €	Habitação Social
ZTRE-00946 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO TERCEIRO ANDAR ESQUERDO, COM ARRECADACÃO LETRA J NO SÓTÃO E PARQUEAMENTO Nº 5 NA CAVE, SITO NA RUA BLANC DE PORTUGAL, NºS 7 E 7-A, FREGUESIA DE CHARNECA DE CAPARICA, CONCELHO DO ALMADA	10/10/2022	10/04/2024	515793140	18	1 082,38 €	19 482,84 €	- €	Habitação Social
ZTRE-01393 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA "BU" DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO SEGUNDO ANDAR DIREITO-BLOCO 2 EDIFÍCIO 5- COM ENTRADA PELA RUA JOSÉ VIANNA DA MOTA, Nº24- E ARRECADACÃO NA CAVE COM O Nº A-5 E UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO NA CAVE COM O Nº E-65, SITO NA RUA JOLY BRAGA SANTOS NºS 27, 29, 31, 33, 35, 37 E 39, RUA JORGE PEIXINHO NºS 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37 E 39; RUA JOÃO DOMINGOS BOMTEMPO NºS 6, 8 E 10; RUA JOSÉ VIANNA DA MOTA NºS 20, 22 E 24, FREGUESIA DE ALHOS VEDROS, CONCELHO DA MOITA	10/10/2022	10/04/2025	515793140	30	802,05 €	24 061,50 €	9 624,60 €	Habitação Social

Descrição	Início	Fim	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor 2024	Observações
ZTRE-02085 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA BU DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO QUINTO ANDAR 503 E ARRECADAÇÃO NO MESMO PISO - HABITAÇÃO- ENTRADA Nº22, SITO NA AVENIDA DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS, Nºs 22, 22-A, 22-B, 22-C, 22-D, 22-E, 24, 24-A, 24-B, 24-C, 24-D, 24-E, 24-F E 24-G, FREGUESIA DE ALTO DO SEIXALINHO, CONCELHO DO BARREIRO	10/10/2022	10/04/2025	515793140	30	780,66 €	23 419,80 €	9 367,92 €	Habitação Social
ZTRE-01413 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO SITO NA RUA JOÃO DOMINGUES BOMTEMPO, Nº10, 2º DIREITO, FREGUESIA DE ALHOS VEDROS, CONCELHO DA MOITA	18/10/2022	21/04/2025	515793140	30	855,52 €	25 665,60 €	10 266,24 €	Habitação Social
ZTRE-01366 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO SEGUNDO ANDAR DIREITO, SITO NA RUA FERRER TRINDADE, Nº3 2º DIREITO, FREGUESIA DE ALTO DO SEIXALINHO, CONCELHO DO BARREIRO	18/10/2022	18/04/2025	515793140	30	812,74 €	24 382,20 €	9 752,88 €	Habitação Social
ZTRE-01382 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO SEGUNDO ANDAR ESQUERDO, SITO NA RUA FERRER TRINDADE, Nºs 2º ESQUERDO, FREGUESIA DE ALTO DO SEIXALINHO, CONCELHO DO BARREIRO	18/10/2022	18/04/2025	515793140	30	898,30 €	26 949,00 €	10 779,60 €	Habitação Social
ZTRE-03172 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO ANDAR FRENTE, SITO NA RUA JOÃO MARTINS BANDEIRA, Nº1 1º FRENTE, FREGUESIA DE ARRENTELA, CONCELHO DO SEIXAL	22/10/2022	22/04/2025	515793140	30	769,97 €	23 099,10 €	9 239,64 €	Habitação Social
ZTRE-04352 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO R/CHÃO ESQUERDO, SITO NA RUA JOÃO MARTINS BANDEIRA, Nº19 E PRACETA GUILHERME BATISTA ROCHA, Nºs 7 E 7-A FREGUESIA DE ARRENTELA, CONCELHO DO SEIXAL	22/10/2022	22/04/2025	515793140	30	705,80 €	21 174,00 €	8 469,60 €	Habitação Social
ZTRE-03031 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE IMÓVEL SITO NA RUA JORGE PEIXINHO, Nº19 3º ESQUERDO, FREGUESIA DE ALHOS VEDROS, CONCELHO DA MOITA	22/10/2022	22/04/2025	515793140	30	769,97 €	23 099,10 €	9 239,64 €	Habitação Social
ZTRE-01364 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO ANDAR FRENTE, SITO NA RUA FERRER TRINDADE, Nº3, FREGUESIA DE ALTO DO SEIXALINHO, CONCELHO DO BARREIRO	01/11/2022	30/04/2025	515793140	30	748,58 €	22 457,40 €	8 982,96 €	Habitação Social
ZTRE-04047 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO SEXTO ANDAR B, SITO NA TRAVESSA DAVID LOPES, Nº4 6º ANDAR, FREGUESIA DA AMORA, CONCELHO DA SEIXAL	25/10/2022	24/04/2025	515793140	30	727,19 €	21 815,70 €	8 726,28 €	Habitação Social
ZTRE-02106 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA JOAQUIM PENEDO, Nº10 R/C DRT, AMORA	01/12/2022	31/05/2025	515793140	30	695,11 €	20 853,30 €	8 341,32 €	Habitação Social
ZTRE-03998 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA AVENIDA CARLOS DE OLIVEIRA, Nº80 1ºESQ, ARRENTELA	01/12/2022	31/05/2025	515793140	30	769,97 €	23 099,10 €	9 239,64 €	Habitação Social
ZTRE-04006 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA BERNARDO SANTARENO, Nº4 6ºC, CORROIOS	01/12/2022	31/05/2025	515793140	30	705,80 €	21 174,00 €	8 469,60 €	Habitação Social
ZTRE-04416 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA DR. EGAS MONIZ, Nº 27 R/C ESQ, MOITA	01/12/2022	31/05/2025	515793140	30	727,19 €	21 815,70 €	8 726,28 €	Habitação Social
ZTRE-03174 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA BERNARDO SANTARENO, Nº4 7ºA, CORROIOS	01/12/2022	31/05/2025	515793140	30	748,58 €	22 457,40 €	8 982,96 €	Habitação Social
ZTRE-01378 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA FERRER TRINDADE, Nºs 1ºF, BARREIRO	01/12/2022	31/05/2025	515793140	30	855,52 €	25 665,60 €	10 266,24 €	Habitação Social
ZTRE-01490 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA JOÃO MARTINS BANDEIRA-QUINTA DA BOA HORA, Nº 30 4º ESQ TRASEIRAS ARRENTELA, SEIXAL	12/12/2022	11/06/2025	515793140	30	748,58 €	22 457,40 €	8 982,96 €	Habitação Social
ZTRE-03003 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA FRANCISCO CASAL, Nº3 1ºESQ, VERDERENA, BARREIRO	12/12/2022	11/06/2025	515793140	30	598,86 €	17 965,80 €	7 186,32 €	Habitação Social

Descrição	Início	Fim	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor 2024	Observações
ZTRE-03021 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA BERNARDO SANTARENO, Nº1-C, 3-B E 5-A 4ªESQ- CORPO CENTRAL DOIS- COM ENTRADA PELA ESCADA B ,CORROIOS, SEIXAL	12/12/2022	11/06/2025	515793140	30	844,83 €	25 344,90 €	10 137,96 €	Habitação Social
ZTRE-03878 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA BRITO CAMACHO, LOTE 1483 3ªESQ, QUINTA DO CONDE - SESIMBRA	12/12/2022	11/06/2025	515793140	30	748,58 €	22 457,40 €	8 982,96 €	Habitação Social
ZTRE-01671 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA AVENIDA DR. ARESTA BRANCO, Nº7 R/C, COSTA DE CAPARICA	15/12/2022	15/06/2024	515793140	18	859,83 €	15 476,94 €	- €	Habitação Social
ZTRE-02313 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA EMÍDIO GUILHERME GARCIA MENDES, Nº39 R/C C, AMORA	01/02/2023	31/07/2025	515793140	30	844,83 €	25 344,90 €	10 156,21 €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA E ESTACIONAMENTO COBERTO CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA FERNANDO GUSMÃO, Nº3 A, 3 E 3B, - 2ªC FREGUESIA DE SANTA CLARA, CONCELHO DE LISBOA	01/10/2022	30/09/2025	258932783	36	900,00 €	32 400,00 €	10 800,00 €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO RÉ-DO-CHÃO ESQUERDO, SITO NA PRAÇA JOÃO JURADO, Nº5 R/C ESQ., FREGUESIA DE VILA NOVA DE CAPARICA. CONCELHO DE ALMADA	01/10/2022	30/09/2025	215343930	36	900,00 €	32 400,00 €	10 800,00 €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO SITO NA QUEIMADA, AV. DR. ARLINDO VICENTE, Nº5 13 E 15, FREGUESIA DE ARRENTELA CONCELHO DO SEIXAL	01/10/2022	30/09/2025	197099149	36	535,00 €	19 260,00 €	6 280,00 €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO SITO NA QUEIMADA, AV. DR. ARLINDO VICENTE, Nº5 13 E 15, FREGUESIA DE ARRENTELA CONCELHO DO SEIXAL	01/10/2022	30/09/2025	192252739	36	535,00 €	19 260,00 €	6 280,00 €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL PRIMEIRO ANDAR DIREITO, SITO RUA DUARTE PACHECO PEREIRA, Nº11, 2825-044 COSTA DE CAPARICA, CONCELHO DE ALMADA	01/10/2022	30/09/2025	700911677	36	1 000,00 €	36 000,00 €	12 000,00 €	Habitação Social
CONTRATO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO TIMEX PARK FRAÇÃO 1F, MÓDULOS 02 E 03, COM 327M2 RUA QUINTA DOS MEDRONHEIROS, Nº20 SOBREDA	01/10/2022	31/03/2023	508774217	5	1 780,00 €	8 900,00 €	- €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA "AL" QUE CORRESPONDE AO QUINTO ANDAR D, SITO NA RUA BERNARDO SANTARENO, Nº 31 E 31 C E RUA JOSÉ CARLOS ARY DOIS SANTOS, Nº4 A 4D, FREGUESIA DE CORROIO, CONCELHO DO SEIXAL	01/09/2022	28/02/2024	148686508	18	550,00 €	9 900,00 €	- €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA MANUEL PARADA, Nº B-2, 2ªDRT, ALMADA	11/11/2022	11/10/2025	219052280	35	1 100,00 €	38 500,00 €	13 200,00 €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL - FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA L, CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA AVENIDA NUNO ÁLVES PAREIRA, Nº18 2ªESQ, ALMADA	01/12/2022	30/11/2025	202507572	36	874,00 €	31 464,00 €	10 414,24 €	Habitação Social
					Total	6 248 776,10 €	482 858,71 €	

• 6.2 Locações Operacionais - Locador

Descrição	Início	Fim	Entidade	NIF	Prazo (mese)	Valor da renda (mensal atu)	Valor total	Valor Recebido 2024	Observações
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Quinta de Santo António, Bloco 6, R/c Esq., Laranjeiro Minimercado	01/10/1975	31/12/2023	Maria Isabel Cortes Mariano Dias	170306283	578	59,42 €	34 344,76 €	725,40 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Manuel José Gomes, Nº 14, Cova da Piedade Restaurante	25/09/2000	31/12/2023	Manuel Virgílio Costa Pereira	221265675	279	4,38 €	1 222,02 €	25,72 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Bairro Social da Trafaria- Bloco 2-Cave, Trafaria Minimercado	01/09/1972	31/12/2023	Manuel Bernardo	106753061	615	94,25 €	57 963,75 €	1 150,62 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Latino Coelho, Nº 1, R/c, Almada Restaurante	06/11/1992	31/12/2023	António Augusto dos Santos Boinhas	148392407	373	111,74 €	41 679,02 €	1 326,38 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Manuel Febrero, N.º 114, Mutela, Cova da Piedade Oficina	01/10/2016	31/12/2023	Mecânica Piedense Lda	500189145	86	259,17 €	22 288,62 €	3 164,01 €	Serviços
Contrato de Arrendamento não habitacional Jardim Urbano da Costa na Costa de Caparica Restaurante R1	15/06/2010	15/06/2025	Coisas de Água, Lda.	509434290	180	784,68 €	141 242,40 €	9 797,31 €	Comércio
Contrato de Arrendamento não habitacional Jardim Urbano da Costa na Costa de Caparica Restaurante R2	20/12/2013	20/12/2025	Ivo Carlos Rodrigues Ganchinho Pereira	234441925	144	839,13 €	120 834,72 €	2 408,49 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua da Cerca, Almada Cafeteria Casa da Cerca	12/05/2014	31/12/2022	Sofia & Susana Madeira - Casa de Chá Lda	509183972	103	363,66 €	37 456,98 €	4 565,84 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua da Cerca, Almada Cafeteria Casa da Cerca	01/05/2021	31/03/2036	Sofia Madeira - Food & Drinks, Unipessoal, Lda.	513930965	178	317,56 €	56 525,68 €	4 009,08 €	
Contrato de arrendamento não habitacional Avenida D.Nuno Álvares Pereira, N.º 74 A, B, C, D Gabinete de Apoio à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	09/02/2021	31/12/2022	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	502547952	22	5,12 €	112,64 €	64,77 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Av. 25 de Abril, N.º 16 - 1º Esq., Cacilhas Residência de Suporte à Autonomia	20/05/2020	31/12/2023	GIRA – Grupo de Intervenção e Reabilitação Ativa	503532150	43	5,12 €	220,16 €	62,88 €	Serviços de Ação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Av.º D João I, N.º 35, R/c, Almada (RE)AGE em Rede - CLDS-4G	06/08/2020	06/08/2023	Santa Casa da Misericórdia de Almada	501111859	36	4,41 €	158,76 €	55,24 €	Serviços de Ação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Cafeteria do Fórum Romeu Correia, Almada	22/11/2024	22/11/2027	Sofia Madeira - Food & Drinks, Unipessoal, Lda.	513930965	36	1 012,19 €	36 438,84 €	1 245,00 €	Comércio
TOTAL						3 860,83 €	550 488,35 €	28 600,74 €	

- **6.3 Locações financeiras**

Financiamentos	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários	2 138 067,23	7 371 757,21	9 509 824,44
Locações financeiras	24 982,43	90 501,54	115 483,97
Total	2 163 049,66	7 462 258,75	9 625 308,41

A WEMOB detém contratos de locação a médio prazo nos seguintes valores:

Locações Financeiras	Corrente	Não Corrente	Total
Locação financeira (Wemob)	24 982,43	90 501,54	115 483,97
Locação financeira (CMA)			
Total	24 982,43	90 501,54	115 483,97

Nota 7 –Custo dos empréstimos obtidos

Nos quadros seguintes detalham-se os empréstimos de médio longo prazo.

Tipo	Identificação do empréstimo		Visto do TC	Finalidade do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	N.º de registo	Data	Capital		Condições		Pagamentos efetuados				Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital	
	N.º do contrato	Nome da instituição							Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Spread	Até N	Ano N	Previsões após N	Até N (desde ano 2000)	Ano N	Previsões após N	Capital	Juros		Outros encargos (a)
Médio e Longo Prazo																							
Não isentos																							
87 FOGOS / PER	9015003861491	C.G.D. - I.N.H.	31/12/2003	N	25,0	20,0	3046	21/01/2004	1 812 853,60	1 812 853,60	0,750%	2,007%	1 500%	1 389 440,00	73 524,77	349 888,83	166 554,38	8 235,60	15 585,67	423 413,60	349 888,83	73 321,81	
58 FOGOS / PER	9015004010491	C.G.D. - I.N.H.	23/12/2004	N	25,0	19,0	2803	10/01/2005	1 403 602,80	1 403 602,80	0,750%	2,016%	1 250%	989 355,09	55 641,50	358 606,21	118 229,18	8 159,94	18 249,00	414 247,71	358 606,21	58 206,69	
55 FOGOS / PER	9015004513091	C.G.D. - I.N.H.	03/11/2005	N	25,0	19,0	2465	29/12/2005	1 072 165,46	1 072 165,46	0,750%	1,903%	1 500%	754 900,58	42 610,97	274 653,91	92 977,58	6 273,16	9 636,68	317 264,88	274 653,91	44 474,42	
ESCOLAS BÁSICAS	1380743830002	BPI	27/12/2006	N	20,0	16,0	2024	02/07/2008	2 511 779,00	2 511 779,00	3,754%	3,927%	0,050%	1 793 840,84	132 621,94	585 316,22	249 159,03	26 958,16	38 269,76	717 938,16	585 316,22	141 982,89	
REGENERAÇÃO URBANA	1380743830003	BPI	13/08/2009	N	20,0	15,0	1284	13/08/2009	5 862 508,00	5 862 508,00	2,903%	5,498%	1 600%	3 793 387,60	344 853,40	1 724 267,00	1 150 307,20	111 276,00	242 411,71	2 069 120,40	1 724 267,00	344 853,40	
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA	1380743830004	BPI	13/08/2010	N	20,0	14,0	729	13/08/2010	8 700 000,00	8 700 000,00	2,234%	5,148%	1 250%	5 862 300,83	346 050,75	2 491 648,42	792 481,19	142 244,14	395 644,47	2 837 699,17	2 491 648,42	492 688,38	
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	0032004956356	Santander Totta	05/05/2017	N	10,0	7,0	64	20/04/2017	5 350 000,00	5 350 000,00	0,861%	4,688%	0,850%	3 009 375,00	668 750,00	1 671 875,00	284 136,31	105 132,52	117 566,25	2 340 625,00	1 671 875,00	535 000,00	
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	POVT-02-0146-FCOES-000224	ADC	03/09/2015	N	14,0	9,0	1303	03/09/2015	2 824 760,79	2 824 760,79	0,609%	4,326%	0,425%	1 393 368,65	213 692,67	1 217 699,47	70 035,87	59 912,05	132 169,97	1 431 392,14	1 217 699,47	201 768,63	
EMISSÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	POVT-12-0146-FCOES-000119	ADC	03/09/2015	N	12,0	9,0	1302	03/09/2015	282 604,50	282 604,50	0,609%	4,326%	0,425%	168 027,83	26 825,36	87 751,31	6 727,03	4 692,80	5 976,16	114 576,67	87 751,31	23 550,38	
Subtotal									31 120 274,15	29 820 274,15	-	-	-	19 153 996,42	1 904 571,36	8 761 706,37	2 930 607,77	472 884,37	975 509,67	10 666 277,73	8 761 706,37	1 155 527,59	760 319,01
Médio e Longo Prazo																							
Isentos																							
33 FOGOS / PER	0054002471291	C.G.D. - I.N.H.	30/07/1996	I	27,5	27,0	39793	11/09/1996	410 983,53	410 983,53	3,125%	3,292%	2,750%	401 548,73	9 434,80	0,00	60 308,84	155,29	0,00	9 434,80	0,00	17 355,95	c2
68 FOGOS / PER	0054002544491	C.G.D. - I.N.H.	03/01/2002	I	25,0	22,0	4508	25/09/2001	1 385 347,48	1 385 347,48	1,220%	1,092%	0,425%	1 207 154,88	58 748,63	119 443,97	109 977,89	1 795,71	1 454,58	178 192,60	119 443,97	59 042,33	c2
REDE ESCOLAR	1380743830003	BPI	13/08/2009	I	20,0	14,0	1284	13/08/2009	2 137 492,00	2 137 492,00	2,903%	5,498%	1 600%	1 383 083,08	125 734,82	628 674,10	40 915,49	40 571,64	88 384,18	754 408,92	628 674,10	125 734,82	c3
Subtotal									3 933 823,01	3 933 823,01	-	-	-	2 991 786,69	193 918,25	748 118,07	611 202,22	42 522,64	89 838,76	942 036,32	748 118,07	202 133,10	0,00
Total MLP									35 054 097,16	33 754 097,16	-	-	-	22 145 783,11	2 098 489,61	9 509 824,44	3 541 809,99	515 407,01	1 065 348,43	11 608 314,05	9 509 824,44	1 357 660,69	760 319,01
Total Geral									35 054 097,16	33 754 097,16	-	-	-	22 145 783,11	2 098 489,61	9 509 824,44	3 541 809,99	515 407,01	1 065 348,43	11 608 314,05	9 509 824,44	1 357 660,69	760 319,01

Para efeitos de apresentação da posição financeira, os empréstimos de médio longo prazo distinguem-se da seguinte forma, entre corrente e não corrente:

EMPRÉSTIMOS - serviço da dívida	Corrente		Não Corrente	
	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS
Caixa Geral de Depósitos:	236 874,60	14 982,16	865 718,32	29 943,77
C.G.D. - I.N.H.:				
33 FOGOS / PER				
68 FOGOS / PER	59 432,48	1 016,80	60 011,49	437,78
87 FOGOS / PER	75 384,74	5 831,78	274 504,09	9 753,89
58 FOGOS / PER	57 493,26	5 315,94	301 112,95	12 933,06
55 FOGOS / PER	44 564,12	2 817,64	230 089,79	6 819,04
Banco BPI:	978 794,66	244 389,63	4 451 111,08	520 320,49
ESCOLAS BÁSICAS	139 504,29	17 671,38	445 811,93	20 598,38
REQUALIFICAÇÃO REDE ESCOLAR E REGENERAÇÃO URBANA:			0,00	0,00
REDE ESCOLAR	125 734,82	30 514,01	502 939,28	57 870,17
REGENERAÇÃO URBANA	344 853,40	83 690,91	1 379 413,60	158 720,80
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA nº 1380743830004	368 702,15	112 513,33	2 122 946,27	283 131,14
Banco Santander Totta:	668 750,00	70 539,75	1 003 125,00	47 026,50
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	668 750,00	70 539,75	1 003 125,00	47 026,50
Empréstimos - Quadro:	253 647,97	47 389,73	1 051 802,81	90 756,40
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	225 495,31	44 309,09	992 204,16	87 860,88
EMISSIONÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	28 152,66	3 080,64	59 598,65	2 895,52
TOTAL EMPRESTITOS	2 138 067,23	377 301,27	7 371 757,21	688 047,16

No quadro seguinte apresenta-se a exigibilidade dos empréstimos contratados de médio longo prazo.

EMPRESTÍMOS - serviço da dívida	2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030 e seguintes	
	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS
Caixa Geral de Depósitos:	239 960,67	24 619,70	236 874,60	14 982,16	240 156,05	11 700,74	182 889,50	8 518,04	185 677,60	5 729,93	147 901,36	2 897,89	109 093,81	1 097,17
C.G.D. - I.N.H.:														
33 FOGOS / PER	9 434,80	155,29												
68 FOGOS / PER	58 748,63	1 795,71	59 432,48	1 016,80	60 011,49	437,78								
87 FOGOS / PER	73 524,77	8 235,60	75 384,74	5 831,78	76 718,31	4 498,25	78 075,43	3 141,14	79 456,54	1 760,03	40 253,81	354,47		
58 FOGOS / PER	55 641,50	8 159,94	57 493,26	5 315,94	58 384,40	4 424,80	59 289,36	3 519,84	60 208,34	2 600,86	61 141,57	1 667,63	62 089,28	719,93
55 FOGOS / PER	42 610,97	6 273,16	44 564,12	2 817,64	45 041,85	2 339,91	45 524,71	1 857,06	46 012,72	1 369,04	46 505,98	875,79	47 004,53	377,24
Banco BPI:	949 260,91	321 049,94	978 794,66	244 389,63	1 001 538,61	195 907,35	1 023 657,16	149 756,07	1 046 744,17	102 735,08	914 358,07	55 519,57	464 813,07	16 402,42
ESCOLAS BÁSICAS (01380743830002)	132 621,94	26 958,16	139 504,29	17 671,38	144 764,68	10 705,42	148 570,61	6 899,49	152 476,64	2 993,47				
REQUALIFICAÇÃO REDE ESCOLAR E REGENERAÇÃO URBANA:														
REDE ESCOLAR	125 734,82	40 571,64	125 734,82	30 514,01	125 734,82	24 092,78	125 734,82	17 671,56	125 734,82	11 276,72	125 734,82	4 829,11		
REGENERAÇÃO URBANA (01380743830003)	344 853,40	111 276,00	344 853,40	83 690,91	344 853,40	66 079,38	344 853,40	48 467,87	344 853,40	30 928,72	344 853,40	13 244,83		
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA nº 1380743830004	346 050,75	142 244,14	368 702,15	112 513,33	386 185,71	95 029,77	404 498,33	76 717,15	423 679,31	57 536,17	443 769,85	37 445,63	464 813,07	16 402,42
Banco Santander Totta:	668 750,00	105 132,52	668 750,00	70 539,75	668 750,00	39 188,75	334 375,00	7 837,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	668 750,00	105 132,52	668 750,00	70 539,75	668 750,00	39 188,75	334 375,00	7 837,75						
Empréstimos - Quadro:	240 518,03	64 604,85	253 647,97	47 389,73	263 278,84	37 984,51	273 512,64	27 750,70	252 596,38	17 419,88	262 414,95	7 601,31	0,00	0,00
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	213 692,67	59 912,05	225 495,31	44 309,09	234 047,63	35 968,63	243 145,20	26 871,06	252 596,38	17 419,88	262 414,95	7 601,31		
EMISSIONÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	26 825,36	4 692,80	28 152,66	3 080,64	29 231,21	2 015,88	30 367,44	879,64						
TOTAL EMPRESTÍMOS	2 098 489,61	515 407,01	2 138 067,23	377 301,27	2 173 723,50	284 781,35	1 814 434,30	193 862,56	1 485 018,15	125 884,89	1 324 674,38	66 018,77	573 906,88	17 499,59

Nota 8 –Propriedades de Investimento

a) Bases de mensuração

Os bens classificados como Propriedades de Investimento, estão registados pelo seu custo.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP - (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada.

Escriturada e movimentos do período:

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
			Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
	Propriedades de Investimento	987 051,24 €			-91 208,69 €					895 842,55 €		324 401,81 €	
PI1	Bens de domínio público												
PI2	Terrenos e recursos naturais	365 007,12 €								365 007,12 €		264 454,27 €	
PI3	Edifícios e outras construções	622 044,12 €			-91 208,69 €					530 835,43 €		59 947,54 €	
PI4	Outras propriedades de investimento												
PI5	Propriedades de Investimento em curso												
	TOTAL	987 051,24 €			-91 208,69 €					895 842,55 €		324 401,81 €	

Nota 9 –Imparidade de ativos financeiros

No quadro seguinte identificam-se as imparidades de ativos financeiros

Ativo	Consolidado				
	Quantia bruta 31.12.2024	Imparidade acumulada a 1.1.2023	Varição	Imparidade	Quantia Recuperável
Ativos não corrente:					
Participações financeiras	19 817 954,30			0,00	19 817 954,30
Outros Ativos financeiros	12 222,58			0,00	12 222,58
Ativo corrente:					
Inventários	1 871 695,35	53 634,93	11 629,10	65 264,03	1 806 431,32
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis				0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	253 647,97	221 067,02	150,80	221 217,82	32 430,15
Clientes, contribuintes e utentes	21 307 147,93	6 053 353,07	521 433,90	6 883 978,72	14 423 169,21
Estado e outros entes públicos	898 761,13			0,00	898 761,13
Outras contas a receber	51 880 781,35	53 895,86	52 627,73	1 290,79	51 879 490,56
Diferimentos	489 400,58			0,00	489 400,58
Total	96 531 611,19	6 381 950,88	585 841,53	7 171 751,36	89 359 859,83

As imparidades apuradas, resultam essencialmente de montantes liquidados a terceiros, onde se espera que existam riscos significativos de cobrabilidade.

Nota 10 –Inventários

A decomposição da rubrica de inventário é a seguinte:

Rubricas	CONSOLIDADO		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	42 973,89	0,00	42 973,89
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 828 721,46	65 264,03	1 763 457,43
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 871 695,35	65 264,03	1 806 431,32

Inventários: movimento do período:

	CONSOLIDADO								
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras liquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade acumuladas	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	31 459,96	14 022,48	2 508,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42 973,89
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 511 834,34	2 602 238,38	2 285 351,26	0,00	65 264,03	0,00	0,00	0,00	1 763 457,43
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 543 294,30	2 616 260,86	2 287 859,81	0,00	65 264,03	0,00	0,00	0,00	1 806 431,32

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos com contraprestação e o seu impacto em resultados.

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Tipo de rendimento	CONSOLIDADO	
	Rendimento do período reconhecido em Resultados	Rendimento do período reconhecido em Resultados
	31/12/2024	31/12/2023
Prestações de serviços	37 344 350,41	33 849 994,33
Vendas de bens	13 107 892,85	12 443 397,98
Dividendos ou distribuições similares	0,00	40 271,06
Outros rendimentos	8 748 379,44	618 777,12
TOTAL	59 200 622,70	46 952 440,49

A nota 23 detalha outros rendimentos.

Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2024				
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	40 695 606,94	0,00	0,00	63 037,19	0,00
Impostos indiretos	34 084 163,36	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	14 721 261,69	0,00	0,00	6 856 195,73	0,00
Multas e outras penalidades	463 621,81	0,00	0,00	152 635,34	0,00
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	45 120 181,51	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências com codinção	20 826 343,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios com condição	2 509 068,51	1 075 112,47	0,00	0,00	0,00
Legados, ofertas e doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	5 637 798,10	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	164 058 044,92	1 075 112,47	0,00	7 071 868,26	0,00

Nota 15 –Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Apresenta-se no seguinte quadro o detalhe da rubrica de provisões e as respetivas variações:

	CONSOLIDADO			
	Saldo a 01.01.2024	Diminuição	Incremento	Saldo 31.12.2024
Provisões processos judiciais	9 750 886,32	512 054,47		9 238 831,85
Provisões para acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 100 164,39	242 881,63		857 282,76
Outras Provisões	38 575,00		295 182,22	333 757,22
Total	10 889 625,71	754 936,10	295 182,22	10 429 871,83

A entidade relevante na constituição de provisões é a CMA, pelo que no quadro seguinte detalha-se a totalidade dos processos da responsabilidade da CMA e o respetivo valor considerado em provisão. Os SMAS têm vários processos contra si, sendo de especial relevo o processo da Câmara Municipal do Seixal para cobrar a Taxa de Ocupação do Subsolo (desde 2018), em montante perto de 1,5 milhões de euros, sem se apurar atualizar o valor com juros e outros encargos, contudo, considera-se que os SMAS deverão ganhar as ações.

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor 2023	Valor 2024
3219/13.0BELSB	Execução de acto administrativo	José Pedro Pulido Rocha	CMA e outros	Aguarda julgamento	30 612,10 €	30 612,10 €
630/14.3BEALM	Ação Administrativa Comum – Responsabilidade Civil das Pessoas Coletivas.	José Pedro Pulido Rocha e Sebastiana Qarinha Mourato Madureira	CMA	Instância suspensa	49 592,31 €	49 592,31 €
2786/15.9BEALM	Processo de Impugnação – Indeferimento total ou parcial das reclamações gratuitas dos atos tributários.	FLA – Imobiliária e Turismo, Lda.	CMA	Impugnação improcedente. Recurso para o STA	153 110,05 €	- €
947/07.3BEALM-A	Execução de Julgados – Prestação de factos pelos executados	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	CMA	Processo concluído	31 612,10 €	- €
232/16.0BEALM	Ação Administrativa/Impugnação de Atos Administrativos	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	CMA	Instância suspensa;	35 408,00 €	35 408,00 €
495/16.0BEALM	Processo de Impugnação/Liquidação de Tributos	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	CMA	Instância suspensa;	181 615,78 €	181 615,78 €
3211/14.8TBALM	Execução Comum	Maria da Conceição de Miranda Cansado Paes e outros	CMA	Em fase de conclusão. Depósito à ordem dos autos	108 964,35 €	- €
1419/09.7BEALM	Ação Administrativa Comum/Recurso Jurisdicional de Ação Administrativa Comum	Pedro Jorge de Miranda Cansado Paes e outros	CMA e outros	Aguarda decisão do Recurso	505 335,40 €	505 335,40 €
2833/14.1TBALM	Execução Sumária	APENTADORA	CMA	Fase de indicação de peritos	1 550 663,88 €	1 550 663,88 €
827/07.2BEALM	Ação Administrativa Especial – Pretensão conexa atos administrativos Impugnação de Atos Administrativos	Maria Manuela Bela Braz Almeida António Maria de Sousa Almeida	CMA e outros	Processo concluído	15 000,00 €	- €
1295/20.9BELSB	Providência cautelar de suspensão de eficácia de acto administrativo	Eduardo Costa Rodrigues	Min. Defesa Nacional e MA	Proferida sentença que indefere a providência. Aguarda decisão sobre reclamação contra a Nota de Custas de Parte	30 102,10 €	- €
597/20.0BEALM	Ação administrativa de condenação em indemnização	Esteves, Barreiros e Baios, Lda	MA	Deduzida Contestação	243 040,00 €	243 040,00 €
370/21.7BELSB	contencioso pré-contratual	ENA Portugal	MA e Eulen	Apenas sentença de fixação de indemnização	71 760,00 €	71 760,00 €
174/21.7BEALM	contencioso pré-contratual	Rebau	MA / ISPT / DAPE	Apenas sentença de fixação de indemnização	1 605 735,00 €	1 605 735,00 €
6208/11.6TBALM	Reconhecimento de propriedade	Maria Aurélio Pereira Azinheira Gonçalves Pereira	MA	Falta cumprir Sentença	110 294,89 €	110 294,89 €
348/21.0BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	António França Neves	MA	Deduzida Contestação	678,00 €	678,00 €
299/19.9BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	Josué Lopes da Cruz	MA	Em recurso interposto pelo A.	40 921,78 €	40 921,78 €
594/18.7BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	Sónia Rodrigues	MA	Aguarda Sentença;	26 942,30 €	26 942,30 €
82/21.1BEALM	oposição à execução fiscal	FLA – Imobiliária e Turismo, Lda.	MA	Aguarda Sentença;	151 886,05 €	151 886,05 €
2152/21/00000680	contra ordenação	AT	MA	Apresentada Defesa	208,81 €	208,81 €
21512/21/600000787	contra ordenação	AT	MA	Apresentada Defesa	20 452,56 €	20 452,56 €
006/21.3BELSB	Impugnação de acto administrativo e pedido de indemnização	Betonit	MA	Aguarda marcação julgamento	324 077,73 €	324 077,73 €
823/15.6BEALM	Impugnação de acto administrativo	Finangeste	MA	Processo concluído	30 000,01 €	- €
2-3295-2021	contra ordenação	INCF	MA	Aguarda decisão	18 000,00 €	18 000,00 €
733/21BEALM	Impugnação de acto administrativo	Anibal Marques	MA	Deduzida Contestação	500,00 €	500,00 €
486/22BEALM	Ação Popular	Carlos Tavares	MA	Deduzida Contestação	45 000,00 €	45 000,00 €
31/22	Responsabilidade Civil extra contratual	Helena Serrano	MA	Deduzida Contestação	2 901,00 €	2 901,00 €
502/22BEALM	Responsabilidade Civil extra contratual	Hugo Tavares	MA	Deduzida Contestação	12 250,00 €	12 250,00 €
489/22BEALM	Responsabilidade Civil extra contratual	Manuel Veiga	MA	Deduzida Contestação	5 386,00 €	5 386,00 €
326/22BEALM	Pedido de condenação em pagamento	Massa Insolvente Tecniger	MA	Deduzida Contestação	323 687,00 €	323 687,00 €
39/23BEALM	Impugnação de acto administrativo	Tânia Oliveira	MA	Deduzida Contestação	30 000,10 €	30 000,10 €
469/22	Impugnação de acto administrativo	Nuno Lopes	MA	Processo concluído	30 000,10 €	- €
53/22	Impugnação de acto administrativo	Nuno Lopes	MA	Fase de articulados	30 000,10 €	30 000,10 €
817/05.0BEALM-A	Execução de sentença	FLA – Imobiliária e Turismo, Lda.	MA	Processo concluído	31 000,01 €	- €
486/22.2BEALM	Ação de responsabilidade civil extra-contratual	Carlos Tavares	MA	Deduzida contestação	45 000,00 €	45 000,00 €
578/23.0BEALM	Providência cautelar	K.R.ca, Lda	MA	deduzida contestação	30 000,01 €	- €
572/23.1BEALM	Ação Administrativa	Sons Urbanos - Promotora de Eventos, SA	MA	Ação julgada improcedente	30 000,01 €	30 000,01 €
576/23.4BEALM	Providência Cautelar	Sons Urbanos - Promotora de Eventos, SA	MA	deduzida Contestação	30 000,01 €	- €
582/23.6BEALM	Ação Administrativa	Sentido do Mar, Lda	MA	Deduzida Contestação	30 000,01 €	30 000,01 €
582/23.9BEALM	Providência Cautelar	K.R.ca, Lda	MA	Em Recurso	30 000,01 €	- €
588/23.8BEALM	Providência Cautelar	Via Amarela, Restauração, Catering e Bie	MA	Em recurso	30 000,01 €	30 000,01 €
584/23.5BEALM	Ação Administrativa	Via Amarela, Restauração, Catering e Bie	MA	Aguarda Sentença;	30 000,01 €	30 000,01 €
593/23.4BEALM	Providência Cautelar	Sentido do Mar, Lda	MA	Em Recurso	30 000,01 €	- €
634/23.5BEALM	Ação de responsabilidade civil extra-contratual	Enerdata	MA	Deduzida Contestação	18 441,80 €	18 441,80 €
660/23.4BEALM	Providência Cautelar	Soltamaresia - Empreendimentos Hoteleiros, Lda.	MA	Em Recurso	30 000,01 €	- €
669/23.0BEALM	Ação Administrativa	Soltamaresia - Empreendimentos Hoteleiros, Lda.	MA	Deduzida Contestação	30 000,01 €	30 000,01 €
876/23.3BEALM	Providência Cautelar	K. R.ca Lda.	MA	deduzida contestação	30 000,01 €	- €
877/23.1BEALM	Providência Cautelar	Tribo da Cortesia	MA	Em recurso interposto pela A.	30 000,01 €	30 000,01 €
895/23.0BEALM	Providência Cautelar	Uno, Freire e Associados	MA	Em recurso interposto pela A.	30 000,01 €	30 000,01 €
8810/23.3TBALM	Providência Cautelar	José Júlio Gil Nunes	MA	Deduzida Contestação	30 000,01 €	- €
873/23.9BEALM	Ação Administrativa	Tribo da Cortesia	MA	Aguarda Sentença;	30 000,01 €	30 000,01 €
872/23.0BEALM	Ação Administrativa	K. R.ca Lda.	MA	Aguarda Sentença;	30 000,01 €	30 000,01 €
391/24.8BELSB	Ação Administrativa	Trafurbe - Comércio e Indústria para Sinalização	MA	Deduzida Contestação	nova	100 666,82 €
894/23.1BEALM	Ação Administrativa	Uno, Freire & Associados, Lda.	MA	Deduzida Contestação	não reportada em 2023	- €
60/24.9BEALM	Ação Administrativa	Ana Sofia da Silva Xavier Fortunato e outros	MA	Deduzida Contestação	nova	197 070,00 €
302/24.0BEALM	Ação Administrativa	Ambisig-Ambiente e Sistemas de Informação Geográfica, Lda.	MA	Aguarda trânsito em julgado da sentença.	nova	- €
552/24.0BEALM	Ação Administrativa	Paulo Adrião Rodrigues Bernardo / Wemob - Mobilidade de Almada E.M.S.A.	MA	Deduzida Contestação;	nova	105 042,37 €
27233/24.1BELSB	Ação Administrativa	TECBAU - Engenharia Lda, Soc. por quotas / Fraterna Lda	MA	Aguarda trânsito em julgado da sentença;	nova	- €
616/24.0BEALM	Ação Administrativa	Play Planet - Mobiliário Urbano, Construção e Paisagismo, Lda	MA	Deduzida Contestação;	nova	386 113,90 €
750/24.6BEALM	Ação Administrativa	Socamoas, Unipessoal, Lda	MA	Deduzida Contestação;	nova	30 000,01 €

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor 2023	Valor 2024
6767/11.3TBALM	Epropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, SA	Município de Almada	Indemnização já liquidada, na totalidade, ao Município de Almada. Aguarda-se a realização de pagamento ainda a alguns apropriadados	4 070,00€	0,00 €
7200/12.9TBALM	Epropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, SA	Município de Almada	Processo concluído	969,00€	- €
6289/13.3TBALM	Epropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, SA	Município de Almada	Processo concluído	4 794,00€	- €
405/13.6EALM	Ação Administrativa Especial - Pretensão conexa Atos Administrativos	CONSTRUCENTRO - Construções O.V.s do Centro, Lda.	Município de Almada	A Autora recorreu de decisão que lhe foi desfavorável, estando o recurso pendente de decisão do TCA Sui	48 970,88€	48 970,88€
1698/15.0EALM	Ação Administrativa Comum	Maria Manuela Caetano Ribeiro Maia Morais Félix	Município de Almada	Processo concluído	612,00€	- €
2809/15.1BEALM	Ação Administrativa	SENASOM - Comércio e Indústria de Construção, Lda.	Município de Almada	Tendo sido proferida decisão favorável ao Município de Almada, a Autora recorreu da mesma, tendo o Município já igualmente apresentado as suas contramotivações, aguardando-se que o TAF de Almada ordene a subida dos autos ao TCA Sui	612,00€	612,00 €
904/16.2BEALM-UI01	Ação Administrativa	Sandra Marina Sequeira de Araújo Freire	Município de Almada	Processo concluído	150 510,00€	- €
2307/17.6BEALM-UI01	Ação Administrativa	MIPEDIS, Lda.	Município de Almada	Processo concluído	16 209,23€	- €
459/17.7BEALM-UI01	Ação Administrativa	Maria José Alves Lima	Município de Almada	Encontra-se suspensa a instância, já em fase de Audiência de Julgamento, no sentido de as partes tentarem chegar a um acordo	612,00€	20 000,00€
126/18.4BEALM-UI01	Ação Administrativa	Arminda Guerra Silva Teigas	Município de Almada e Instituto das Estradas de Portugal, IEP	Finda a fase dos articulados, notificada que foi a Autora para, no prazo de 10 dias, entretanto já decorrido, vir apresentar os documentos que protestou juntar na sua P.I., o processo aguarda prolação de despacho saneador	12 306,00€	12 306,00 €
170/18.1BEALM-UI01	Ação Administrativa	NORCEP - Construções, SA	Município de Almada	Processo concluído	90 018,00€	- €
9387/14.7TBALM-S	Ação de Processo Comum	ECF - Sociedade Imobiliária, Lda.	Município de Almada	Processo concluído	1 224,00€	- €
6039/19.0EALM	Ação Administrativa	UBUSTEMAR - Gestão de Imóveis, Lda.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	1 938,00€	1 938,00€
553/19.0EALM	Ação Administrativa	UBERTYSEGUROS Companhia de Seguros Y Resseguros, SA - Sucursal em Portugal	Município de Almada	Processo concluído	5 162,04€	- €
408/17.2BEALM	Ação Administrativa	TRANSOFEDA - Transportes e Terraplanagens, Lda.	Município de Almada	Processo concluído	29 929,17€	- €
752/15.2EALM	Ação Administrativa Comum	STAL em representação de Maria Joaquina Vaz Velho	Município de Almada	Processo concluído	197 353,25€	- €
850/19.4EALM	Processo de Contencioso Pré-Contratual	EVOLUSPORTUGAL, SA	Município de Almada	Processo concluído	459,00€	- €
4145/16.7TBALM	Ação de Processo Comum	Ana Isabel Pinto Rialho	Lucília Maria Pinto Pedro Parente e Município de Almada	Processo concluído	120 828,00€	- €
930/19.6BEALM	Processo de Contencioso Pré-Contratual	MARCODESEL - Auto Serviço Bétrico e Diesel, Lda.	Município de Almada	Processo concluído	765,00€	- €
8039/19.1BEALM	Ação Administrativa	PROOFISC - Engenharia e Consultadoria, Lda.	Município de Almada	Processo concluído	30 693,46€	- €
987/19.0EALM	Ação Administrativa	TECBAU - Engenharia, Lda.	Município de Almada	Proferida decisão parcialmente favorável ao Município de Almada, a qual este acatou, por entender que salvaguardava convenientemente os seus interesses, a Autora recorreu, encontra-se o recurso pendente no TCA Sui	144 489,29€	144 489,29€
1277/20.0TBALM	Ação de Processo Comum	Maria do Rosário de Lima Oliveira Santos	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se a admissão da requerida intervenção provocada do marido da Autora	99 236,00€	99 236,00€
241/20.4BEALM	Ação Administrativa	NORCEP - Construções, SA	Município de Almada	Apresentado o Relatório Pericial pelos peritos, apresentou a Autora reclamação ao mesmo, relativamente à qual o Município já se pronunciou, aguardando-se, neste momento, a decisão do Tribunal relativamente à referida reclamação	971 783,52€	971 783,52€
396/20.8BEALM	Ação Administrativa	FCEV Médicos Dentistas, ORLFC	Município de Almada	Tem Audiência Prévia marcada para 12/09/2025	16 564,54€	16 564,54€
474/20.3BEALM	Ação Administrativa	Carlos Alberto Reis e Francisco Reis Américo	Município de Almada	Proferidas Alegações Escritas por parte de ambas as partes, aguarda-se decisão final	306,00€	15 001,00€
549/20.9EALM	Outros Processos Cautelares (Administrativo)	Silvia Maria Fernandes e outro(s)...	Município de Almada	Processo concluído	306,00€	- €
724/20.6BEALM	Ação Administrativa	João Vaz de Araújo Franco	Município de Almada, SUARCEIRA - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, SA, SLOOLFE - Exploração de Equipamentos Desportivos, Lda. e SLOOLGE - Sociedade Construtora de Obras Gerais, SA	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo, já com os habilitados herdeiros do Autor	12 156,19€	12 156,19€
691/20.6BEALM	Ação Administrativa	COFES - Companhia Operacional de Segurança Unipessoal, Lda.	Município de Almada	Processo concluído	20 804,06€	- €
356/21.1BEALM	Ação Administrativa	Maria Emília Monteiro	Município de Almada e outros(,...)	Findos os articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	612,00€	- €
2798/21.0TBALM	Recurso de Contraordenação	RESTAURANTE ATIRA-TE AO RIO, Lda.	Ministério Público e Município de Almada	Foi remetido ao TAF de Almada, por o Tribunal Judicial se ter declarado materialmente incompetente	3 051,03€	3 051,03€
273/22.8BEALM	Ação Administrativa	ACEAS Portugal - Companhia de Seguros, SA	Município de Almada	Processo concluído	1 805,12€	- €
441/22.2BEALM	Ação Administrativa	Caúdia Sofia Marques Gomes Tavares	Município de Almada	Foi apresentada contestação, aguardando-se o saneamento do processo	45 714,00€	45 714,00€
370/22.0EALM	Procedimento Cautelar	José Manuel Soto de Brito Parreira	Município de Almada	Processo concluído	612,00€	- €
411/22.0EALM	Ação Administrativa	Companhia de Seguros ALLIANZ PORTUGAL, SA	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se prolação de despacho saneador ou marcação de Audiência de Julgamento	1 556,12€	1 556,12€
1112/16.4BEALM	Ação Administrativa	FRANCO INFANTE, Lda	APR, L.P. - Baginças de Verão, Unipessoal, Lda. e Município de Almada	Proferida decisão final favorável ao Município de Almada, a Autora recorreu, encontrando-se o processo pendente de decisão do TCA Sui	612,00€	612,00€
112/23.2BEALM	Procedimento Cautelar	Ana Sofia Esteves Bento	Município de Almada	Processo concluído	306,00€	- €
22735/23.0VIFRRI	Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuárias	EDEN SPRINGS PORTUGAL, SA	Município de Almada	Processo concluído	19 116,10€	- €
310/23.9EALM	Ação Administrativa	Anabela São Pedro Duarte e Artur Manuel Marques Duarte	Município de Almada	Definidos os temas da prova, aguarda-se que seja agendada a Audiência de Julgamento	15 245,96€	15 245,96€
312/23.5BEALM	Ação Administrativa	Nuno Miguel Fernandes Santos	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se que seja proferido despacho saneador e marcada a Audiência de Julgamento	433 492,22€	433 492,22€
427/23.0EALM	Procedimento Cautelar	Qatline Louchet Kaplan	Município de Almada	Processo concluído	306,00€	- €
4896/23.0TBALM	Ação de Processo Comum	FERNANDO JORGE SOUSA SIMÕES, Lda.	Município de Almada	Processo concluído	151 973,72€	- €
457/23.1BEALM	Ação Administrativa	Vitor Manuel Pires Boga	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se que seja proferido Despacho Saneador	43 020,53€	43 020,53€
77749/23.0VIFRRI	Ação Administrativa	PROSEGUR - Companhia de Segurança, Lda.	Município de Almada	Processo concluído	8 363,34€	- €
602/23.7BEALM	Ação Administrativa	Qatline Louchet Kaplan	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se que seja proferido Despacho Saneador	612,00€	612,00€
300/24.4BEALM	Ação Administrativa	Massa Insolvente de OVO SOLUTIONS - Soluções Ambientais, SA	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se que seja proferido despacho saneador ou marcada Audiência de Julgamento	novo	- €
107106/24.4VIFRRI	Ação de Processo Comum	ENDESA ENERGIA, SA - Sucursal Portugal	Município de Almada	Apresentada transação parcial e efetuado depósito autónomo para garantia do pagamento do valor acordado, aguarda-se decisão homologatória	novo	- €
28377/24.0BELS-B	Ação Administrativa	RRLI - Serviços Ambientais, SA	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se prolação de despacho saneador ou marcação de Audiência de Julgamento	novo	16 519,39€
694/24.1BEALM	Ação Administrativa	ALARGAMBITO II - Mobiliário Urbano, Lda.	Município de Almada, JOCEAUX PORTUGAL - Mobiliário Urbano, Lda., CBMARK - Mobiliário Urbano e Publicidade, SA e GROOMEDIAS PORTUGAL - Sociedade Unipessoal, Lda.	Finda a fase dos articulados, aguarda-se prolação de despacho saneador ou marcação da Audiência de Julgamento	novo	- €
737/24.9EALM	Ação Administrativa	FERNANDO JORGE SOUSA SIMÕES, Lda.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se prolação de despacho saneador	novo	150 749,32€
769/24.7EALM	Intimação para prestação de informações e passagem de certidões	Ministério Público	Município de Almada	Processo concluído	novo	- €
809/24.0EALM	Intimação para prestação de informações e passagem de certidões	Ernesto dos Santos Gonçalves	Município de Almada	Processo concluído	novo	- €

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor 2023	Valor 2024
616/21.1BEALM	Anulação do ato de homologação da avaliação de desempenho	Eduardo Raposo	Município de Almada	Entregue contestação	30 000,01 €	0
52/2023.5BEALM	Impugnação do ato de homologação da LUOF (na sequência do Processo 123/17.7BEALM)	Anabela Castanheira Vasconcelos	Município de Almada	Entregue contestação	30 000,01 €	30 000,01 €
326/24.8BEALM	Revogação do despacho de homologação da avaliação	Maria Cristina Santos Dias	Município de Almada	contestada em 06.06.2024	nova	5 000,01 €
480/24.9BEALM	Pedido de reposição do subsídio de turnos	STAL - Pedro Miguel M. Rocha Chaby	Município de Almada	contestada em 14.8.2024	nova	30 000,01 €
490/24.06BEALM	Pedido de reposição do subsídio de turnos	STAL - João Correia, Alexandre Monteiro, Nelson Gomes da Silva, Fernando Gaspar Silva, Joaquim Borges Pinto e Armando Paciência	Município de Almada	contestada em 16.09.2024	nova	30 000,01 €
493/24.0BEALM	Pedido de reposição do subsídio de turnos	STAL - José Vieira Santos, Pedro Marques Almeida, Fernanda Auresa Rodrigues, Luis António Brito	Município de Almada	contestada em 23.08.2024	nova	30 000,01 €
503/24.1BEALM	Acidente em serviço	António Vigário	Município de Almada	contestada em 14.08.2024 - sentença de incompetência/redistribuída em 07.10.2024	nova	30 000,01 €
511/24.2BEALM	Pedido de reposição do subsídio de turnos	STAL - Vitor Martins Pascoal	Município de Almada	contestada em 02.09.2024	nova	30 000,01 €
536/24.8BEALM	Pedido de reposição do subsídio de turnos	STAL - Bruno Gonçalves Sousa	Município de Almada	contestada em 11.09.2024	nova	30 000,01 €
650/23.7BEALM	Ação Administrativa de Impugnação de acto (Despacho de reposição da legalidade)	Céline Louchet Kaplan	Município de Almada	Findos os articulados, aguarda marcação de AP ou prolação de Despacho Saneador.	612,00 €	612,00 €
939/18.7BEALM-A	Execução de prestação de acto devido (execução de despacho no PF 234/18)	Lucília Correia de Paiva Costa	Município de Almada	Findos os articulados, aguarda prolação de Despacho Saneador.	306,00 €	306,00 €
34/24.0BEALM	Ação Administrativa de Condenação à prática de actos administrativos devidos	Ministério Público	Município de Almada (e outros)	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação da AP ou prolação de despacho saneador	nova	- €
635/20.5BEALM	Ação administrativas regularização de ocupação ilegal	Antonieta Maia Sá	Município	Aguarda reembolso despesas pela A.	306,00 €	- €
459/24.0BEALM	PCsuspensão ato admin, resolução contrato/despejo	Mª Manuela	Município	recurso	nova	- €
730/24.1BEALM	ação administrativa inclusão realojamento Terras Costa	Ronaldino Moreira	Município	findos articulados	nova	- €
732/24.8BEALM	pc suspensão ato admin, DEMOÇÃO E REALOJAMENTO	Ronaldino Moreira	Município	juízo marcado	nova	- €

A CMA contabiliza também o montante das pensões vitalícias resultantes de doenças profissionais ou acidentes em trabalho, detalhando-se no mapa seguinte o respetivo apuramento:

PENSÕES VITALÍCIAS									
TIPO	VALOR MENSAL 2024	DATA DO DIREITO	DATA 1º ABONO	Data de Nascimento	Ano Nascimento	Idade	Valor 2023	Actualização	Valor 2024
Doença profissional	21,96	15/11/2012	01/12/2013	06/09/1966	1966	58	5 312,48	558,58	5 871,06
Doença profissional	20,99	03/09/2010	01/12/2011	28/01/1966	1966	58	6 854,90	-1 243,17	5 611,73
Doença profissional	43,06	09/10/2014	01/11/2019	12/03/1951	1951	73	7 559,20	-794,75	6 764,45
Doença profissional	156,12	25/02/2010	01/09/2011	02/02/1958	1958	66	38 081,64	-5 187,72	32 893,92
Doença profissional	36,05	03/03/2021	01/05/2021	29/08/1953	1953	71	7 009,31	-781,86	6 227,45
Doença profissional	91,80	15/09/2021	01/02/2022	11/04/1966	1966	58	0,00	24 542,97	24 542,97
Doença profissional	11,94	19/03/2020	01/10/2020	19/10/1958	1958	66	0,00	2 515,71	2 515,71
Doença profissional	29,93	24/10/2014	01/08/2016	19/10/1958	1958	66	0,00	6 306,14	6 306,14
Acidente em serviço	486,88	12/10/2004	01/06/2006	24/09/1950	1950	74	80 915,48	-8 268,10	72 647,38
Acidente em serviço	411,33	01/10/2004	01/07/2007	21/03/1971	1971	53	156 365,66	-33 193,11	123 172,55
Acidente em serviço	424,82	07/02/2012	01/12/2014	16/09/1975	1975	49	180 226,23	-42 782,53	137 443,70
Acidente em serviço	65,23	09/01/2023	01/10/2023	22/05/1963	1963	61	0,00	16 104,20	16 104,20
Acidente em serviço	365,86	01/05/2008	01/09/2010	18/05/1969	1969	55	131 142,59	-26 175,21	104 967,38
Acidente em serviço	590,94	19/03/2008	01/06/2008	22/09/1954	1954	70	120 601,01	-13 990,77	106 610,24
Acidente em serviço	436,46	01/04/2008	01/03/2011	26/05/1979	1979	45	204 893,29	-53 800,67	151 092,62
Acidente em serviço	227,26	21/05/2014	01/08/2014	02/04/1962	1962	62	64 712,93	-10 201,67	54 511,26
Total							1 003 674,72	-146 391,96	857 282,76

Nota 17 –Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Dividas a receber

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a receber, estando a mesmas mensuradas, após reconhecimento inicial, pelo custo / custo amortizado.

Ativo	Consolidado		
	Quantia bruta 31.12.2024	Imparidade	Quantia Recuperável
Ativos não corrente:			
Participações financeiras	19 817 954,30	0,00	19 817 954,30
Outros Ativos financeiros	12 222,58	0,00	12 222,58
Ativo corrente:			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	253 647,97	221 217,82	32 430,15
Clientes, contribuintes e utentes	21 307 147,93	6 883 978,72	14 423 169,21
Estado e outros entes públicos	898 761,13	0,00	898 761,13
Outras contas a receber	51 880 781,35	1 290,79	51 879 490,56
Diferimentos	489 400,58	0,00	489 400,58
Total	94 659 915,84	7 106 487,33	87 553 428,51

A rubrica “Outras contas a receber” abrange, essencialmente, os devedores decorrentes de acréscimos de rendimentos. Estes correspondem à periodização económica dos valores imputados ao período contabilístico, nomeadamente impostos municipais e taxas ainda não arrecadados, compreendendo o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), o IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis), o Imposto Único de Circulação e Taxas.

Dívidas a pagar

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a pagar reconhecidas pelo custo / custo amortizado.

Dívidas a pagar	CONSOLIDADO		
	Corrente	Não Corrente	Total
Credores por transferências e subsídios concedidos	230,59		
Fornecedores	1 174 067,04	0,00	1 174 067,04
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 296 527,83	0,00	1 296 527,83
Estado e outros entes públicos	813 095,23	0,00	813 095,23
Financiamentos obtidos	2 163 049,66	7 462 258,75	9 625 308,41
Fornecedores de investimentos	188 864,81	59 600,00	248 464,81
Outras contas a pagar	15 755 992,64	2 554 949,11	18 310 941,75
Diferimentos	16 169 355,89	13 181 476,43	29 350 832,32
Total	37 561 183,69	23 258 284,29	60 819 237,39

A rubrica “Outras contas a pagar” refere-se, essencialmente, à especialização no exercício dos acréscimos de gastos. Inclui, por exemplo, a atribuição proporcional de férias e subsídio de férias dos trabalhadores, a estimativa de gastos incorridos, mas ainda não faturados por fornecedores, bem como outras especializações imputáveis ao exercício económico.

Nota 19-Benefícios dos empregados

As entidades atribuem benefícios a empregados de acordo com a legislação em vigor aplicável às autarquias locais e que são de curto prazo.

Incluem-se nos benefícios de curto prazo: Salários, subsídio de refeição, subsídio de férias e Natal, e outros abonos previstos na remuneração em vigor, bem como as contribuições para os regimes de segurança social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Gastos com o pessoal	CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	481 188,14	512 026,09
Remunerações certas e permanentes	55 756 045,08	54 420 121,74
Abonos variáveis ou eventuais	3 204 558,12	2 000 285,14
Indemnizações	21 238,73	28 825,66
Encargos sobre remunerações	13 259 022,09	12 632 708,64
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 610 058,92	1 069 842,64
Gastos de ação social	2 493,79	175 642,89
Outros gastos com o pessoal	92 531,32	238 114,05
Outros encargos sociais	1 395 343,30	2 400 462,72
Total	75 822 479,49	73 478 029,57

Nota 20 –Divulgações de partes relacionadas

Para efeitos da NCP 20, consideram-se partes relacionadas as seguintes entidades:

- COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A

- MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada

As transações entre entidades relacionadas são as que se apresentam no quadro seguinte:

Madan Parque Investimentos em associadas												
Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2024		Transações								Saldo 31/12/2024	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo financeiro	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras - Quota	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

COSTAPOLIS Investimentos em associadas												
Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2024		Transações								Saldo 31/12/2024	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo financeiro	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 22 –Interesses em outras entidades

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos investimentos por tipo de critério de mensuração.

Tipo	Entidade	Percentagem de participação		Método de contabilização
		% detenção direta da CMA	% detenção no grupo	
Empresa privada participação minoritária	AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	12,33%	12,33%	Custo
Empresa do setor empresarial do estado - regime privado - influência significativa	COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	40,00%	40,00%	MEP
Associação onde o grupo tem influência significativa	MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	40,65%	MEP
Associação onde o grupo não tem influência significativa	Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	16,67%	16,67%	Custo
Fundo onde o grupo não tem influência significativa	Fundo de Apoio Municipal	0,67%	0,67%	Custo

As participações financeiras detidas pelo Município totalizam cerca de **19,8 milhões de euros**, estando refletidas no ativo financeiro através de dois métodos de contabilização: o método do custo e o método da equivalência patrimonial (MEP). As participações contabilizadas pelo **método do custo** incluem a AMARSUL (aproximadamente **1,0 milhão de euros**), a Associação Almascience (**15 mil euros**) e o Fundo de Apoio Municipal (**2,8 milhões de euros**). Já as participações na COSTAPOLIS (**15,2 milhões de euros**) e na MADAN PARQUE

(0,8 milhões de euros) foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, atendendo à sua natureza e grau de influência significativa.

Nota 23 – Outras divulgações relevantes

23.1 - Gastos com Transferências e subsídios

Detalha-se no quadro seguinte as transferências e subsídios, correntes e de capital, consideradas com gasto em 2024.

Entidades	Corrente	Capital
Associações de Municípios	2 991 356,00	0,00
Freguesias	3 453 334,60	2 029 900,95
Bombeiros	720 000,00	0,00
Famílias	353 473,80	0,00
Outras Instituições sem Fins Lucrativos	12 856 524,90	1 374 503,26
Sociedades e quase sociedades não financeiras	410 000,00	0,00
Diversas	609 975,61	0,00
Total	21 394 664,91	3 404 404,21

23.2 – Gastos com fornecimentos e serviços externos

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de fornecimento e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos		
Designação	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de transportes	0,00	226 619,51
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	9 601 177,78	8 085 139,04
Publicidade, comunicação e imagem	274 639,96	456 720,13
Vigilância e segurança	1 987 953,00	1 256 497,36
Honorários	1 362 936,66	1 627 954,92
Comissões	2 229 907,75	2 110 675,01
Conservação e reparação	9 334 055,95	8 045 073,35
Serviços bancários	24 344,92	22 043,20
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	337 634,65	350 205,10
Livros e documentação técnica	1 292,73	5 386,17
Material de escritório	79 456,73	100 459,96
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	345 477,63	350 170,73
Material de educação, cultura e recreio	16 275,73	48 890,30
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	135 695,43	163 069,53
Medicamentos e artigos para a saúde	35 461,63	29 883,21
Produtos químicos e de laboratórios	100 217,77	96 342,77
Outros materiais diversos de consumo	6 430 568,53	6 293 686,74
Eletricidade	8 540 085,77	7 134 786,69
Combustíveis e lubrificantes	1 323 566,66	457 980,66
Água	1 656 164,28	1 909 829,30
Outros bens e materiais	9 383,86	0,00
Deslocações e estadas	62 155,28	85 425,00
Transporte de mercadorias e outros bens vendidos	4 329,60	667,47
Transporte escolar	48 875,74	18 456,72
Outros serviços com transportes e deslocações	40 767,10	38 529,83
Rendas e alugueres	1 878 112,19	2 390 261,75
Comunicação	940 682,14	876 434,70
Seguros	787 296,90	551 164,78
Contencioso e notariado	64 289,03	140 670,31
Despesas de representação dos serviços	6 018,35	12 656,24
Limpeza, higiene e conforto	2 891 081,33	2 371 293,19
Trabalhos especializados e outros serviços	7 900 877,65	9 590 916,77
Total	58 450 782,73	54 847 890,44

23.3 – Diferimentos ativos e passivos

Nos quadros seguintes detalham-se os saldos dos diferimentos ativos e passivos reconhecidos em 2024.

Diferimentos Ativos	CONSOLIDADO		
	Corrente	Não Corrente	Total
Serviços especializados	25 779,79	0,00	25 779,79
Material de escritório	113 092,79	0,00	113 092,79
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	224 546,63	0,00	224 546,63
Rendas e alugueres	85 527,44	0,00	85 527,44
Seguros	10 191,56	0,00	10 191,56
Gastos de benefícios de reforma	0,00	0,00	0,00
Outros	30 262,37	0,00	30 262,37
Total	489 400,58	-	489 400,58

Diferimentos passivos	Saldo a 31.12.2024		
	Corrente	Não Corrente	Total
Protocolos	1 224 621,18		1 224 621,18
Ensino não Superior	700 000,00		700 000,00
Ordenamento e Requalificação do Território	-		-
Transportes e Vias de Comunicação Terrestre	1 531 448,68		1 531 448,68
Ambiente e Energia	-		-
APA - Fundo Ambiental	488 224,56		488 224,56
ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FAUNA	221 679,56		221 679,56
Resto do Mundo	420 629,15		420 629,15
Programa Valorizar - Almada WI-FI +		30 609,24	30 609,24
Reestruturação e Ampliação da EB Maria Rosa Colaço		-	-
Subst. Cob. Fibrocimento c/ Amianto por Chapa Lacada em 10 escolas		-	-
Espaços Exteriores em Bairros de Habitação Social		-	-
Criação de Espaços Comunitários		-	-
Dinamização do Presídio da Trafaria		-	-
Cacilhas-Tejo		3 056 818,55	3 056 818,55
Arte Xávega		-	-
Percursos Pedonais e Cicláveis		12 265,38	12 265,38
Estrada Florestal da Costa de Caparica		-	-
Florestas Urbanas para Mitigação Climática		75 000,00	75 000,00
PRR - Comunidades Desfavorecidas - Caparica/Trafaria (RE-C03-i06.02)		436 882,20	436 882,20
PRR - Comunidades Desfavorecidas - Costa da Caparica (RE-C03-i06.02)		319 395,14	319 395,14
PRR - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (RE-C02-i01)		3 165 470,63	3 165 470,63
PRR - Programa de Apoio Radar Social (RE-C04-i01)		21 350,18	21 350,18
PRR - Redes Culturais e Transição Digital (RE-C04-i01)		90 000,00	90 000,00
Outros subcontratos ou concessões CP	10 427 415,00		10 427 415,00
Mercados e Feiras	15 493,32		15 493,32
Habitação	217 790,40		217 790,40
Edifícios	9 294,58		9 294,58
Terrenos e Recursos Naturais	886 602,28		886 602,28
Outros Rendimentos a Reconhecer	26 157,18	5 533 672,05	5 559 829,23
Receitas de capital atribuídas aos SMAS		440 013,06	440 013,06
Total	16 169 355,89	13 181 476,43	29 350 832,32

23.4 – Outros gastos

No quadro seguinte detalha-se o montante de outros gastos reconhecidos em 2024:

Outros Gastos		
Designação	Consolidado	
	2024	2023
IVA Suportado não dedutível	0,00	96 267,94
Outros	0,00	20,43
Impostos	115 542,12	4 271,01
Taxas	797 879,98	739 420,46
Imposto sobre o rendimento	0,00	972,80
Gastos em investimentos não financeiros	839 318,34	3 347,22
Correções de impostos diretos	0,00	0,00
Correções de impostos indiretos	0,00	186 688,17
Correções relativas a períodos anteriores	3 172 136,76	2 513,67
Devolução de transferências e subsídios obtidos	0,00	2 000,00
Encargos de Cobrança	0,00	3 453,73
Outras correções	0,00	284 035,03
Quotizações	202 313,54	184 665,83
Multas fiscais	0,00	0,00
Multas não fiscais	0,00	862,55
Condomínios	0,00	77 775,30
Gastos Bancárias	0,00	92 418,53
Indemnizações	231 713,22	486 053,58
Direitos de Autor	0,00	17 145,52
Correções de Inventários	0,00	38 769,42
Outros gastos	954 901,96	44 886,11
Total	6 313 805,92	2 265 567,30

23.5 – Outros rendimentos

No quadro seguinte detalham-se os outros rendimentos apurados em 2024.

Outros Rendimentos		
Designação	Consolidado	
	2024	2023
Outros rendimentos suplementares	9 540,73	23 990,89
Alienações	37 080,00	0,00
Sinistros	6 395,20	3 034,00
Rendas em propriedades de investimento	324 401,81	329 202,96
Ganhos em inventários	668,01	0,00
Outros rendimentos do estado	2 644,90	344 368,69
Correções relativas a períodos anteriores	5 202 501,26	949 727,06
Imputação de subsídios e transfeências para investimentos	2 282 674,27	3 907 369,24
Outros não especificados	981 512,78	74 072,46
Total	8 847 418,96	5 631 765,30

23.6 – Estado e outros entes públicos

No quadro seguinte detalha-se as dívidas a pagar e a receber do Estado.

Estado		
Designação	Ativo	Passivo
Retenção de impostos sobre rendimentos	881 451,91	0,00
IVA (pagar e receber)	13 532,35	650 237,56
Contribuições para sistema de protecção social e subsistemas de saúde	0,00	129 640,65
Outros	3 776,87	33 217,02
Total	898 761,13	813 095,23

ANEXOS:

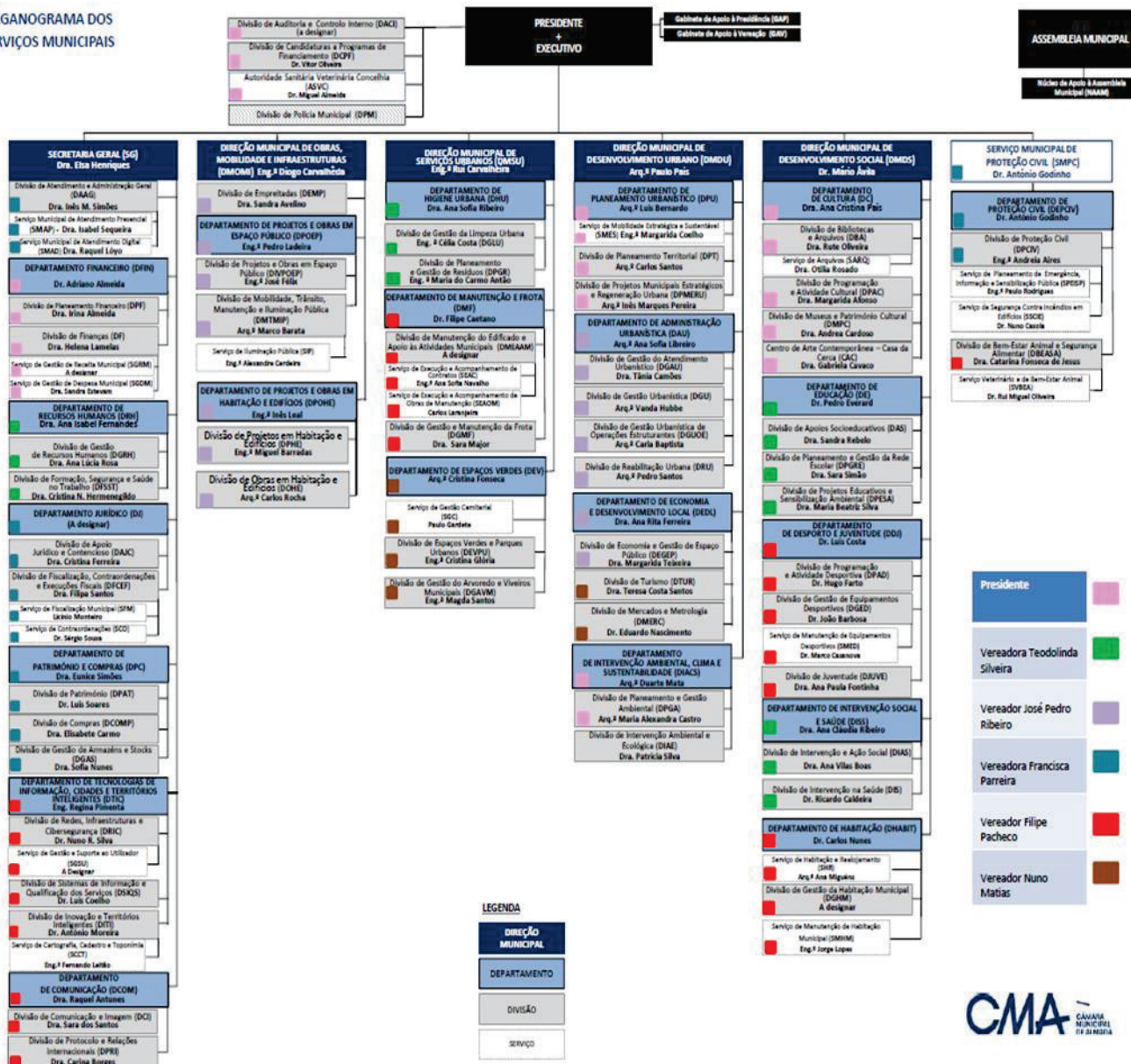
(Identificação das entidades consolidadas e dos responsáveis nominais para o exercício económico de 2024.)

1. Município de Almada
2. SMAS – Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Almada
3. WEMOB, E.M., S.A.
4. Agência Municipal de Energia de Almada – AGENEAL
5. ARRIBATEJO – Agência de Desenvolvimento Local
6. NOVALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local

Câmara Municipal de Almada

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE		
1. Identificação		
1.1 Designação		Município de Almada
1.2 Contactos oficiais		
1.2.1 Endereço postal (armamento, código postal e localidade)		Largo Luis de Camões - 2800-158 - Almada
1.2.2 Endereço de correio eletrónico		
1.2.3 Telefone		212724000
1.2.4 Endereço da página na internet		www.m.almada.pt
1.3 NIPC		500051054
1.4 Código de atividade económica (CAE)		
1.5 Missão/objeto social		Autarquia Local
1.6 No ano em apreço a entidade esteve		Em atividade
2. Enquadramento		
2.1 Enquadramento no Sector Público		Administração Local
2.2 Forma jurídica / tipo societário		Associação pública
2.3 Para as entidades criadas ao abrigo do Código Civil/Código das Sociedades comerciais:		
2.3.1 Data da escritura de constituição / contrato de sociedade ou diploma de criação		(anexar no 1.º ano de prestação de contas da nova instrução)
2.3.2 Estatutos/acordos parasociais e respetivas alterações até ao ano n-1		(anexar no 1.º ano de prestação de contas da nova instrução)
2.3.3 Alterações aos estatutos / contrato de sociedade ou acordos parasociais ocorridas no ano em apreço		Não
2.4 É entidade pública reclassificada de acordo com as listas anuais do INE		Não
2.5 Em caso afirmativo, desde quando		
2.6 É entidade pública concedente?		Não
2.7 É entidade concessionária /subconcessionária (pública ou privada)?		Não
2.8 Período da concessão		
2.9 Natureza da concessão		
2.1 Sendo concessionária, identificação da empresa concedente		
3. Recursos humanos		
3.1 Número total de trabalhadores no início do período do relato		2742
3.2 Número total de trabalhadores no fim do período do relato		2630
3.3 Número de colaboradores em regime de prestação de serviços no início do período do relato		45
3.4 Número de colaboradores em regime de prestação de serviços no fim do período do relato		36
3.5 Anexar quadro de pessoal do período do relato em apreço (quando aplicável)		
4. Regime e organização contabilística		
4.1 Referencial contabilístico utilizado		SNCAP
4.2 Subsistema aplicável		
4.3 Manual de procedimentos contabilísticos		Não
4.4 Existência de descentralização contabilística		Não
4.4 Em caso afirmativo, breve descrição da articulação com a contabilidade central		
5. Outras informações		
5.1 Existência de Manual/Regulamento/Normas de controlo interno		Sim
5.2 Identificar as normas de controlo interno de especial relevo em matéria de gestão administrativa e financeira/patrimonial		(anexar documento)
5.3 Estrutura organizacional		Diploma/regulamento
5.4 Organograma		Sim
5.5 Ações inspetivas ou de auditoria, levadas a efeito por órgãos de controlo interno e externo		Não
5.6 Ações de auditoria externa desenvolvidas por iniciativa dos órgãos da entidade		Não
5.7 Outras ações de auditoria não especificadas		Inspeção Geral de Finanças - Contratação Pública-Março 2017

ORGANOGRAMA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS



Número de vereadores:

Regime	Número de Vereadores
Em regime de permanência	5
A tempo parcial	1
Restantes Vereadores	5
Total	11

Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período do relato:

Mandato de 2021 a 2025					
Nome	Cargo	Partido	Tempo inteiro	Tempo Parcial	Período
Inês de Saint-Maurice Esteves de Medeiros Victorino de Almeida	Presidente da Câmara	PS	X		01/01/2024-31/12/2024
Maria Teodolinda Monteiro Silveira	Vereadora Regime Tempo Inteiro	PS	X		01/01/2024-26/04/2024
José Pedro Ribeiro Gomes da Silva	Vereador Regime Tempo Inteiro	PS	X		01/01/2024-31/12/2024
Francisca Luis Baptista Parreira	Vereadora Regime Tempo Inteiro	PS	X		01/01/2024-31/12/2024
Filipe Alexandre Pardal Pacheco	Vereador Regime Tempo Inteiro	PS	X		01/01/2024-31/12/2024
Maria das Dores Marques Banheiro Meira	Vereadora	CDU			01/01/2024-26/04/2024
António José Sousa Matos	Vereador	CDU			01/01/2024-31/12/2024
José Luis Riço Bucho de Matos	Vereador	CDU			01/01/2024-31/12/2024
Helena Manuela Gil Azinheira	Vereadora	CDU			01/01/2024-31/12/2024
Nuno Filipe Miragaia Matias	Vereador a meio Tempo	PSD		X	01/01/2024-31/12/2024
Joana Rodrigues Mortágua	Vereadora	BE			01/01/2024-31/12/2024
Mara Rita Silva Martins	Vereadora	CDU			27/04/2024-31/12/2024

Responsáveis pelas Demonstrações Orçamentais e Financeiras:

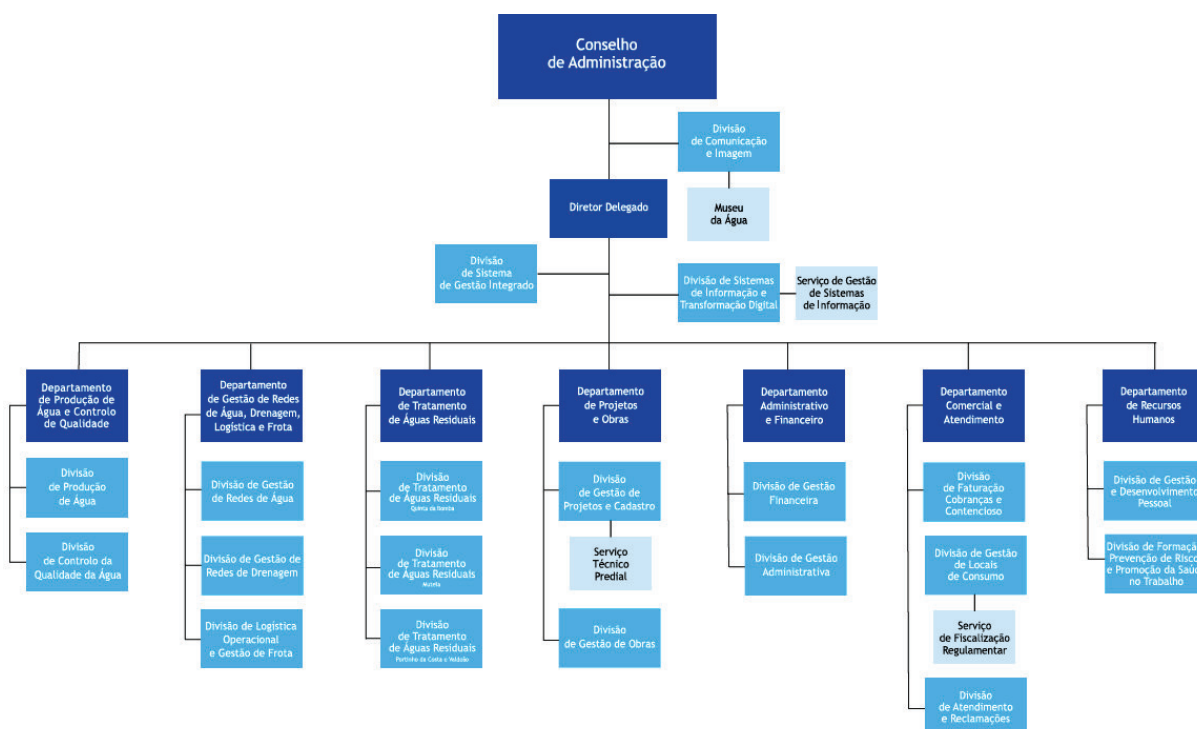
	Cargo / Órgão	Demonstrações Orçamentais	Demonstrações Financeiras
Elaboração	António Adriano Almeida - Diretor do Departamento Financeiro	X	X
Apresentação e Divulgação	Inês de Medeiros - Presidente da Câmara	X	X
Aprovação	Câmara Municipal	X	X
Aprovação	Assembleia Municipal	X	X

Participações detidas:

Entidades participadas	Influência dominante (sim/não)
AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	não
AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	sim
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	sim
COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	não
MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	não
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	sim
WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	sim
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	sim
FAM - Fundo de Apoio Municipal	não
Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	não

SMAS – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada		
NIPC	6800177763		
Natureza	Captação, Distribuição de água para consumo humano e tratamento de águas residuais		
Endereço postal	Praceta Ricardo Jorge, 2 e 2A 2804-543 Almada		
Telefone / Fax	212726000		
Endereço de correio eletrónico	geral@smasalmada.pt		
Sítio na internet	www.smas.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Não	Sim ☐	Não ☐
Organograma	Segue em anexo		
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	Lei 73/2013 de Setembro- Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais		
Regime Jurídico	DL 194/2009 de 20 Agosto Estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)		Sim	Não
Serviços Municipalizados			X
Serviços Intermunicipalizados			X
Entidades Intermunicipais			X
Entidades Associativas Municipais			X
Empresas Locais			X
Empresas Participadas			X
Cooperativas			X
Fundações			X
Entidades de outra natureza			X
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
Captação, tratamento e distribuição de água para consumo humano e tratamento de águas residuais			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
Presidente do Conselho de Administração	José Pedro Ribeiro Gomes da Silva		
Vogal do Conselho de Administração	Filipe Alexandre Pardal Pacheco		
Vogal do Conselho de Administração	Nuno Filipe Miragaia Matias		
Vogal do Conselho de Administração	Maria Teodolinda Monteiro Silveiro		
5.2 NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES			
Em regime de permanência.....			
A meio tempo.....			
Restantes membros.....			
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora			
Data da ação			
Período abrangido			
Identificação da ação			
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)		07/01/2016	12/01/2026
Regulamentos		07/04/2023	28/04/2023
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações			
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão			
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Revisão Orçamental		26/03/2024	23/04/2024
Alteração Orçamental			
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)		Sim	Não
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]		☐	☐
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro			440
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO		Início do exercício	Fim do exercício
A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)			
- Data da constituição			
- Entidades associadas existentes no fim do exercício (IDENTIFICAR)			
7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS		Sim	Não
(a especificar)		☐	☐
- Concessionário			
- Objeto da concessão			
- Data de celebração do contrato			
- Período da concessão			
- Natureza da concessão			
Nota: No caso da entidade ser concedente no âmbito de vários contratos, deverá apresentar uma quadro com a informação prevista, por cada contrato			



Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
José Pedro Ribeiro Gomes da Silva	Presidente do Conselho de Administração	01/01/2024-31/12/2024
Nuno Filipe Miragaia Matias	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2024-06/10/2024
Maria Teodolinda Monteiro Silveiro	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2024-31/12/2024
Filipe Alexandre Pardal Pacheco	Vogal do Conselho de Administração	07/10/2024-31/12/2024

Responsáveis pelas Demonstrações Orçamentais e Financeiras

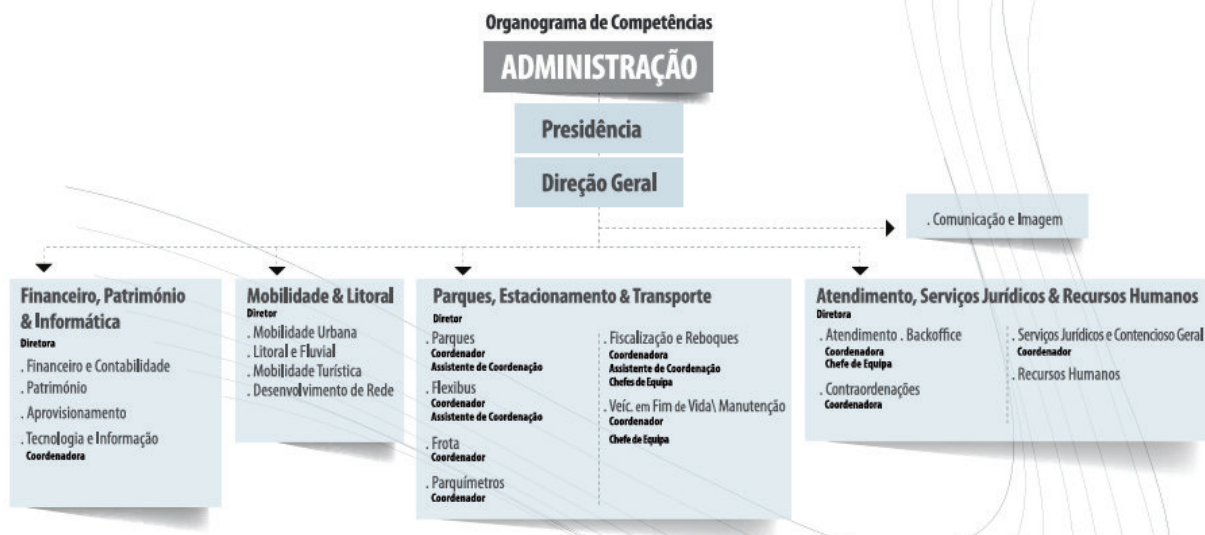
Responsabilidade	Órgão / Cargo	Nome
Apresentação / Aprovação	Presidente do Conselho de Administração	José Pedro Ribeiro Gomes da Silva
Apresentação / Aprovação	Vogal do Conselho de Administração	Filipe Alexandre Pardal Pacheco
Apresentação / Aprovação	Vogal do Conselho de Administração	Maria Teodolinda Monteiro Silveiro
Elaboração	Chefe de Departamento Administrativo e Financeiro	Andreia Oliveira
Elaboração	Chefe de Divisão Financeira	Susana Carla Oliveira

Participações detidas:

Entidades participadas	Influência dominante (sim/não)
AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada	não

WEMOB – EM SA

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	WEMOB, EM SA		
NIPC	507001206		
Natureza	Empresa Municipal		
Endereço postal	2800-208 Almada		
Telefone / Fax	212743918		
Endereço de correio eletrónico	geral@wemob.pt		
Sítio na internet	www.wemob.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim	☐	Não ☒
Organograma	COLOCAR FOLHA EM ANEXO		
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	SNC		
Regime Jurídico	Código das Sociedades Comerciais - Direito Privado		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)		Sim	Não
Serviços Municipalizados			X
Serviços Intermunicipalizados			X
Entidades Intermunicipais			X
Entidades Associativas Municipais			X
Empresas Locais			X
Empresas Participadas			X
Cooperativas			X
Fundações			X
Entidades de outra natureza - Empresa Municipal		X	
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
Como é muito extenso indica-se código da Certidão Permanente 7841-1566-2859			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
Presidente : Ana Luisa Lima Ferreira			
Vogal : Hélio Jorge Ferreira dos Anjos			
Vogal : Filipe Alexandre Pardal Pacheco			
5.2 NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES			
Em regime de permanência..... 1			
A meio tempo..... 0			
Restantes membros..... 2			
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)			
Sistema de Normalização Contabilística (SNC)			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora	IGF - Autoridade de Auditoria		
Data da ação	Ano 2023		
Período abrangido	Exercício de 2019 até ao final do 3º trimestre de 2022		
Identificação da ação	Verificação de cumprimento das disposições legais aplicáveis e cumprimento do disposto na Lei nº 50/2013, de 31/08 e		
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)			
Regulamentos			
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações			
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão			
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Revisão Orçamental			
Alteração Orçamental			
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)		Sim	Não
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]		☐	☒
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro			128
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO		Início do exercício	Fim do exercício
		60 Dias	60 Dias
7.9 A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)			
- Data da constituição			
- Entidades associadas existentes no fim do exercício (IDENTIFICAR)			
7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/ OBRAS PÚBLICAS		Sim	Não
(a especificar)		☐	☒
- Concessionário		Nota: No caso da entidade ser concedente no âmbito de vários contratos, deverá apresentar uma quadro com a informação prevista, por cada contrato	
- Objeto da concessão			
- Data de celebração do contrato			
- Período da concessão			
- Natureza da concessão			



Relação nominal de responsáveis pela execução financeira no período de relato:

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
Ana Luísa Lima Ferreira	Presidente do Conselho de Administração (WEMOB)	01/01/2024-31/12/2024
Hélio Jorge Ferreira dos Anjos	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2024-31/12/2024
Filipe Alexandre Pardal Pacheco	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2024-31/12/2024

Participações detidas:

Entidades participadas	Influência dominante (sim/não)
AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada	não

AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1.	IDENTIFICAÇÃO		
	Designação	Agência Municipal de Energia de Almada, AGENEAL	
	NIPC	504329073	
	Natureza	Associação privada sem fins lucrativos	
	Endereço postal	Rua Bernardo Francisco da Costa, 44, 2800-029 ALMADA	
	Telefone / Fax	925486886	
	Endereço de correio eletrónico	dmata@cma.m-almada.pt	
	Sítio na internet		
	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim ☐	Não ☒
	Organograma	COLOCAR FOLHA EM ANEXO	
2.	LEGISLAÇÃO		
	Regime Financeiro		
	Regime Jurídico		
3.	PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)	Sim	Não
	Serviços Municipalizados		x
	Serviços Intermunicipalizados		x
	Entidades Intermunicipais		x
	Entidades Associativas Municipais		x
	Empresas Locais		x
	Empresas Participadas		x
	Cooperativas		x
	Fundações		x
	Entidades de outra natureza		x
4.	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES		
	Promoção da eficiência energética para a descarbonização de Almada		
5.	COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
	Presidente: Inês de Medeiros (CMA), Administrador-Delegado: Duarte Mata (CMA), Vogais do Conselho de Administração: Luís Silva (ADENE), José Alves Alferes (FCT NOVA), Vitor Tavares Moraes (E-REDES)		
5.2	NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES		
	Em regime de permanência.....	0	
	A meio tempo.....	0	
	Restantes membros.....		
6.	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)		
7.	OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)		
	Entidade fiscalizadora		
	Data da ação		
	Período abrangido		
	Identificação da ação		
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)		
	Regulamentos		
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações		
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de		
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Revisão Orçamental		
	Alteração Orçamental		
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com	☐	☐
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		1
7.8	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
		30	30
7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)		
	- Data da constituição: 30 de março de 1999		
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício (IDENTIFICAR)		
	CMA, ADENE, AMARSUL, E-REDES, FCT NOVA, FERTAGUS, IPQ, Madan Park, MTS, OZ Energia, Floene-Setgás, SOVENA, TRANSTEJO, TST		
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/ OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
	(a especificar)	☐	☒
	- Concessionário		
	- Objeto da concessão		
	- Data de celebração do contrato		
	- Período da concessão		
	- Natureza da concessão		

Nota:
No caso da entidade ser concedente no âmbito de vários contratos, deverá apresentar uma quadro com a informação prevista, por cada contrato

Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato:

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
PME Negócios - Isabel Adão, Consultores Contabilidade	Serviços Externos CC	01/01/2024-31/12/2024
Inês de Medeiros	Presidente do Conselho de Administração	01/01/2024-31/12/2024
Duarte Mata	Administrador Delegado	01/01/2024-31/12/2024
José Alves Aferes	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2024-31/12/2024
António Leal Sanches	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2024-01/05/2024
Vitor Tavares Morais	Vogal do Conselho de Administração	02/05/2024-31/12/2024
Luis Silva	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2024-31/12/2024

ARRIBATEJO – Agência de Desenvolvimento Local

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE																					
1. IDENTIFICAÇÃO																					
Designação	ARRIBATEJO AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL																				
NIPC	504 974 696																				
Natureza	ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS																				
Endereço postal	Rua Bernardo Santareno, 3, 2825-446 Costa da Caparica																				
Telefone / Fax	212918250																				
Endereço de correio eletrónico	geral@arribatejo.com																				
Sítio na internet																					
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?		Sim ☒	Não ☐																		
Organograma	COLOCAR FOLHA EM ANEXO																				
2. LEGISLAÇÃO																					
Regime Financeiro																					
Regime Jurídico																					
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)	Sim	Não																			
Serviços Municipalizados	X																				
Serviços Intermunicipalizados																					
Entidades Intermunicipais	X																				
Entidades Associativas Municipais																					
Empresas Locais																					
Empresas Participadas																					
Cooperativas																					
Fundações																					
Entidades de outra natureza	X																				
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES	Potencial O desenvolvimento integrado da Frente Atlântica do Concelho de Almada, (...) através de ações e projetos que envolvam os diversos agentes, nomeadamente nos domínios																				
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO																					
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO	Inês de Medeiros (CMA); Ana Rita Ferreira (CMA); Julio Fernandes (ERTRL); Daniel Piedade (AHRESP) e José Rato (CFPSA)																				
5.2 NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES																					
Em regime de permanência.....																					
A meio tempo.....																					
Restantes membros.....																					
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)																					
7. OUTRA INFORMAÇÃO																					
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)																					
Entidade fiscalizadora	AMÁVEL CALHAU, SROC																				
Data da ação	14/03/2025																				
Período abrangido	01-01-2024 A 31-12-2024																				
Identificação da ação	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS																				
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Data de Aprovação</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Órgão Executivo</th> <th>Órgão Deliberativo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Regulamentos</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				Data de Aprovação			Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)			Regulamentos			Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações			Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão		
	Data de Aprovação																				
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo																			
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)																					
Regulamentos																					
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações																					
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão																					
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Data de Aprovação</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Órgão Executivo</th> <th>Órgão Deliberativo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Revisão Orçamental</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Alteração Orçamental</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				Data de Aprovação			Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	Revisão Orçamental			Alteração Orçamental								
	Data de Aprovação																				
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo																			
Revisão Orçamental																					
Alteração Orçamental																					
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não																			
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]	X																				
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro																					
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício																			
7.9 A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)	- Data da constituição - Entidades associadas existentes no fim do exercício (IDENTIFICAR)																				
7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/ OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não																			
(a especificar)	X																				
- Concessionário																					
- Objeto da concessão																					
- Data de celebração do contrato																					
- Período da concessão																					
- Natureza da concessão																					

Nota:
No caso da entidade ser concedente no âmbito de vários contratos, deverá apresentar uma quadro com a informação prevista, por cada contrato

Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato:

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
ADA - Agência de Documentação Almada	Serviços Externos CC	01/01/2024-31/12/2024
Ana Rita Ferreira (CMA)	Administradora Delegada	01/01/2024-31/12/2024
Inês de Medeiros (CMA)	Presidente	01/01/2024-31/12/2024

NOVALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1.	IDENTIFICAÇÃO		
	Designação	NOVALMADAVELHA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	
	NIPC	504974688	
	Natureza	ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS	
	Endereço postal	2800-125 ALMADA	
	Telefone / Fax	212736380	
	Endereço de correio eletrónico	INFO@NOVALMADAVELHA.PT	
	Sítio na internet		
	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim ☒	Não ☐
	Organograma	COLOCAR FOLHA EM ANEXO	
2.	LEGISLAÇÃO		
	Regime Financeiro		
	Regime Jurídico		
3.	PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)	Sim	Não
	Serviços Municipalizados	X	
	Serviços Intermunicipalizados		
	Entidades Intermunicipais	X	
	Entidades Associativas Municipais		
	Empresas Locais		
	Empresas Participadas		
	Cooperativas		
	Fundações		
	Entidades de outra natureza	X	
4.	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES		
	Potenciar o desenvolvimento integrado da cidade de Almada, (...) através de ações e projetos que envolvam os diversos agentes, nomeadamente nos domínios do património cultural e natural, do lazer e do turismo, da animação urbana, da formação profissional e do emprego, da divulgação e do marketing.		
5.	COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
	Inês de Medeiros (CMA), Ana Rita Ferreira (CMA), José Júlio Alferes (FCT/UNL), Gonçalo Paulino (ACIST), Assis D'Almeida (UJF Cova da Piedade, Cacilhas e Pragal), Fernando Paiva (Santuário Cristo Rei), Rui Gouveia (Seminário Maior de São Paulo)		
5.2	NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES		
	Em regime de permanência.....		
	A meio tempo.....		
	Restantes membros.....		
6.	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)		
	SNC-AP		
7.	OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)		
	Entidade fiscalizadora	AMÁVEL CALHAU & ASSOCIADOS	
	Data da ação	16/03/2022	
	Período abrangido	01-01-2024 A 31-12-2024	
	Identificação da ação	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)		
	Regulamentos		
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações		
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão		
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Revisão Orçamental		
	Alteração Orçamental		
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]	X	☐
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		3
7.8	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)		
	- Data da constituição		
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício (IDENTIFICAR)		
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/ OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
	(a especificar)	X	☐
	- Concessionário		
	- Objeto da concessão		
	- Data de celebração do contrato		
	- Período da concessão		
	- Natureza da concessão	Nota: No caso da entidade ser concedente no âmbito de vários contratos, deverá apresentar uma quadro com a informação prevista, por cada contrato	

Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato:

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
ADA - Agência de Documentação Almada	Serviços Externos CC	01/01/2024-31/12/2024
Ana Rita Ferreira (CMA)	Administradora Delegada	01/01/2024-31/12/2024
Inês de Medeiros (CMA)	Presidente	01/01/2024-31/12/2024